



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA/UNEB
MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À
EDUCAÇÃO/GESTEC - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO 2
PROCESSOS TECNOLÓGICOS E REDES SOCIAIS**

FERNANDO ANTONIO DA SILVA SESTELO

**MUSEU VIRTUAL: INTERMEDIÇÃO TECNOLÓGICA DO ACERVO DIDÁTICO
PARA O ENSINO DA HISTÓRIA**

FERNANDO ANTONIO DA SILVA SESTELO

**MUSEU VIRTUAL: INTERMEDIACÃO TECNOLÓGICA DO ACERVO
DIDÁTICO PARA O ENSINO DA HISTÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação (GESTEC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito para a conclusão do Curso e obtenção do título de Mestre em Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação

Orientador: Prof. Dr. José Antonio Carneiro Leão

Salvador – Ba
2019

...

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Dados fornecidos pelo autor

Sestelo, Fernando Antonio da Silva
Museu virtual: intermediação tecnológica do acervo didático para o ensino da história – Salvador, 2019.
119 fls. : il.
Orientador: Prof. Dr. José Antonio Carneiro Leão
Inclui Referências
Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação – GESTEC, Campus I. 2019.

1. Acervo didático digital. 2. Ensino da História. 3. Intermediação Tecnológica. 4. Museu Virtual.


CDD: 807

FOLHA DE APROVAÇÃO

“MUSEU VIRTUAL: INTERMEDIÇÃO TECNOLÓGICA DO ACERVO DIDÁTICO PARA O ENSINO DA HISTÓRIA”

FERNANDO ANTONIO DA SILVA SESTELO

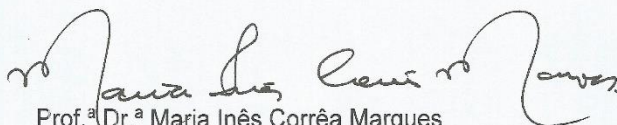
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Área de Concentração I – Gestão da Educação e Redes Sociais, em 30 de julho de 2019, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



Prof. Dr. José Antônio Carneiro Leão
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia – UFBA



Prof.ª Dr.ª Celeste Maria Pacheco de Andrade
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em História Social
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP



Prof.ª Dr.ª Maria Inês Corrêa Marques
Universidade Federal da Bahia – UFBA
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia – UFBA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe e ao meu pai
(*in memoriam*) mestres que me ensinaram os
valores e princípios da vida. Aos que acreditam
na transformação das pessoas pela educação.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma palavra que significa dar graças, de estar grato a alguém por algo que fez por outrem. Acredito que agradecer não será o suficiente, pois gratidão é pouco para expressar a valorosa participação das muitas mãos e das boas energias humanas emanadas nesse trabalho. No percurso dessa trajetória, os vínculos criados às pessoas requerem uma palavra mais distinta, que expressa um nível mais elevado de gratidão: OBRIGADO.

Obrigado ao meu pai (*in memoriam*) e a minha mãe por acreditarem que o maior legado é proporcionar o conhecimento pelo estudo. Cheguei até aqui devido a vocês.

Obrigado a minha família, a esposa pela resignação com as minhas ausências (agora posso me dedicar a nossa casinha no campo, te amo.); a Fernanda e Enzo filhos amados, pela compreensão e apoio; a mana Déa, pela presteza em ajudar.

Obrigado ao Prof. Dr. José Antonio Carneiro Leão pela confiança, paciência e generosidade que dedicou na orientação dos caminhos percorridos, ocorridos e incorporados dessa pesquisa. Muito Obrigado.

Obrigado aos membros da banca que muito contribuíram com sugestões e diálogos no desenvolvimento desse trabalho: Prof^a. Dra. Maria Inês Marques, Prof^a. Dra. Celeste Andrade e Prof^a. Dr^a. Josemeire Machado.

Obrigado aos professores do GESTEC pela contribuição no meu processo formativo na condição de pesquisador e professor.

Obrigado aos colegas do REDEPUB, pois os diálogos ocorridos contribuíram na construção da fundamentação desta pesquisa, em especial a Mariolinda pela escuta e palavras de motivação.

Obrigado a Tarsis de Carvalho Santos, sob a égide da memória a sua coorientação informal foi de inestimável valia neste trabalho. Valeu *brother*!!

Obrigado a turma 2017.1 do GESTEC pelo companheirismo nas atividades do Curso, especialmente à Mariolinda, Conceição, Débora, Tássio, Ketchen e Maiara.

Obrigado aos servidores da Secretaria acadêmica do GESTEC pela excelência nos serviços prestados e atenção com os mestrandos.

Obrigado aos colegas do CEGLJ principalmente Soraya Neves, Josilda, Antônia, Claudionor, em especial a Paulo José, Francisca Edilma pelo apoio e cooperação durante o trilhar deste trabalho.

Obrigado aos bolsistas do PIBID História, aprendemos e ensinamos nos intercâmbios vivenciados, em especial à Prof^a. Dr^a. Maria Inês Marques pela confiança depositada e orientações no meu trabalho durante o projeto.

Obrigado aos meus alunos e alunas do CEGLJ, pois sem vocês e por vocês esse trabalho não teria sentido. MUITO OBRIGADO!

RESUMO

Empregar o acervo de um museu didático comunitário na criação de um Museu Virtual, utilizando a memória e história local como instrumentos de afirmação na valorização, na compreensão que o espaço escolar é um lugar de memória, baliza a premissa deste trabalho. E, para além disso, aborda o processo da construção do acervo digital, aplicado à aprendizagem no ensino da História, utilizando a documentação existente em acervo museal na perspectiva da inovação a fim de avaliar suas potencialidades como recurso de intermediação tecnológica disponibilizado em ambiente virtual. É com o acréscimo do embasamento teórico, a partir da inovação tecnológica (LÉVY, 2010), que se apresenta o processo da criação do acervo didático museológico digital da História de um colégio e do bairro de Itapuã, Salvador, BA compreendendo o estudo da memória com Le Goff e Nora, fundamentado nas contribuições do conceito de Acervo (BELLOTTO, 2014), Entrelugares (BHABHA, 1998) e História (LE GOFF, 1996; CERTEAU, 1982). A relevância atribuída a essa pesquisa encontra acolhimento face ao desenvolvimento de metodologias inovadoras e criativas que favoreçam o ensino de História comprometido com a inserção da história local em sala de aula, permeada pelo cotidiano dos alunos e do lugar. Os produtos resultantes desta pesquisa aplicada são a descrição do processo desta investigação e a criação do Museu Virtual.

Palavras-Chave: Acervo didático digital. Ensino da História. Intermediação Tecnológica. Museu Virtual.

RESUMEN

Utilizar la colección de un museo didáctico comunitario en la creación del Museo Virtual, a partir de la memoria y la historia local como instrumentos de afirmación en la valorización, en el entendimiento de que el espacio escolar es un lugar de la memoria, marca la premisa de este trabajo. Además, se ocupa del proceso de creación de un archivo digital, aplicado al aprendizaje en la enseñanza de la historia utilizando la documentación existente en la colección del museo desde la perspectiva de la innovación para evaluar su potencial como un recurso de intermediación tecnológica disponible en un entorno virtual. Es con la adición de la base teórica de la innovación tecnológica (LÉVY, 2010), que presenta el proceso de creación de la colección didáctica digital de la historia de una universidad y el distrito de Itapuã que comprende el estudio de la memoria con Le Goff y Nora, basado en las aportaciones del concepto de Colección (BELLOTTO, 2014), Entrelugares (BHABHA, 1998) e Historia (LE GOFF, 1996; CERTEAU, 1982). La relevancia atribuida a esta investigación es bienvenida por el desarrollo de metodologías innovadoras y creativas que favorecen la enseñanza de la historia comprometida con la inserción de la historia local en el aula, impregnada de la vida cotidiana de los estudiantes y el lugar. Los productos resultantes de esta investigación aplicada son la descripción del proceso de esta investigación y la creación del Museo Virtual.

Palabras clave: Colección digital didáctica. Enseñanza de la Historia. La intermediación tecnológica. Museo Virtual.

LISTA DE SIGLAS

ADCT	Acervo Didático-Comunitário Tecnológico
CASSAS	Clube dos Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica
CPD	Centro de Processamento de Dados
CIA	Centro Industrial de Aratu
CEGLJ	Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior
CESV	Colégio Estadual Severino Vieira
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
GEOTEC	Grupo de Pesquisa Geotecnologia, Educação e Contemporaneidade
GESTEC	Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação
IAT	Instituto Anísio Teixeira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDCI	Museu Didático Comunitário de Itapuã
MV	Museu Virtual
NRE	Núcleo Regional de Educação
PIBID	Programa Institucional de Bolsas e Iniciação à Docência
PPGEDUC	Programa de Mestrado da Uneb
REDEPUB	Grupo de pesquisa História, Memória em Redes de Espaços Públicos
SEC	Secretaria de Educação do Estado da Bahia
UCSAL	Universidade Católica de Salvador
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Inauguração do CEGLJ em 1996.....	47
Figura 2 - Tríade do caráter proposicional das tecnologias.....	70
Figura 3 - Logomarca do MDCL.....	91
Figura 4 - Organização do acervo	95
Figura 5 - Organização do Museu	96
Figura 6 - Nova logomarca do projeto REDEPUB	100
Figura 7 - Estrutura da organização dos arquivos digitalizados	102
Figura 8 - Representação da modelagem em DBR	106
Figura 9 - Estrutura hierárquica do diagrama de funções simplificado	108
Figura 10 - <i>Layout</i> da <i>home page</i> do Museu Virtual	109

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 - População por Gênero	53
Gráfico 2 - Índice de população residente por cor/raça	53
Gráfico 3 - Quantitativos de Rendimento	54
Gráfico 4 - Bairros onde o público da pesquisa reside	73
Gráfico 5 - Importância em se conhecer a História do bairro.....	74
Gráfico 6 - Locais de acesso à <i>internet</i>	75
Gráfico 7 - Importância de se participar numa proposta de educação museológica	76
Gráfico 8 - Quantos já foram a um museu.....	78
Gráfico 9 - Importância do direito à Memória Histórica	78
Tabela 1 - Dados quantitativos da amostra pesquisa - Faixa Etária dos colegiais	73
Tabela 2 - Diretivas do Museu Virtual	107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – “Sujeitos” na História de Outros.....	12
SEÇÃO I – C EGLJ: Lugar de Memória da História “Navegando em Armações”	23
1.1 <i>Processo Histórico da Formação do Bairro de Itapuã</i>	24
1.2. <i>A história local de Itapuã</i>	28
1.3. <i>A chegada de Itapuã ao Século XX.....</i>	38
1.4. <i>Lugar de memória: Colégio Estadual Governador Lomanto Jr. (CEGLJ).....</i>	40
1.4.1 <i>Antes e Depois do Colégio Estadual Governador Lomanto Jr.....</i>	44
1.5. <i>O perfil do bairro e do colégio</i>	52
SEÇÃO II – Acervo nos Entrelugares Da Intermediação Tecnológica	56
2.1 <i>O percurso nos entrelugares: “debalê” do lugar no ensino da história</i>	56
2.2 <i>Educação museológica e inovação nos entrelugares da intermediação tecnológica ...</i>	62
SEÇÃO III – Estrutura Metodológica.....	68
3.1 <i>O espaço da pesquisa</i>	71
3.2 <i>Resultados e discussão da construção do acervo didático tecnológico.....</i>	72
SEÇÃO IV – O Percurso para a Difusão do Acervo	87
4.1 <i>MDCI: A Pedra Fundamental</i>	88
4.2 <i>O PIBID história: A régua no construto do acervo</i>	92
4.3 <i>REDEPUB: O compasso do Físico ao virtual.....</i>	988
4.4 <i>A Pedra, a Régua e o Compasso da Construção do Museu Virtual MDCl.....</i>	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	1099
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICE	1199

INTRODUÇÃO

“SUJEITOS” NA HISTÓRIA DE OUTROS

Esse estudo joga a rede desde quando Itapuã era Itapuã do tempo da Vila Velha dos Caboclos, um lugar aprazível próximo a capital da Bahia. Das lavadeiras entoando cânticos às margens da lagoa escura do Abaeté, da pedra que dizem que ronca, da época das ganhadeiras, da maré mansa, da venda do beiju na feira livre, do tempo do pescador partindo para a lida da pesca ao som do mar de Itapuã. Como na poesia de Vinícius e atestando a melodia de Caymmi o pescador retorna para casa “quando o mar quebra na praia é bonito, é bonito”. Nesse encantamento, Itapuã margeando um litoral do outro lado, na Baía de Todos os Santos, conheci um museu, uma vila de pescadores e o processo que trilhou a minha imersão na História.

O lugar e seus contextos sociais e geográficos apontam de alguma maneira, aspectos inerentes ao ser e a trajetória de vida percorrida. Cabe interrogar, contudo, em que medida a forma de ver e captar o mundo influenciou o meu olhar enquanto pesquisador. O encantamento com a História é resultado da estimulante curiosidade da descoberta de tradições, costumes e cultura da cidade de Salvador e do Estado da Bahia, onde nasci e me criei. Entender os detalhes dos hábitos da nossa gente é valorizar as identidades para não perder as referências do passado que tragam significado na História, além de guardar e preservar a memória do lugar.

A breve apresentação da trajetória do pesquisador em relação à pesquisa tem a finalidade de mostrar de onde vem a minha implicação em estar neste lugar. Início esse percurso apresentando um recorte da caminhada de mais de duas décadas dedicadas ao ensino. Saber o que fomos confirma o que somos.

A motivação para desenvolver esse estudo traz inquietações diante das reiteradas demandas e desafios que envolvem a utilização dos habituais recursos didáticos e pedagógicos nas aulas de história. Além dos questionamentos em relação à prática docente, ao deparar com diferentes práticas adotadas em unidade de ensino da rede pública estadual, a partir da observação em relação à conduta e interesse dos alunos frente aos temas abordados pela História, em situações do cotidiano da sala de aula.

Apresento aqui o resultado de um estudo considerando o percurso da pesquisa na tríade sujeito, professor e pesquisador. Chamou-me a atenção e aproximação da acepção de Hampatê Bâ, escritor malinês, a respeito do trabalho de pesquisa: O pesquisador deverá se armar de muita paciência e ter “coração de pomba, a pele de crocodilo e o estômago de

avestruz”. Explica que “o coração de uma pomba” é para nunca se zangar nem se inflamar, mesmo se lhe disserem coisas desagradáveis. “A pele de um crocodilo”, para conseguir se assentar em qualquer lugar, sobre qualquer coisa, sem fazer cerimônias. Por fim, “o estômago de avestruz”, para conseguir comer de tudo sem adoecer ou enjoar. Acredito ser um sábio conselho na atual condição de pesquisador. Por isso, como opção metodológica, navego nas águas de abrangência da pesquisa, historicizando em todo o momento do texto.

Vim de uma família de classe média que escolheu o Recôncavo Baiano como local de veraneio. Meu pai contabilista, na época trabalhando para a Prefeitura de Candeias, cidade que faz parte da região metropolitana de Salvador, foi convidado para conhecer uma vila de pescadores chamada Caboto, localizada numa enseada da Baía de Todos os Santos, nas imediações do Porto de Aratu. Lugar de águas calmas e quentes onde a vida parecia deslizar suavemente sem muita pressa em passar. Foi nesse recanto aprazível que vivi a partir da década de 1980, e também onde aprendi que as primeiras noções de como navegar pelas águas do mar podem ser referência para percorrer, enfrentar e transpor os desafios da vida.

Iniciei a imersão na pesquisa, sempre atento aos diálogos dos pescadores e as suas narrativas sobre os acontecimentos a respeito da maneira pela qual esses homens do mar, em geral de pouca instrução escolar formal, aprenderam o seu ofício. Como de costume, no meio da manhã, reunidos à beira da praia entre os bancos toscos e da mesa do jogo de dominó, aproveitando a sombra dadivosa do velho tamarineiro, desenvolvia-se a resenha das aventuras e percalços da lida com o mar.

Em verdade, esse momento, muito mais que simples relatos, constituía uma troca de experiências entre pessoas na qual o ensinar e aprender era a dinâmica do grupo. O aprendizado ocorria de maneira fluída e deslizante a partir dos relatos, opiniões, embates, questionamentos e o consenso. Percebi ser esse um modelo diferente, quiçá “inovador”, nos moldes da minha compreensão de colegial, na época, do que entendia como conhecimento. Inconscientemente, assimilava esta forma lúdica de troca de saberes entre os pescadores, que contribuíra no constructo do meu senso crítico para além do aprendizado escolar instituído.

Muito me encantava ver sentado num castigado banquinho de madeira um velho pescador, neto de escravos, barba e cabelo branco, grande chapéu de palha, pitando o cachimbo do canto da boca, de voz altiva. Ele puxava o assunto da pauta da reunião ao mesmo tempo em que tecia pacientemente os pontos de remendo dos rasgos provocados na pescaria do dia a dia com a tarrafa, uma das suas ferramentas de trabalho, e um tipo de rede de pesca muito utilizada no local.

À medida que o tempo avançava, criava a expectativa de quem sabe um dia também poder participar das “resenhas” emitindo opinião, apesar de saber que ainda era um simples espectador externo àquela comunidade, mas com o olhar curioso e atento. Sempre apreciei conhecer e ouvir as histórias do viver das pessoas até que certo dia o velho pescador disse: “Ô menino galego, segura esse carretel de *nylon* para você me ajudar a terminar o conserto da tarrafa “pró mode” [sic] ir pescar”. O menino era eu. Mesmo sem saber mensurar o quanto representava aquela participação em termos de contribuição, pessoalmente avaliei ser um avanço. Embora de maneira imberbe estivesse me incorporando à vida daquele lugar, talvez a partir deste ponto me enxergassem menos como um veranista e mais como alguém de “consideração”, talvez pertencente àquele grupo de pescadores.

Os caminhos do mar, as esquinas do tempo, a história do lugar e a trajetória dos sujeitos aos poucos delineiam o percurso do pesquisador. Quando navegava nas águas serenas e plácidas da Enseada de Aratu, um braço de mar da Baía de Todos os Santos, avistei uma casa sólida e vasta. Tratava-se da sede de um antigo engenho de açúcar, conhecido como Engenho da Freguesia, nas imediações do distrito de Caboto, município de Candeias na Bahia.

Atraído pela curiosidade semelhante àquela pela qual marinheiros são enfeitiçados pelo canto da sereia, segundo reza a lenda, aportei num cais de madeira do qual me proporcionou a visão inicial do imponente sobrado em estilo colonial caiado de branco com quatro pavimentos, muitas janelas e sacadas tingidas de verde. Mais à frente, situado entre o belo verde gramado da casa principal e a praia, um galpão comprido com muitas entradas em forma de arco e poucas portas, onde enormes moendas¹ e grandes tachos de metal, testemunhas do tempo que serviam como aparatos na produção do açúcar. A descrição dessa minha memória da primeira visita, entre muitas, ao engenho, refere-se ao Museu do Recôncavo Wanderley de Pinho.

Uma peça arquitetural majestosa de inestimável valor histórico que, na época de 1980, era administrado pelo Centro Industrial de Aratu (CIA). Todo o conjunto do museu consistia numa aula viva de História: no seu interior o mobiliário colonial, artefatos de decoração, vestimentas, equipamentos de moagem, tachos, objetos sacros e o estilo arquitetônico revelam e desvelam o retrato de um tempo. Tantas memórias estavam presentes naquele ambiente que pulsava História e evocava vozes esquecidas contidas no estilo arquitetônico do casario,

¹ Segundo o dicionário Michaelis é o mecanismo para esmagar e espremer a cana-de-açúcar nos engenhos. São comumente constituídos de cilindros horizontais e conjugados em série, uns atrás dos outros, em número de três (terno) ou seis.

mobiliário, cultural, material. Memórias de vidas estampadas em todos os cantos. Como trazê-las de volta? Com tanta provocação acredito ter surgido a motivação no menino em pesquisar esse passado palpável tão próximo concretamente, mas tão distante subjetivamente.

Para Moran, Masetto e Behrens (MORAN; MASETTO. BEHRENS, 2008, p. 23) “aprendemos melhor quando vivenciamos, experimentamos, sentimos”. Quando esses conteúdos que são trabalhados na construção do conhecimento são atribuídos à necessidade de aprender para podermos utilizá-los quando nos traz vantagens e significados. Segundo os mesmos autores, “aprendemos pelo interesse, pela necessidade” (MORAN; MASETTO. BEHRENS, 2008, p. 23).

O ato de visitar *in loco* tem um efeito sedutor para aumentar a curiosidade, tornando mais fácil a compreensão ao nível do operacional de quem apreende e vivencia. É por isso que alunos da disciplina de História imergem no ambiente físico, mas também, na contemporaneidade, vivem mergulhados no ambiente virtual tecnológico intercambiando momentos de interação.

A interação é o fio condutor que ativa o pertencimento do sujeito em relação ao que observa, pois o referencial torna-se mais plausível, lúdico. Segundo Vigotsky (2005), é na interação que o homem se faz homem. Falar na possibilidade de um Museu Didático de Itapuã, com o seu acervo digital/virtual a ser visitado é também propor um encontro de muitos sujeitos com muitos outros. Nessa compreensão, é possível aferir ser o museu, em alguma medida, um instrumento didático que proporciona vivenciar a História de muitos sujeitos, trazendo memórias dos percursos e dos artefatos produzidos por eles, como processo educativo.

Durante a trajetória escolar, fui inspirado por professores que me desafiavam a fazer apresentações orais e textuais, principalmente em História e Geografia. Quando convidado por um deles a realizar uma aula sobre Império Romano surge a certeza, nesse dia, do caminho a seguir: ser professor. Imerso nesse contexto, e concluído o ensino médio, presto exame vestibular para o curso de História na Universidade Católica de Salvador (UCSAL). Durante a graduação, por força das circunstâncias, foi preciso entrar no mercado de trabalho, a fim de pagar os custos das mensalidades do curso. Assim, passo a fazer parte do segmento social aluno trabalhador.

A relação com a tecnologia computacional surgiu por ser admirador dos aparatos e seus recursos tecnológicos eletrônicos. Desse encantamento emerge o impulso em adquirir um computador pessoal. Assim, deixo a condição de curioso para autodidata em programação de códigos computacionais. Logo, ingresso no mundo do trabalho na área de tecnologia ao

conseguir a transferência para o Centro de Processamento de Dados (CPD) de uma instituição do setor financeiro. No ambiente se encontrava a última geração de tecnologia computacional em *Mainframe*² com equipamentos sofisticados, capazes de processar uma enorme quantidade de registros em segundos, constituído de sistemas de informação e programas de computador desenvolvidos para prestar respostas em tempo real.

No meu viver, nas tessituras cotidianas da sobrevivência entre estudo e trabalho, completo em 1989 a Graduação de Licenciatura em História. A percepção sobre deter o conhecimento indica algo inacabado, uma limitação que precisa ser superada: é premente compartilhar o(s) saber (es). Nessa perspectiva, me candidatei ao concurso para professor da rede estadual de ensino público. Aprovado, em 1992 iniciei carreira docente no Colégio Estadual Severino Vieira (CESV), localizado no bairro de Nazaré, em Salvador. Estava diante de uma turma repleta de adolescentes inquietos e dispersos, até então com a vasta experiência de um mês de estágio supervisionado da graduação.

A vivência no recente ofício trouxe o primeiro impacto. Foi a constatação de que o tempo dispensado, especificamente em relação à prática docente, durante a graduação em licenciatura era insuficiente à formação, apesar dos valorosos esforços dos professores de Didática em tentar atenuar essa deficiência do currículo na graduação. Ações como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), se existissem na época, em muito contribuiriam para fortalecer a iniciação à docência.

No ano seguinte, por razões de adequação dos horários das atividades laborais desempenhadas na iniciativa privada em paralelo com as do ensino no CESV foi necessário transferir o turno de trabalho no colégio para o período noturno. Permeado de incertezas dessa mudança de contexto e cenário, principalmente em relação a pouca experiência em sala de aula, concernente àquele perfil de aluno trabalhador, aliada à precarização do apoio que deveria vir da coordenação pedagógica do colégio, da qual o turno noturno era desprovido na referida unidade escolar, constatei ser preciso reformular toda minha prática didático-pedagógica.

Repensei o meu fazer frente a um novo desafio: o de cativar a atenção das turmas majoritariamente constituídas por aluno trabalhador, que necessitava dividir o seu tempo de trabalho com o estudo e possuía faixa etária em geral superior a do docente, o que transmitia uma enorme vontade de aprender, apesar de todas as dificuldades pessoais aliadas as

² Termo em inglês para designar computador de grande porte dedicado normalmente ao processamento de um volume enorme de informações.

deficiências pedagógicas e de infraestrutura da escola pública, em especial do ensino noturno. Como nos ensina Veiga (2007):

O professor criativo, de espírito transformador, está sempre buscando inovar sua prática e um dos caminhos como tal fim seria dinamizar as atividades desenvolvidas em sala de aula. Uma alternativa para dinamização seria a variação das técnicas de ensino utilizadas; outra seria a introdução de inovação nas técnicas já amplamente conhecidas e empregadas (VEIGA, 2007, p. 35)

Graças à solidariedade dos colegas de profissão em compartilhar as experiências em sala de aula foi possível captar estratégias na adequação da minha prática, pois o pensamento docente estrutura-se no esteio de experiências individuais e nas interações entre seus pares. Procede daí o entendimento de que esse conhecimento se produz tanto na própria experiência docente quanto nas trocas e intercâmbios vividos entre os professores. Posto isso, as práticas educativas não são fatos isolados uns dos outros que conforme Dukheim (2001) “estão ligados no mesmo sistema em que todas as partes contribuem para um mesmo fim: é o sistema de educação própria de um país e de um tempo”. (DUKHEIM, 2001, p.75).

O tempo seguiu o seu curso, mas o desconforto com aquele estado das coisas na educação insistia em permanecer. Experimentar foi o verbo em voga naquele contexto. Procurei colocar em prática a salutar metodologia do ouvir o que os estudantes tinham a dizer a respeito de como tornar as aulas mais atrativas. O surpreendente foi constatar nessas oitavas que as sugestões dos alunos apontaram para a elaboração de esquemas em forma de resumos dos assuntos na lousa e aplicação de atividades em grupo em sala.

Acredito que, ao decidir fazer parte da rede pública de ensino, tomei como mola mestra a crença, o desafio de difundir a importância da educação como instrumento de promoção social da pessoa.

No ano de 2000, em razão da minha mudança de domicílio para o bairro que o poeta Vinicius de Moraes fixou morada, solicitei e consegui transferência para o Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior (CEGLJ) em Itapuã, atuando como professor apenas no turno noturno.

Vale ressaltar que em relação à infraestrutura e condições dispensadas ao ensino noturno pouco alteraram ao quadro insatisfatório encontrado no Colégio Estadual Severino Vieira. Repetem-se os problemas referentes à carência de infraestrutura e de pessoal, recursos didáticos escassos, reclamações de ausência de aulas por falta de docentes, alunos infrequentes e outras deficiências. Destarte a essas situações, vale enaltecer a persistência dos estudantes em manter-se com a finalidade de concluir o ciclo de estudo, mesmo diante dos

percalços, alguns retornando ao ambiente da escola muito tempo depois de terem abandonado os estudos. Nas reminiscências do percurso, impossível não ficar com os olhos mareados quando alguém que retomou o estudo depois de muito tempo afastado da escola ao concluir o 3º ano do Ensino Médio lhe agradece dessa forma: “Obrigado professor por me incentivar e acreditar em mim”.

Participar de alguma maneira das histórias de vida dessas pessoas é gratificante e, particularmente, foi o combustível da minha resiliência diante dos obstáculos em manter a crença na educação como principal vetor de libertação.

Quanto ao perfil de aluno trabalhador, entretanto, havia uma peculiaridade relativa ao alunado de Itapuã: uma parte significativa era constituída por morador do bairro ou da circunvizinhança. Dessa maneira, a leitura do contexto escolar vincula a uma nova realidade que num primeiro momento passou despercebida ao olhar didático-pedagógico deste docente: considerar a relação de identidade com o bairro e a possibilidade de aproveitar, com vistas em aprimorar a aprendizagem, o sentimento de pertencimento da comunidade escolar e o lugar.

Nessa estimulante busca por modelos de práticas pedagógicas que produzisse aulas de História dinâmicas e interativas, voltadas ao aprimoramento da aprendizagem utilizando a vivência na área de tecnologia, experenciei fazer uso do ambiente das redes na *internet* como opção de ferramenta de suporte pedagógico, a partir da criação de um *blog*³. Em razão da precariedade de materiais didáticos⁴ (livro ou reprografia de textos), disponibilizei em ambiente virtual os assuntos tratados nas aulas e exercícios para fixação dos assuntos.

Tempos depois com o avanço da tecnologia, ampliação da rede de conectividade, redução dos custos de acesso à *internet*, a popularização dos *smartphones* foi construído o portal AWALOM⁵, como pressuposto da inclusão digital de professores e alunos, desenvolvido em ambiente *Web*. Atualmente, sete disciplinas fazem uso do portal. Cabe assinalar, tanto o *Blog* História de Mestre quanto o AWALOM foram iniciativas pensadas dentro do contexto possível na época para contornar determinada dificuldade estrutural em oferecer recursos básicos, intrínseca da escola pública na qual pratico à docência.

Dando continuidade em aplacar as minhas inquietações, intuía ser imperativo cogitar formas mais cativantes para apresentar o conteúdo de História, a partir do uso de outra abordagem metodológica. Tomei conhecimento do Programa de Iniciação de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID) e ávido desejei participar. Neste sentido passo a fazer parte

³ O Blog História de Mestre (www.historiademestre.blogspot.com) foi criado pelo autor em 2008.

⁴ O Programa Nacional do Livro Didático de História no ensino médio chegou no CEGEJ em 2009.

⁵ AWALOM – Ambiente Web de Avaliação do Lomanto. (<https://awalom.blogspot.com.br>).

como supervisor do PIBID de História que atuou no CEGLJ de 2014 a março de 2018 vinculado a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e coordenado pela Prof.^a Dr.^a Maria Inês Corrêa Marques. Cativado pela proposta desse programa de iniciação à docência, cujo projeto matricial teve como lastro a História, Memória e Educomunicação para difusão dos Direitos Humanos na perspectiva de contribuir da formação dos graduandos em licenciatura.

Neste ponto do percurso, as curvas do acaso e as esquinas da História conectam Itapuã às do Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior (CEGLJ). Durante as reuniões com os bolsistas e a coordenadora do PIBID, importantes contribuições emergiram para elaboração do primeiro plano de ação no colégio e a definição da proposta em trabalhar com a história local, a partir do “achado” por ouvir falar do acervo do Museu Didático Comunitário de Itapuã (MDCI), resultado de um projeto de Doutorado em Educação da Prof.^a Maria Célia Santos, idealizadora e implementadora do MDCI desenvolvendo ações de pesquisa, ensino e extensão entre 1993 e 2000.

Navegando na trilha desse percurso, transitando pela tríade do percorrido, ocorrido e incorporado (LEÃO, 2016), o meu caminhar ganhou consistência, novas direções despontaram a rota na pesquisa em Educação, e isso contribuiu para galgar e consegui cursar o mestrado. O novo percurso provoca um olhar inquiridor sobre o ensinar e aprender, a partir da vivência no grupo de estudo do Projeto RedePub/GesPub, vinculado ao Grupo de Pesquisa Geotecnologia, Educação e Contemporaneidade (GEOTEC) do Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Em ambiente prazeroso, aprofundi nas discussões das bibliografias teórico-conceitual que contribuíram para o aprofundamento do entendimento sobre Memória, História, Lugar, Geotecnologia, convergindo para Processos Criativos utilizando Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Apoiado na fundamentação teórica, aliada às importantes contribuições metodológicas adquiridas nas discussões do Projeto RedePub, foi fincada a baliza da viabilidade em empregar o acervo museológico como instrumento de intermediação tecnológica e proposta inovadora na melhoria da aprendizagem, numa perspectiva do registro da história e memória em espaços educativos públicos, ao mesmo tempo em que se concebeu como uma alternativa promissora, com algumas adaptações, para o ensino da História.

Sustentado neste aparato teórico disponibilizado e das participações nos encontros dos Fóruns GEOTEC e REDEPUB, foi possível consolidar os alicerces que amparam a presente pesquisa. O Projeto Agenda Acervo RedePub desenvolve estudos de História e Memória em Rede de Espaços Públicos Educativos. Configura-se como processo tecnológico o registro de

pertença dos sujeitos que fazem história nesses espaços. O RedePub possui duas ações integradas e intermediadas: O GesPub (Processos de Inovação Gerencial) e o RedeForm (Processos de Inovação Formativa). O presente estudo se insere no GesPub, pois se trata do gerenciamento do processo de criação do Museu Virtual a partir do acervo museal digitalizado na perspectiva de torná-lo também formativo, educativo, para o ensino da história.

A proposição é de possibilitar desenvolver a escrita dessa investigação, com adequações, no conteúdo ministrado de História sobre as categorias do núcleo memória, história e geotecnologias. Por conseguinte, cabe uma maior reflexão sobre a metodologia proveniente da construção de Museu Virtual, como instrumento inovador da aprendizagem no ensino da História utilizando a documentação (física e digital) contida no acervo museológico didático, avaliando as suas potencialidades quanto ao recurso tecnológico disponibilizado em ambiente virtual, de intermediação tecnológica.

Deste modo, surge como problema de pesquisa: De que maneira o uso do acervo didático comunitário museal, através da intermediação tecnológica, pode contribuir no ensino da História, seu registro, guarda e memória da escola e do lugar?

O objetivo geral dessa pesquisa foi criar um Museu Virtual a partir do processo de registro e uso do acervo existente na instituição escolar, como recurso tecnológico no ensino da História de forma a viabilizar a guarda e difusão da memória a ser disponibilizada em ambiente virtual na propagação do conhecimento sobre a História do bairro e escolar.

Nesse interim, os objetivos específicos foram compreender o procedimento de construção do museu virtual, explorando as potencialidades do seu acervo digital como recurso pedagógico de intermediação tecnológica; utilizar o suporte das tecnologias digitais como práticas pedagógicas inovadoras no ensino da História; explorar como as ações aplicadas no percurso da elaboração do projeto de criação do acervo museal contribuíram no processo de ensino da História na preservação e difusão da memória desta escola pública e seu lugar de inserção.

Novas contribuições surgiram com a imersão no grupo de pesquisa abrindo fronteiras e aumentando a abrangência de divulgação do trabalho deste pesquisador, a partir da participação em diversos congressos e outros eventos de natureza científica promovendo a interlocução com pesquisadores de outras instituições que compõem redes, parcerias de pesquisa nacionais e internacionais aos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*. Particularmente, trouxe o incremento do diálogo entre diferentes ramos do conhecimento, oportunizando aos pesquisadores e participantes debater, contrastar saberes científicos e

atualizar temas fundamentais para a compreensão do mundo, da escola, do ensino, da pesquisa e da extensão em sua interdisciplinaridade.

Apoiado no acréscimo do embasamento teórico, a partir da inovação tecnológica (LÉVY, 2010), apresento a criação do acervo didático museológico digital contendo a história do colégio CEGEJ e do bairro de Itapuã, que compreende o estudo da memória em Le Goff, fundamentado nas contribuições do conceito de Acervo (BELLOTTO, 2014), Entrelugares (BHABHA, 1998) e História (LE GOFF, 1996. CERTEAU, 1982).

Esse estudo é sistematizado no presente relatório descritivo composto de quatro seções: A *primeira* traz o lugar de memória da história descoberta “navegando em armazéns”, revisitando a literatura do conceito de memória, assim como o de história ao suscitar discussão ao arrazoar sobre o processo histórico da formação do bairro de Itapuã e a existência da memória do CEGEJ e, por fim, um comparativo do perfil do bairro e do colégio.

A *segunda* tem como propósito de entrelaçar os conceitos de Entrelugar e Intermediação Tecnológica, compreendendo estes como basilares no entendimento do desenvolvimento da presente pesquisa, além de trazer a Educação Museológica como perspectiva de Inovação Tecnológica.

Por conseguinte, a *terceira* seção retrata a estrutura metodológica com o aporte da pesquisa documental e o viés participativo colaborativo. Já a *quarta* seção corresponde ao percurso de difusão do acervo, que vai do físico para o virtual para, então, apresentar as considerações finais desse estudo.

SEÇÃO I

CEGLJ: LUGAR DE MEMÓRIA DA HISTÓRIA “NAVEGANDO EM ARMAÇÕES”

Nesta seção são discutidas concepções de História considerando a relação do indivíduo no tempo e no espaço, além da análise do imbricamento com a memória. Apresenta, também, a abordagem da História Local de Itapuã como “gatilho” no ensino da História pela possibilidade de trabalhar com a realidade mais próxima dos colegas e, simultaneamente, apontar que as vivências cotidianas de determinada localidade e de seus atores sociais, no tempo pretérito, não se dão dissociadas do processo históricos da sua cidade, do seu país, mas como parte da construção da memória, suas identidades culturais e sociais.

Estabelecer relações interacionistas entre professor e estudante, a partir da temática local, permite ao docente fazer uso das histórias individuais e dos grupos que compõe a coletividade do contexto das aulas. Assim, o estudante passa gradualmente a observar, perceber e compreender o significado do processo histórico no meio em que vivem e atuam inserindo-o em cenários mais amplos. A escola passar a existir como “lugar de memória” na terminologia de Nora (1993) que relaciona com as memórias coletivas da comunidade e do lugar como possibilidades para a escrita da História.

Da aldeia de pesca que aparece nas cartas cartográficas, desde o século XVII grafado como “Tapoan”, até ao bairro na contemporaneidade, a trajetória desse lugar conhecido internacionalmente como a representação da imagem do paraíso idílico chamado de Itapuã nos remete a uma das paisagens naturais que representam, junto com sua gente, o símbolo de um rico tesouro da cidade de Salvador. Uma amostra dessas identidades soteropolitana está no cântico Passado e Presente, de autoria de Dona Eunice uma das componentes do grupo “As Ganhadeiras de Itapuã” (2011):

Itapuã, dos coqueirais. Itapuã, do Abaeté
Itapuã de Dorival e Vinicius, dos baianos e do acarajé.

Compilar essa riqueza histórica e cultural a partir das “vozes” das pessoas que conhecem esse poético e sonoro bairro não é tarefa fácil, mas é muito gratificante. Personagens da peleja do cotidiano, ao seu modo, trazem na memória o registro de louvor ao divino, ao trabalho, ao amor, à história, à vida e sempre lembram o “passado e presente” desse lugar inspirador chamado Itapuã. Segundo Le Goff (1996) não devemos esquecer os lugares

da história, aqueles onde se deve encontrar os criadores da memória coletiva e constituir seus arquivos em função dos seus diferentes usos, ou seja, as “comunidades de experiências históricas ou gerações”.

1.1 Processo Histórico da Formação do Bairro de Itapuã

Todos nós, em alguma medida, fazemos história. Ela acompanha a trajetória da humanidade desde os primórdios, aquele homem que rascunhava nas paredes das cavernas era um agente da história. “Os homens fazem sua própria história” dizia Karl Marx. No intuito de darmos sentido ao viver, refletirmos sobre nosso papel na sociedade. Desse modo, ampliamos a visão de mundo e, ao criarmos histórias, também produzimos memórias. Inevitavelmente, tais perguntas e a busca por respostas conectam história à memória.

O passado pode ser proveitoso para quase tudo que se quer realizar no presente. A palavra ‘história’ vem do grego antigo *historie*. Essa concepção da visão como fonte essencial de conhecimento leva-nos à ideia que *histor* como aquele que vê e sabe; *historein* em grego antigo é ‘procurar saber’ (Le Goff, 1996). Por conseguinte, na possibilidade de retrocedermos no tempo para ver e saber nossas próprias histórias como o *histor*, numa perspectiva mais ampla, poderemos então procurar saber de que maneira são produtos não apenas de sua vivência individual, mas da sociedade e da cultura as quais nos inserimos. A história formatou os valores humanos e, à medida que percebemos isso, compreendemos o poder do passado.

Cabe salientar que nesta seção do presente trabalho, a proposição é trazer um recorte da grande história da historiografia utilizando uma narrativa sintética, expondo o processo de forja do pensamento desse movimento revolucionário de escrita da História. A interação entre passado e presente é aquilo que Le Goff chama de função social da história, ou seja, organizar o passado em função do presente. Poderia se definir a função social da História, conforme Lucien Febvre (1970): “A história recolhe sistematicamente, classificando e agrupando os fatos passados, em função de suas necessidades atuais”.

A história da História, ou seja, a historiografia atua como compiladora das sequências de leituras do passado, não obstante, repletas de falhas, omissões, atualizações de memória que permeiam a trajetória temporal das épocas, fabricando mentalmente a sua apresentação desse ocorrido e que, por conseguinte, em alguma medida, afetam o vocabulário do historiador.

A narração dos acontecimentos passados da nossa cultura realizada pelos gregos, sucedida pelos relatos bem documentados dos romanos, moldou a denominada história ocidental. Permeando pelas contribuições dos cronistas da Idade Média chega-se à corrente de historiadores do século XVIII imbuídos na narrativa como constructo da história, embora se acautelasse em relação aos escritos da *Ilíada* de Homero vistos como poemas desprovidos do rigor histórico, pois acreditavam que tais crônicas romantizadas prendiam o historiador na superficialidade dos acontecimentos. Os preceitos do Iluminismo no século XVIII trouxeram a razão como mola mestra para combater o misticismo que imperava no mundo do medievo. Esse racionalismo não passou despercebido na historiografia. Conforme o modelo positivista tradicional, a história é objetiva. A tarefa dos “guardiões” da História é apresentar os fatos, segundo Ranke “como eles realmente aconteceram”, ou seja, a história vista de cima constituía-se na verdadeira narrativa dos acontecimentos, a partir da documentação oficial. Contudo, à época “já se atacava a hipótese de que a história escrita deveria ser uma narrativa dos acontecimentos” (BURKE, 1992).

Dividida entre a prancha do estruturalismo e da narrativa dos acontecimentos, a Escola dos *Annales*⁶, surgida na França no início do século XX, “surfava na onda” que resultou no novo entendimento da historiografia. Fernand Braudel, em sua famosa obra *O Mediterrâneo* (1972), rejeita a história dos acontecimentos “como não mais que espumas nas ondas do mar da história”. O que realmente importa são as mudanças econômicas e sociais de longo prazo e as mudanças geo-históricas de muito longo prazo (BURKE, 1992, p.12).

Nesse sentido conforme ressalta Burke (1992):

Seja como for, a preocupação com toda a abrangência da atividade humana os encoraja a ser interdisciplinares, no sentido de aprenderem a colaborar com antropólogos sociais, economistas, literários, psicólogos, sociólogos etc.[...] O movimento da história vista de baixo também reflete uma nova determinação para considerar mais seriamente opiniões das pessoas comuns sobre seu próprio passado do que costumavam fazer os historiadores profissionais. O mesmo acontece com algumas formas de história oral. Neste sentido, como heteroglossia é essencial à nova história (BURKE, 1992, p. 16).

Entre as décadas de 1970 e 1980, a reação contra o modelo positivista da historiografia globalizou-se e apropriou-se da denominação “Nova História” que, conforme ressalva Burke (1992), não é tão nova assim, uma vez que essa expressão tem seu primeiro uso em 1912. O novo foi a difusão nos anos de 1970 para outras modalidades de história.

⁶ Fundada por Marc Bloc e Lucien Febvre em 1929, a revista dos “*Annales d’histoire économique et sociale*” (Anais da História Econômica e Social), procurava uma outra análise do passado a partir de outras áreas do conhecimento. Ver Peter Burke – A escola dos Annales.

Na medida em que contempla a pesquisa e a reflexão da relação estabelecida socialmente, a partir da afinidade constituída entre a tríade indivíduo, grupo e o mundo social, o estudo histórico desempenha um papel importante. Nesse contexto, destaca-se a história das mentalidades apontando novas direções para uma historiografia mais contextualizada ao pensar humano, considerando o recorte temporal, vinculados em premissas éticas e comportamentais da sociedade.

O destaque deste movimento é Philippe Ariès (1914-1984), associado com o trabalho de Le Goff (1924 -2014) e Duby (1919-1996) cujas produções fortalecem o imaginário social e articula o entendimento psicossocial. A memória aparece para além das fontes documentais, forçando a vivenciar a realidade e o dia a dia dos indivíduos para uma compreensão plena.

O conhecimento histórico tem como objetivo primeiro a compreensão dos processos, dos sujeitos históricos e a ampliação das relações que se estabelecem entre os grupos humanos em distintos tempos e espaços. Entender o enredamento como são construídas as identidades pessoais e sociais numa determinada dimensão temporal das relações sociais presentes cotidianamente e na organização social mais ampla implica averiguar qual lugar o indivíduo ocupa na trama da História.

Por esse ângulo, a História do Cotidiano está entre as correntes adotadas por gerações de historiadores ávidos em permear uma história social capaz de dar novas dimensões à visão política. As obras de historiadores como Agnes Heller e E. Thompson, influenciados nos pressupostos marxistas, na pretensão de verificar o surgimento das tensões sociais e suas várias matizes improvisadas de lutas, de resistência e de organizações diferentes das estabelecidas pelo poder institucional reconheceram a necessidade dos estudos do cotidiano. Pelas possibilidades que oferece em considerar as transformações realizadas por homens comuns, o viver diário pode ser utilizado como objeto de estudo escolar.

Logo, a admissão da História do Cotidiano como conteúdo de estudo escolar pleiteia o investigar das possibilidades peculiares desse viver habitual, sem se limitar a constatar o “real”, ou as motivações possíveis para educandos pouco impactados com a História escolar convencional.

A percepção de que o cotidiano tem valor histórico e científico no núcleo de uma análise de um sistema histórico foi demonstrada por Le Goff (1996). Outros historiadores notaram que o tempo de vivência não era apenas o lugar das pessoas comuns, mas também poderia ser considerado lugar de mudanças e resistência, desempenhando papel relevante no fazer histórico. O objeto tem dimensão insólita, dada a visão antropocêntrica do acontecer histórico, conforme afirma Agnes Heller (2008):

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se ‘em funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias (HELLER, 2008, p. 17).

A vida cotidiana constitui a instância onde as relações sociais se realizam de forma concreta, não se limita somente a simples reprise do modo de vida de pessoas comuns. Numa proporção pela qual as práticas sociais constituem corpo e efeito moldando os interesses em jogo. Uma articulação entre o cotidiano e o lugar torna possível a conexão com o movimento da História Local. Esta pode ser entendida como uma modalidade de estudos históricos que cooperou para o constructo dos processos interpretativos sobre as maneiras como os membros da sociedade que integram o sistema político se constituem historicamente em seus modos de viver, situados em espaços que são socialmente convencionados e revisados pelo poder político e econômico na forma de “bairros e cidades”.

A História Local se conecta a História do Cotidiano ao dar voz às pessoas comuns, partícipes de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelecer relações entre os grupos sociais de condições diversas que fazem parte tanto no presente quanto no passado no enlace de histórias. Posto isso, tem sido compreendida como “história do lugar”. Nessa acepção, a localidade tem-se tornado linha de largada para a produção de conhecimentos sobre o passado e objeto de pesquisa.

Como assevera Proença (1990, pág. 139): “Assiste-se presentemente ao desenvolvimento de uma História Local que visa tirar partido das novas metodologias e cujos temas poderão ter um aproveitamento didático motivador e estimulante”.

Os lugares de memória estão para consolidar a memória, possibilitando o forte liame entre a sociedade e as experiências passadas dos sujeitos. Entretanto, é preciso a contextualização, a fim de que as pessoas que não vivenciaram o que está sendo apontado como lugar de memória, elaborem imagens a respeito dos acontecimentos e, para as que presenciaram, possam encontrar no lugar mecanismos que despertam a memória. Então, contempla as três instâncias proposta por Nora “material, simbólico e funcional” (NORA, 1993, 21).

1.2. A história local de Itapuã

A associação entre História Local e o ensino de História possibilita contextualizar essa vivência individual a uma história que se apresenta como uma possibilidade para a aprendizagem histórica, na perspectiva de abordar temas com a realidade mais próxima do meio em que vivem e onde atua professor, estudante, comunidade, além das relações sociais que se estabelece entre eles.

Nessa ótica, o eixo temático da História Local pode articular relações com as estruturas de poder político, econômico e social, tecendo possibilidades para construção de um instrumental conceitual que permitirá aos sujeitos apropriar-se de um olhar consciente da sociedade e para si mesmo. A percepção destes vínculos entre a história de vida e História são elaborados tomando como ponto de partida a expectativa da compreensão e identificação do passado e do presente nos espaços de convivência no entorno do estudante.

Em particular, no bairro de Itapuã é possível estabelecer experiências didáticas articulando a vida dos estudantes e a compreensão de contextos históricos diversos (perspectiva histórica) a partir da inserção e relação do lugar (Itapuã) em fatos da História.

É na abrangência da atividade humana que a associação do nome do bairro à pedra está na etimologia indígena do Tupi significando “pedra de ponta”⁷. No gosto da gente do local e no trato da justificativa para explicar a sua maneira de ler o mundo, a denominação que predomina é “pedra que ronca”. Caetano Veloso, na letra do disco *Bicho* (1977), conseguiu traduzir sucintamente a mistura contida nas origens da nomenclatura do bairro: “A força vem desta pedra que canta Itapuã. Fala Tupi, fala Iorubá”.

A antiga aldeia dos tupis, posteriormente acrescida com a presença africana, demonstra o processo de formação do “povo de Itapuã”, permeado de traços da História do Brasil através dos séculos. Essa memória ancestral dos relatos da História oral associada aos registros da historiografia aponta a importância dos primeiros no desvelamento dos fatos contidos e escamoteados nos registros oficiais. Conforme assinala a obra baseada nos registros etnográficos da oralidade contida em Gandon (2018):

Foi possível concluir também que no tempo dos antigos essa mestiçagem ocorreu principalmente entre índios e africanos, ou descendentes de africanos [...] A influência da cultura índia e da cultura africana é marcante nesse lugar, ainda que os aportes culturais dos colonizadores portugueses (sobretudo sua língua) sejam dominantes. Certas práticas ligadas ao cotidiano, assim como algumas expressões

⁷ Conforme o artigo de Consuelo Ponde de Senna, “Itapuã” (Veiculado pela Tribuna da Bahia, Seção Ponto de Vista, 25 de Julho 1988) com base nos estudos de Frederico Edelweiss.

artísticas, religiosas e ideológicas podem ser analisadas como evidências da relação entre índios e negros nesta região (GANDON, 2018, p. 171).

Se os traços da cultura do povo de Itapuã são nitidamente mesclados por tons fortes dos indígenas e africanos, a historiografia corrobora para ampliação do leque de etnias deste caldo cultural local, a partir da inserção do colonizador português. Num apanhado *en passant* dos escritos historiográficos, nota-se a presença de Itapuã nos registos dos acontecimentos históricos. Decerto, antes da chegada do colonizador europeu às terras de Itapuã, habitava-se originalmente a tribo da etnia Tupi que marcou sua presença na origem do nome do bairro e indicava a relação com o mar. Porém, a primazia do encontro entre povos, marcado por conflitos, foi do português com o índio.

A implantação do Governo Geral, com a vinda de Tomé de Souza respaldado nas determinações expressas no Regimento de Almerim⁸, editado por D. João III, em 1548, tratando da empreitada de fundar uma cidade fortificada, "uma fortaleza e povoação grande e forte", em um lugar conveniente destinada a ser a Cabeça do Brasil para dali "dar favor e ajuda às outras povoações", configura maior presença lusitana.

Entre as prerrogativas do Governador Geral, estava a doação de terras, e não foram poucas as concessões efetuadas, dentre as quais incluía a área que engloba Itapuã. Dos nomes que receberam tal benefício de Tomé de Souza, estava o seu almoxarife Garcia d'Ávila, agraciado com um lote situado entre "13 a 14 léguas ao norte de Salvador" e "separadas da Ponta do Padrão, atual Forte de Santo Antônio da Barra e das terras do Rio Vermelho", segundo Moniz Bandeira (2000). Em geral, o nome da família d'Ávila pouco é relacionado à História de Itapuã. No entanto, após os indígenas e antes da presença africana, foi o colonizador que fincou raízes naquele litoral.

O historiador Cid Teixeira afirma que a sesmaria⁹ de Garcia d'Ávila foi ampliada por doações na região através de atos administrativos de outros governadores durante o século XVI (Teixeira, 1978^a). Prossegue Teixeira (1978^a), a primeira doação do governador geral para Garcia d'Ávila, futuro senhor da Casa da Torre, estão as terras que correspondem aproximadamente ao Montserrat, localizada na região da península de Itapagipe, atual bairro da Ribeira, em Salvador. Entretanto, percebendo não ser promissora a terra de Itapagipe, permutou-a com a ordem religiosa dos beneditinos a propriedade da praia de São Francisco, em Itapuã. No mesmo local, conforme documentação do século XVI, há informações sobre a

⁸ Documento de 1548 do rei D. João III no qual explicitava as instruções para Tomé de Souza realizar. É considerado por muitos historiadores como a certidão de nascimento de Salvador.

⁹ Sesmaria corresponde ao pedaço de terra devoluta entregue pela coroa portuguesa para fins de cultivo.

capela erguida em devoção a São Francisco no alto de uma colina, área correspondendo hoje a que faz parte do cemitério local com o mesmo nome do templo seiscentista¹⁰.

Segundo o historiador Cid Teixeira, de acordo com o foral de 1549, o marco que estabelecia o limite da Fazenda São Francisco e as terras de uso comunitário pertencente ao Senado da Câmara de Salvador que era onde está localizada atualmente a estátua da sereia de Itapuã.

A igreja matriz de Itapuã de Nossa Senhora da Conceição já está em cima de terras do Senado da Câmara; o limite está ali. A área ocupada, a área, digamos de maior densidade populacional de Itapuã está toda em cima de terras que foram do Senado da Câmara (TEIXEIRA, 1978a, p.50).

Nessa acepção, a vila de pescadores nasceu em terras públicas pertencentes à Câmara Municipal e o que corresponde à área onde atualmente estão as residências pertencentes à Aeronáutica, o cemitério municipal de Itapuã e as imediações da praia de Placaford¹¹ integraram a propriedade da família d'Ávila.

Garcia d'Ávila passou a residir na Fazenda São Francisco criando gado e, a partir de Itapuã em direção ao litoral norte, amealhou grandes faixas de terras tornando-se aos vinte e quatro anos de idade um dos homens ricos e poderosos da capitania da Bahia. A primazia da atividade bovina coube à Casa da Torre de d'Ávila conforme ressalta (BANDEIRA, 2000, p. 95): “E seu rebanho de gado já crescera tanto que, [...] Garcia d'Ávila, requereu mais duas léguas, em sesmaria nos campos de Itapuã”.

No governo de Mem de Sá as doações de terras prosseguiram e as possessões do senhor da Casa da Torre estendiam-se de Itapuã para além de Tatuapara¹² (hoje corresponde à localidade de Praia do Forte, no município de Mata de São João, no litoral norte da Bahia) até o rio Real (atualmente serve como divisa entre os Estados da Bahia e Sergipe). Erguida sobre uma elevação nas imediações da atual Praia do Forte, a Casa da Torre originariamente denominada como Torre Singela de São Pedro e Rates, ficou mais conhecida como Castelo de Garcia d'Ávila, considerado como o único “castelo” rural da América Portuguesa. Foi o núcleo inicial do maior morgado¹³ do Nordeste e, quiçá, do Brasil entre o século XVI-XVIII, expandido por gerações até a extinção do regime de morgadio em 1832.

¹⁰ (SOUZA, 1979, p.40) “uma grossa fazenda Garcia d'Ávila com outra ermida de são Francisco, mui consertada e limpa”.

¹¹ Localidade circunvizinha de Itapuã nominada assim em razão de uma placa publicitária da Ford que passou a servir como referência de localização pela população.

¹² Tatuapara ou mais corretamente tatuaparã, corresponde em língua Tupi a “tatu que se encurva”, animal conhecido como tatu-bola.

¹³ Tipo de organização familiar que institui uma linhagem para transmissão dos domínios senhoriais ao primogênito por sucessivas gerações de uma mesma família.

As extensas terras deste latifúndio familiar não eram contíguas, estavam intercaladas com propriedades das ordens religiosas, principalmente as da Companhia de Jesus, juntada a da coroa portuguesa, outros proprietários particulares e povoadas por seis grandes aldeias dos Tupinambás, etnia hostil aos colonizadores. Em 1555, algumas destas tribos atacaram as pastagens de gado de Garcia d'Ávila em Itapuã, conforme Bandeira (2000, p.96), “matando três vaqueiros e chegaram até as cercanias do Rio Vermelho”.

Bandeira assinala ainda, Garcia d'Ávila arregimentou forças contra as tribos que atacaram suas terras “Conseguiu desbaratá-las e, em seguida abalou com 160 homens a pé para Itapoã¹⁴, mas os índios que lá habitavam não participaram do levante e não resistiram” (BANDEIRA, 2000, p. 96). Entretanto, algumas passagens, com requintes de crueldade, marcam a relação dos herdeiros da Casa da Torre em relação aos indígenas, segundo Mott (2010, p.66), “Francisco Dias d'Ávila, em 1676, mandou degolar, de uma só vez, 400 tapuias, aprisionando as mulheres e crianças”.

O trabalho de Luiz Mott sobre a Inquisição na Bahia traz revelações estarrecedoras, a partir de “um medonho documento” sobre as atitudes do 4º Garcia d'Ávila da Casa da Torre, o Mestre de Campo Garcia d'Ávila Pereira de Aragão pinceladas em tons de sadismo, crueldade e bestialidade aplicados aos seus escravizados, apesar de Pedro Calmon asseverar que, “sem nenhuma dúvida, foi o mais rico dos filhos do Brasil, inteligente e arrebatado: último varão da estirpe dos d'Ávila”. Essa descrição cortês de Calmon é rebatida quando comparada ao teor no documento dos autos da Inquisição de Lisboa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo sob nº 16.687, tratando de denúncias lavradas por José Ferreira Vivas em texto manuscrito com 12 (doze) páginas, relatando as atrocidades cometidas pelo honorável Mestre de Campo:

É exatamente esse ilustre fazendeiro, riquíssimo, nobre pelos quatro costados e pelas conquistas e títulos honoríficos de seus antepassados, o autor de uma série de torturas e castigos contra seus escravos, que o torna merecedor do deplorável título de o maior carrasco de que até então se tem notícia na história do Brasil. Triste sina: o mais rico e o mais cruel de todos os brasileiros escravistas. (MOTT, 2010, p.67)

O documento intitulado *Denúncia ao Santo Ofício contra Garcia d'Ávila Pereira Aragão*, transcrito na íntegra no livro de Luiz Mott, *Bahia: inquisição e sociedade*, além de apresentar o testemunho da triste e vergonhosa página da História do Brasil descortinando a cruel situação a qual os escravizados eram submetidos aos desmandos repugnantes do colonizador, também demonstra a negligência e conivência de partícipes da Igreja Católica

¹⁴ Importante lembrar que ainda persistem diversas modalidades de escrita da palavra Itapuã.

em relação às torturas, atrocidades e ações criminosas perpetradas por séculos contra os povos africano e indígena.

Nesse contexto, aponta-se uma preocupação com a “história vista de baixo” por um jesuíta consciente da aplicação da selvageria do colonizador, que sintetiza seu ponto de vista sobre as ditas “correções” impostas à escravaria: “No Brasil, costumam dizer que para o escravo são necessários três PPP, a saber: PAU, PÃO e PANO”, assinala o padre Antonil (1711), e prossegue a explicação: “E posto que comecem mal pelo castigo que é o PAU, contudo, prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo [...]”.

A “história vista de baixo”, por sua vez, expôs as limitações desse tipo de documento. Os registros oficiais em geral expressam o ponto de vista oficial. Para reconstruir as atitudes dos hereges e dos rebeldes, tais registros necessitam ser suplementados por outros tipos de fonte (BURKE, 1992).

A origem e presença indígena na região de Itapuã são referendadas por registros da documentação oficial da mesma forma que a importância da pesca obteve na economia local no período da colonização. No século seguinte ao dos primórdios da presença dos portugueses, a atividade pesqueira na capital da Bahia ganha impulso com a presença das armações que se estendiam pelo litoral leste subindo até Itapuã.

A presença do especialista espanhol em pesca Pedro Urecha, no século XVII, indica a preocupação na formação de mão de obra específica para a indústria da baleia que ao longo do tempo propiciará o surgimento de várias armações de pesca dispostas pela costa que se estende até Itapuã, tanto que: “a armação de Itapuã, a do Saraiva, a do Gregório e outro sítio de pesca, chamado muitas vezes de ‘Armação da Lagoa’, está já na praia de Amaralina”, como afirmou Cid Teixeira em Gandon (2018). Desse modo, a atividade pesqueira tornar-se-á um setor significativo da economia local empregando a técnica adquirida pelos escravizados africanos, principalmente da etnia Haussa. Embora as fontes sobre a atividade baleeira sejam escassas, documentos escritos dão notícias e os relatos da história oral que pesca da baleia abrangia toda região da Baía de Todos os Santos, com muitas armações na Ilha de Itaparica¹⁵, e grande parte da linha costeira no sentido norte até Itapuã.

A participação estrangeira devido à atividade pesqueira trouxe uma aproximação da região com a presença dos espanhóis. Da mesma forma, a invasão dos holandeses, diga-se Companhia, das Índias Ocidentais, em 1624 à Bahia, atraídos pelos negócios do açúcar

¹⁵ Uma referência sobre este tema é o livro de CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. *Caçadores de baleias (2009)*.

confirma a presença de povo forasteiro. O movimento de resistência se reuniu na missão jesuíta da aldeia do Espírito Santo, atual Vila de Abrantes localizada, conforme descreveu José Antonio Caldas, no século XVIII, “a uma distância de seis léguas pela costa de Itapuã”.

Sob a liderança do bispo Dom Marcos Teixeira, realizaram os preparativos do contra-ataque reunindo efetivo para retomar o controle de Salvador em poder dos batavos. Aliados à causa contra os invasores encontravam-se, não muito distante da Casa da Torre, uma tripulação de espanhóis que “naquela época alguns bascos, especialistas da pesca da baleia, chegaram a Itapuã para ensinar suas técnicas aos pescadores, arregimentando-os como mão de obra em seus empreendimentos” (GANDON, 2018, p.153).

A presença dos espanhóis “bascos” está relacionada ao advento da União Ibérica (1580-1640), resultado da unificação das monarquias de Portugal e Espanha, sob a coroa do rei Felipe II. Esse evento criou uma situação inusitada entre tantos na história do Brasil, e as terras da América portuguesa passaram para o domínio do rei espanhol.

Na ocasião de sua passagem pela Bahia em 1817, Tollenare, um negociante francês, relatou em suas *Notas Dominicais* sobre o período da pesca da baleia que “se concentrava entre os meses de junho e setembro”. E, ressaltou ser uma ocupação perigosa, tanto para arpoadores como para marinheiros e remadores, pois, frequentemente, o animal ferido e enfurecido investia contra o barco.

Sobre o termo “armação”, sugere que nesses locais de pesca havia estaleiros de construção ou reparação naval. Os locais de “armações” sediavam toda uma organização girando em torno da atividade pesqueira. Ao longo do tempo, em muitas destas propriedades, foram instaladas as chamadas “redes de armação”. Segundo uma citação de Bourdon nas *Notas Dominicais* (GANDON apud TOLLENARE, 1971-1973, p.705), o termo armação significa “pequena frota pertencente ao conjunto de uma empresa da pesca da baleia”. Essa palavra também nomeia a estrutura e os aviamentos de pesca, como os arpões, linhas e pesos que reforçam um tipo específico de rede de pesca de grande capacidade. Como metáfora aqui proposta, segura os seres vivos em espaços de redes. Antes baleias, depois os sujeitos pertencentes ao lugar.

Aponta Castelluci (2005, p. 33)¹⁶: “Em todas as armações do litoral brasileiro, a base da mão de obra era escrava e as maiores indústrias de óleo chegavam a empregar mais de uma centena de cativos, além de trabalhadores livres [...]”. Ao comprar as armações de Itapuã, Pirituba e Maguinho (esta última localizada na Ilha de Itaparica), se garantia o monopólio da

¹⁶ Artigo intitulado Pescadores e Baleeiros: a atividade da pesca da baleia nas últimas décadas dos oitocentos Itaparica: 1860-1888 (Revista Afro-Ásia, n. 33, 2005)

pesca e indústria da baleia, conforme nos informa Teixeira (1978^a). Ainda segundo Cid Teixeira, o inventário do “defunto” Manuel Ignácio é de grande relevância para a compreensão sobre a atividade pesqueira, pois nesse documento estão descritos e relacionados como elementos ao “engenho de azeite”, os aviamentos, materiais de pesca e indicando a participação da mão de obra escravizada africana que executavam as atividades nas armações.

É possível relacionar a forte presença africana na composição da caça às baleias e na formação da população de Itapuã ratificadas pela documentação escrita e pelas falas de antigos pescadores. Conforme Teixeira: “Desde aquele Joaquim, cabinda moço, mestre arpoador e mergulhador, cotado em um conto de reis e de Francisco Julião, ‘maior de setenta’ atador e mestre de rede que, com a idade, ficara senhor dos segredos da ‘puxada do xaréu’” (TEIXEIRA, 1985, p. 51).

O relato¹⁷ de um antigo pescador de nome Murilo Primitivo, nascido de Itapuã em 1905, quando perguntado se eram os escravos que vieram para cá (Itapuã):

Tinha escravos, mas já era a coisa, prá mim já não era tanto, mas escravo naquela época tinha muita gente que dizia ‘sua família ficou escravo e tal’, ofendendo com o sistema de falar. [...] Eu alcancei um lugar era um contrato na praia, tem contrato onde tem a casa grande, que é onde tirava o toicinho da baleia e tinha aquele salão enorme [...] onde tinha as tachas de ferro (MDCI, 1989).

Depurando a linguagem de seu Murilo percebe-se que muitos dos pescadores eram descendentes ou foram escravizados, mas quanto a ele, já havia nascido livre. No seu modo de expressar, “ofendendo com o sistema de falar”, traz o quanto no inconsciente coletivo social era depreciativo ter ficado ou ser parente de alguém que esteve na condição de escravo. Assim como descreve evidências das características do “engenho de azeite”¹⁸, outrora existente na armação de Itapuã.

A convergência da documentação escrita e os relatos orais, sobre a utilização da mão de obra escrava especializada na pesca da baleia, emerge um desdobramento nesse contexto binário pesca e escravidão, contido nas falas dos antigos moradores, trazendo a atuação do tráfico escravo que escapava do controle da administração colonial com a finalidade de burlar o fisco e também a proibição do tráfico escravo. O desembarque da atividade ilegal ocorria em praias próximas a Itapuã, uma delas conhecida como praia do “Chega Nego”¹⁹, atualmente chamada de praia de Armação nas imediações do Jardim dos Namorados, conforme Teixeira

¹⁷ O documento faz parte do acervo do MDCI transcrito a partir da entrevista gravada em 1987.

¹⁸ Ambiente no qual se realizava os procedimentos de extração e envasamento do óleo da baleia.

¹⁹ Não tenho como precisar se estes cativos eram traficados para a indústria da baleia ou para outros ofícios.

(2001, p.7), os navios negreiros realizavam operações clandestinas de desembarque dos escravos a partir dali e se estendia até “Subaúma, e lá para cima, já na fronteira do que seria o Estado de Sergipe”.

A presença de grande contingente de escravizados africanos na atividade pesqueira das armações corrobora não ser incomum ocorrer várias rebeliões registradas pela historiografia. Existe referência em José Alves do Amaral (1917) sem indicar as fontes sobre um levante em 1809 nas armações de pesca. Sufocado pela repressão colonial vinda da Casa da Torre de Garcia d’Ávila, dezenas entre homens e mulheres foram aprisionados.

Foi o evento da revolta escrava intitulada a “Revolta dos Malês”, em 1835, na cidade da Bahia, na qual o historiador João José Reis, apresentou a relação dessa revolta com um acontecimento anterior ocorrido em 1814, abordado no artigo na revista *Topoi* em comemoração aos duzentos anos da citada rebelião. Trata-se da rebelião nas armações de pesca do litoral norte, acima do Rio Vermelho, incluindo Itapuã. Nesse trabalho, João Reis discorre sobre a origem dos escravizados envolvidos, a questão religiosa e o recorte sobre a alteração no cenário econômico do Brasil colonial influenciado por fatores externos como a Revolução no Haiti (1791-1804), as guerras religiosas relativas ao Islã na Costa da Mina Africana, e a relação destes acontecimentos ao aumento fluxo de cativos africanos à Bahia entre 1800 a 1814, principalmente, os malês e haussás, povos islamizados que urdiram as rebeliões escravas no período.

A Bahia experimentava nessa altura um forte surto de prosperidade vinculado ao aumento da produção do açúcar, por sua vez decorrente, em grande medida, da Revolução Haitiana (1791-1804), que removera do mercado mundial o maior fornecedor daquele produto. O número de engenhos baianos cresceu de 221, em 1790-1795, para 260, em c. 1799, e 315, em 1818. A exportação do açúcar baiano subiu de 500 mil arrobas em 1789 para mais de 1 milhão em meados da década de 1790, e aí estacionou, com variações às vezes violentas, até atingir perto de 2 milhões nas vésperas da independência, em 1821. A economia escravista típica dos engenhos precisou reforçar o consumo de mão de obra, e com isso o tráfico transatlântico foi intensificado, coincidentemente no momento em que se verificavam os conflitos acima narrados na hinterlândia da Costa da Mina. Entre 1800 e 1814, estima-se que a Bahia importou em torno de 160 mil africanos, 65% dos quais embarcados nos portos daquele litoral africano. E mais: de todos os africanos exportados da Costa da Mina no período, que foram perto de 125 mil, 84% tiveram como destino a Bahia. (REIS, 2014, p.76)

Envolvidos nesse ciclo de rebeliões patrocinadas por escravizados africanos, como forma de resistência ao cativo, estavam os haussás, “hábeis arpoadores”. Entretanto, não é válido afirmar que estiveram sozinhos na organização da Revolta de 1814, conforme afirma Reis (2014).

Sobre o levante de 1814 as fontes sugerem que se pescava muita baleia também no litoral mais ao norte de Salvador, já mar aberto. Ali numerosos cativos haussás serviam nas armações de Itapoã e praias vizinhas, talvez por se distinguirem como hábeis arpoadores devido a sua familiaridade com o uso de vários tipos de lanças e arpões nas guerras de que tinham participado recentemente em território africano (REIS, 2014, p. 79).

A revolta teve como embrião as armações de propriedade de Manuel Ignácio Cunha Menezes, mas as propriedades atingidas não se limitavam àquelas que exerciam atividade de pesca, e alastrou-se por fazendas na região e chegaram à vila de Itapuã, onde assassinaram moradores e incendiaram moradias. A determinação dos rebelados era tamanha, a ponto de nos seus registros sobre a batalha do Rio Joanes, o conde dos Arcos ressaltar que “os negros (pela maior parte Aussás), furiosos contra os Brancos, atacavam tão desesperados e cegos que só cediam com a morte”. É plausível que estivesse certo, porém, para muitos dos rebeldes, o reino em questão não seria terreno, mas o de Alá.

A contenção aos rebelados num primeiro momento foi realizada pelos moradores de Itapuã e, posteriormente, segundo Reis (2014, p.79), “nas margens do rio de Joanes, perto de Santo Amaro de Ipitanga — no atual município de Lauro de Freitas —, os rebeldes foram barrados por homens da milícia da Casa da Torre e moradores locais, vindos de Abrantes, a norte de Itapoã”. Nesse embate sangrento, dezenas de escravos foram mortos e outros aprisionados. A punição foi severa aos capturados que participaram da rebelião. Dos prisioneiros, quatro foram condenados à morte por enforcamento na Praça da Piedade. Quanto aos outros acusados, cerca de vinte e três foram açoitados e sentenciados ao degredo em possessões portuguesas na África, os demais rebelados foram chicoteados e entregues aos seus senhores.

Nas décadas finais do século XIX, as fábricas baianas ainda realizavam a atividade de pesca da baleia, apesar de obsoletas e arruinadas, entre a Baía de Todos os Santos e as armações existentes no litoral norte. Wellington Castellucci Jr. (2009, p. 46) afirma que “o golpe de misericórdia contra as armações e desmancho de baleias espalhadas pelo Brasil, viria com a descoberta de petróleo, em 1859, cujo derivado, o querosene, substituiria o azeite de peixe em diversas funções”.

Prossegue Castellucci Jr. (2009, p. 50) comentando a respeito da crise econômica na atividade baleeira, que resultou da “dificuldade de aquisição de braço escravo e a diminuição constante de cetáceos em toda a costa brasileira, o que reduziu continuamente o nível de receita dos proprietários das armações”.

Entre o final do século XIX e início do século XX, a pesca da indústria da baleia prosseguia, embora em quantidade reduzida devido à prática predatória sistemática, pois isso fez com que fossem gradativamente desaparecendo e diminuindo a frequência desde a Baía de Todos os Santos até as armações de Itapuã. A partir daí, a pesca foi assumida pelos forros e pobres livres, caçando em pequena escala visando atender ao mercado consumidor local. No relato de Murilo Primitivo (1987) constata a sua percepção sobre a diminuição da quantidade de baleias [...] “a última baleia que botou aqui (Itapuã) foi em 1912”, na época tinha a idade de 7 anos.

A Lei 7.643 de 1987 e a Portaria nº 11 de 1986 colocaram a “pá de cal” na caça às baleias, proibindo esta atividade em toda a costa do Brasil. Atualmente, a atividade, outrora desempenhada pelos pescadores baleeiros de Itapuã, é mantida através da memória desta ancestralidade africana retratada no desfile da Baleia durante os festejos da Lavagem de Itapuã, igualmente presente no cortejo do Bloco Malê Debalê²⁰, fundado por dois jovens moradores de Itapuã a mais de 30 anos que, além de firmar-se como entidade carnavalesca, é promotora de valores relevantes da cultura negra. A respeito da escolha do nome, segundo um de seus fundadores, Josélio de Araújo, “Malê” é em homenagem aos negros muçulmanos que, em 1835, realizaram um importante feito na história do Brasil: a Revolta dos Malês. Já o nome “Debalê” é uma conotação de “positividade”, felicidade, ou qualquer tradução de caráter afirmativo.

Desafiando a insidiosa repressão imposta pelo colonizador uma nova rebelião aconteceu em 1828, ocasião que escravos da capital da Bahia e de outros engenhos incendiaram as armações de pesca de Manuel Ignácio, “pela segunda vez”, segundo Reis (1986, p.78). A escravaria na Bahia jamais deixou de resistir ao sistema que os oprimia e, além das rebeliões, outros modos de resistência foram aplicados para expressar oposição ao sistema a partir da organização dos quilombos. O aquilombamento geralmente formado em áreas escondidas e de difícil acesso, porém não muito distantes dos locais povoados, este foi o modelo mais disseminado entre os escravizados. Com efeito, a presença de indígenas nos quilombos indica uma associação dúbia: se por um lado eram os mais eficientes rastreadores de escravos fugitivos, por outro lado, quando estavam unidos eram os melhores aliados. Conforme aponta Gandon (2018, p. 44) tais considerações permitem uma melhor compreensão da formação histórica da comunidade antiga dos pescadores de Itapuã, na qual é

²⁰ Para maiores informações, consultar a sede do Bloco Afro Malê Debalê localiza-se em Itapuã na Rua Alto do Abaeté, s/n.

bastante significativa a mestiçagem entre índios e negros. A memória local testemunha uma grande integração entre esses dois povos.

Entre os quilombos que surgiram, um em especial guarda forte relação com a comunidade de Itapuã: o Buraco do Tatu, nas cercanias da Estrada Velha do Aeroporto. A aproximação dessa ancestralidade acompanha os registros orais como um local onde os mais antigos costumavam passear.

Durante as batalhas na Guerra de Independência do Brasil, evento na qual a Bahia participou ativamente, um dos quartéis das tropas de libertação brasileira localizava-se em Itapuã, de onde as brigadas comandadas pelo Coronel Felisberto Caldeira organizavam os preparativos das batalhas.

A brigada da esquerda, comandadas pelo Coronel Felisberto Gomes Caldeira ocupou o lugar chamado Itapoã, [...] A brigada da direita se estendeu desde os pontos da estrada de Itapoã, guardados pela primeira até o Cabrito, isto é, por diante da cidade, em frente ao inimigo. (AMARAL, 1957, p.269).

O término da guerra de Independência da Bahia com a entrada do Exército Libertador pelas ruas de Salvador em 2 de Julho de 1823, marca a vitoriosa campanha de expulsão das tropas do general lusitano Madeira de Melo. A memória da Guerra de Independência, no entanto, mereceu, por mais de um século, uma comemoração especial da aldeia pesqueira, um dos quartéis gerais nas lutas pela independência. (GANDON, 2018, p. 265).

Apaziguadas as questões da libertação do domínio português, a tranquilidade volta a fazer parte do cotidiano de Itapuã, a vila retorna ao isolamento e acompanhando a progressiva decadência econômica do litoral norte baiano.

1.3. A chegada de Itapuã ao Século XX

As narrativas deixadas pelos viajantes testemunham os transtornos da rota de acesso a Itapuã. Desde os primórdios da colonização, a principal via de tráfego era a Estrada das Boiadas que interligava Itapuã à Salvador, servindo como vetor ao escoamento dos bovinos da feira de gado do Capuame, que corresponde atualmente à cidade de Dias D'Ávila, município de Mata de São João, em direção ao abatedouro da capital.

É fato que os percalços do caminho continuaram até meados do século XX. O relato de moradores, a exemplo de Francisca Passos, a Dona Francisquinha, que vivenciou os acontecimentos e os transmitiu com muita simplicidade, segundo ela muito antes da estrada

para automóveis ser construída, o transporte era realizado pelo mar utilizando um tipo de embarcação tipicamente baiana: o saveiro. Para tanto, as condições do tempo deveriam ser boas. No inverno, devido aos temporais, a opção de condução era o lombo dos cavalos para atravessar o rio Jaguaribe caso não estivesse cheio.

A primeira via para automóveis ligando a vila de Itapuã a Salvador foi concluída nos anos de 1920 com o propósito de servir de canal de abastecimento das aeronaves de uma companhia francesa. Em 1933, havia um caminhão pau-de-arara realizando a condução de pessoas e carga do bairro da Calçada a Itapuã. Percorria um trajeto de 19 quilômetros, daí as pessoas chamaram a estrada próxima a Itapuã de Dezesete²¹.

Em entrevista ao jornal local, Dona Francisquinha comenta:

Em 1935 veio a Loba. Era como chamavam uma marinete²² que passou a ser chamada de Loba porque toda hora parava para botar água no radiador e ela andava muito devagar. Saía de Itapuã as sete da manhã e voltava as quatro da tarde. Funcionou até 1953, quando seu proprietário, Manoel Lisboa, que era também o motorista adoeceu (JORNAL DE ITAPUÃ, 1986).

Com a vinda dos funcionários que trabalhavam na Aeronáutica, na década de 1940, o clima de isolamento de Itapuã é atenuado ao interligar a Base Aérea através da estrada de Mussurunga.

Na década de 1950 foi construída a Avenida Octávio Mangabeira, uma auto-homenagem ao governador da Bahia na época, ligando a orla de Amaralina até Itapuã. Segundo Francisquinha, a Loba passou a realizar o percurso pela orla, até a linha de ônibus ser transferida para o Sr. Nelson Reis e, posteriormente, à empresa de ônibus Vibemsa na década de 1980. Abro aqui um parêntese sobre a situação do transporte em Itapuã: é comum encontrar nos registros do acervo MDCI as queixas e reivindicações dos moradores sobre a qualidade precária do serviço de transporte público.

A abertura da avenida litorânea contribuiu para o aparecimento em maior escala dos veranistas, principalmente entre 1960 e 1970, quando foram implantados os primeiros loteamentos destinados ao veraneio. Também nesse período surgem as primeiras invasões de terrenos urbanos em Itapuã: Nova Brasília e Nova Conquista. A partir de então, instaura-se um processo irreversível de crescimento desordenado do bairro, com reflexos de grande impacto ambiental, degradando o meio ambiente com o acúmulo de lixo, devido à baixa cobertura da rede de esgoto, o que vem a aumentar a poluição dos mananciais fluviais,

²¹ Corresponde atualmente ao Km 17, uma das localidades que compõe o bairro de Itapuã.

²² Era como chamavam os primeiros ônibus naquela época.

aterramento de lagoas e desmatamento acelerado da vegetação nativa para dar lugar aos empreendimentos imobiliários, tanto para a população de alta e baixa renda.

Essa pesquisa se limitou a explicar uma breve narrativa do lugar de memória: bairro de Itapuã e trazer a baila as vozes de sujeitos, antes banalizados, se apresentarem e contarem suas histórias. Todavia, cabe a indagação: o que tudo isso tem haver com a educação e/ou o ensino de história? Nessa direção, de acordo com as expectativas de aprendizagem, é necessário “*perceber criticamente os vínculos entre história de vida e história*”. Conforme Saviani (2015),

[...] no campo da história da educação a velha história das ideias educacionais tende a ser abandonada, emergindo em seu lugar algo como a história cultural dos saberes pedagógicos ou história das mentalidades pedagógicas - ou, ainda, história intelectual - como um aspecto da história social da educação (SAVIANI, 2015, p. 1)

A opção pela história “vinda de baixo” merece uma reflexão a respeito de seus pressupostos, para uma seleção de conteúdos coerentes com os objetivos centrais da disciplina. Como extrapolar e romper com isso?

O questionamento acarreta adotar um fazer transgressor para além do recorte desta investigação. Ao trazer as histórias dos sujeitos marginalizados pelas grandes narrativas como parte do processo de aprendizagem, vinculando um material significativo para o ensino da História às ações pedagógicas de professores, produzindo a validação de alguma ideia pedagógica que produza significado e pertença ao abordar memórias por meios dos acontecimentos locais, através das narrativas dos moradores, dos monumentos, prédios escolares, registros administrativos como algo próprio da rotina escolar e lugar de memória.

1.4. Lugar de memória: Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior (CEGLJ)

Pensar a escola como um lugar de memória não é muito usual. Considerando as dinâmicas que ocorrem no ambiente escolar e as relações espaciais que configuram o lugar, podemos realizar a associação da escola como centro multifacetado de contornos, símbolos, saberes e práticas educacionais conectadas ao *lócus* escolar e ao mundo contemporâneo. Desse modo, articular o pertencimento do sujeito ao espaço escolar como centro das discussões do ensino sistematizado é o que faz o sentido maior sob a ótica de ser e estar desse

indivíduo a respeito da escola, que aqui vem fazendo a memória e história, descoberta “navegando” na armação de Itapuã – o CEGEJ.

Segundo o mito fundador, o termo memória advém do grego antigo referindo-se a *Mnemosine*, deusa da memória na mitologia grega, divindade “[...] revelando ao poeta os segredos do passado, o introduz nos mistérios do além [...], ela é o antídoto do Esquecimento” (LE GOFF, 1996, p. 378). Portanto, potencializa a compreensão dos mistérios do passado, utilizando a poesia como meio de registrar as narrativas de suas realizações no decorrer da vida dos homens.

A deusa da memória habitava com suas filhas, as musas, fruto da união com Zeus (o deus supremo dos helenos) no *Museion*, que significa “Templo das Musas” da qual derivou a palavra museu. A construção mitológica grega traz no enredo que entre as nove filhas de *Mnemosine* encontra-se *Clio* (história).

No fulcro da indissolúvel relação entre a História e a memória, o enlace desses elementos, em meio aos seus registros, reforça a ideia de que a História e a memória estão conectadas às fontes de informação. Nelas estão diversificados tipos de suportes, dos quais é possível que a sociedade tenha acesso à História e recorrer às memórias escritas nas fontes formais e autênticas de informações.

Memória é um termo com sentidos diversos, segundo Le Goff (1996, p. 423), é possível asseverar um vínculo entre História e memória, pois entendemos o conceito desta como “[...] conjunto de funções psíquicas, graças as quais o homem, pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

A História, como memória, configura-se como uma representação do passado, entretanto suas especialidades a distinguem, às vezes provocando um severo distanciamento entre as duas. Portanto, existe no próprio meio em que ambas se propagam a distinção entre memória e História: a memória se materializa no mundo da via; a História tem seu habitat na historiografia.

A partir do século XX, a memória social tornou-se objeto de pesquisa e debates de pensadores como Durkheim que abordou a questão em Representações individuais e representações coletivas e influenciou o estudo de Halbwachs (2004), criador da disciplina memória social. Para este a restauração do passado se dá a partir de lembranças, tanto as particulares quanto as coletivas, pois são construídas em grupo a partir de uma memória coletiva.

Para Halbwachs (2004) os laços com o grupo se mantêm, garantindo a memória uma coesão social: mesmo quando o sujeito se encontra sozinho, uma vez que é no grupo que eles

tomam as referências ao recorrerem às suas lembranças. Enfatiza que a memória individual se pauta no grupo como esteio de suas referências e lembranças estabelecendo “um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2004).

A ‘Memória’, no sentido primordial do termo, é a presença do passado. A memória é uma construção que traz a representação seletiva do passado, que não é apenas aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto mais amplo, ou seja, familiar, social e nacional. Conforme Peter Burke (2000), os historiadores se interessam ou precisam se interessar pela memória, considerando dois pontos de vista: como fonte histórica e como fenômeno histórico.

Pierre Nora procurou construir debates, em uma época na qual a França sentia a necessidade de identificar sua memória material e imaterial, para ilustrar sobre a importância da memória social do país para a sociedade. O caminhar do tempo faz com que as pessoas precisem de lugares para ancorar suas memórias, onde estes, os lugares, passam a sensação de continuidade segura, pois, para o autor, quando a memória não existe mais é que se necessita de lugares.

Nora (1993) pontua que um item para ser designado como lugar de memória, necessita de um elo entre os indivíduos e a memória coletiva.

É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência, vividos por um pequeno número uma maioria de deles não participou (NORA, 1993, p. 22).

Pensar nos resquícios da memória, sugere compreender que “[...] os lugares de memória são antes de tudo resto” (NORA, 1993, p. 06), enquanto traços daquilo que se permite saber e conhecer, afinal, o pensamento de que a memória é pura e incontestável choca-se na própria intencionalidade do sujeito. Dessa maneira, pode-se afirmar que os lugares de memória e a história que ainda não possui restos de memória são reconhecidos e, portanto, os fenômenos são arquivados e registrados:

Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhais de outra era, das ilusões de eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (NORA, 1993; p.13).

Vale ressaltar que Pierre Nora caracteriza dois tipos de memória, uma memória tradicional (imediata) e outra memória transformada por sua passagem em história: “à medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos”. Os lugares de memória se estabelecem a partir da memória oficial transformada em história. ‘Lugares de memória’ são criados propositalmente a fim de reforçar, ou mesmo conceber, uma identidade coletiva e preservar sua memória, considerando a valorização de determinados objetos, levando-se em conta a simbologia diante da nação e, enquanto manifestações culturais, levando-se em conta as políticas de preservação do patrimônio.

Desse modo, no sentido “alegórico” que a memória não existe, mas que faz parte de uma crítica à compreensão moderna sobre memória coletiva e para que a sociedade se identifique e reconheça como unidade é necessário a construção de lugares que:

[...] nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notarias atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria (NORA, 1993, p.13).

O presente trabalho concebe que preservar a memória é um instrumento de formação cidadã, um ato político e, por conseguinte, um ato transformador, a apropriação plena do bem pelo sujeito. Desse modo, no encadeamento de eventos advindos do ato de preservar apresenta-se a memória como liame imprescindível na construção da História. Nesse sentido, Menezes (1984) destaca que:

Exilar a memória do passado é deixar de entendê-la como força viva do presente. Sem memória, não há presente humano, nem tão pouco futuro. Em outras palavras; a memória gira em torno de um dado básico do fenômeno humano, a mudança. Se não houver memória a mudança será sempre fator de alienação e desagregação (MENEZES, 1984, p. 33).

A mudança tem sentido quando promove reavivar na comunidade o sentimento de pertença do patrimônio natural e cultural que possui. Ao preservar esta memória é possível reelaborar sua nova imagem, a partir da compreensão da trajetória pretérita utilizando recursos locais e energia humana para encontrar novas atividades de valorização da memória.

É cabível optar pelo expediente da memória do lugar abrigada no acervo do Museu Didático Comunitário de Itapuã (MDCI), depositado na unidade escolar como o instrumento didático voltado ao aperfeiçoamento do ensino da História.

Tal escolha se deu em função do pertencimento à História do bairro associado à representatividade que, em princípio, agrega interesse do sujeito à aprendizagem. Mas, sobretudo, como mecanismo de resultado significativo na busca empreendida por artifícios educativos, com especial potencial para auxiliar na transposição das dificuldades enfrentadas, no que tange a materialização e consolidação dos conhecimentos históricos aos discentes no Ensino Médio da rede pública. Utilizando os documentos contidos no acervo, trago um breve histórico do local da pesquisa no qual estou imerso, pois para Santos (2016),

A pesquisa para a educação contemporânea envolve a imersão na problemática, no contexto específico e reflete no engajamento, indispensável, do pesquisador. Engajar-se é emergir no lócus de pesquisa, atentando-se a problemática, ao grupo de sujeitos, aos saberes empíricos e às limitações do contexto. É vivenciar das angústias e os anseios dos atores sociais (SANTOS, 2016, p.51).

Nessa perspectiva, é possível uma proposta de inovadora ao se utilizar o acervo comunitário, preservado na instituição escolar como recurso didático, direcionado ao ensino da História visando integrar o indivíduo em seu meio, atuando de maneira dinâmica e reflexiva, na intencionalidade de ampliar o acervo digital. Entendo que educar a partir de bens culturais preservados ajuda na compreensão do presente, pois sem o embate passado/presente será difícil assimilar o patrimônio cultural como produto do indivíduo enquanto agente da história.

1.4.1 Antes e Depois do Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior

A educação escolar em Itapuã, inicialmente, conforme relato dos moradores da “velha guarda”, acontecia na residência das professoras ou dos moradores. As escolas não eram mistas, as turmas eram de meninos ou de meninas. Em geral, as crianças concluíam apenas o equivalente ao nível Fundamental I. A aprendizagem era precária, sem estrutura adequada, e muitos alunos precisavam levar seu banquinho (tamborete). A dinâmica consistia em ler a cartilha do ABC.

Diante das dificuldades a comunidade, idealizou-se algumas alternativas como relata Murilo Primitivo, morador e membro da Colônia de Pesca de Itapuã, ao dizer que em certa

época a escola formal era na sua residência com a professora e, no contra turno, as crianças aprendiam técnicas de pesca com alguns pescadores.

Dona Francisquinha, em uma das suas entrevistas arquivadas no acervo do MDCI, relata sobre a questão do ensino e das estratégias da comunidade para proporcionar a presença da professora. Ela afirmou que os pais pediam às crianças que tratassem bem a professora, pois “ninguém queria vir prá cá”. Então, num esforço comunitário “uma mãe lavava a roupa da professora numa semana, um pai dava o peixe, se fazia a farinha separava a parte da professora.” A colaboração dos alunos era na varrição da escola, carregar água e “mesmo ganhando ‘bolo’, queriam bem a ela”.

A primeira instituição escolar pública de Itapuã foi a Escola Rotary, cuja a sede foi doada pelo Rotary Clube entre 1949 e 1950, ofertando inicialmente somente o curso Primário da 1ª a 4ª série. Antes da criação do CEGEJ, os alunos cursavam o ginásio no Colégio Estadual Manoel Devoto, localizado no Rio Vermelho, concentrava a oferta de ensino atendendo a região da Boca do Rio até Itapuã.

Conforme registros transcritos da documentação das entrevistas com moradores, o embrião do CEGEJ surgiu quando o grupo de mulheres da comunidade, entre as quais estava Dona Ubaldina Nascimento, Dona Francisquinha (nascida em 1919) – “uma senhora muito distinta” –, as professoras Nilza dos Prazeres e Berenice, entre outras, decidiu fundar uma entidade filantrópica em 1962 e, por intermédio desta, promoveu uma série de melhorias em favor da comunidade. Contaram também com a ajuda da veranista Sra. Iramaia Câmara, esposa do vereador Humberto Câmara, que envidou esforços e conseguiu do então candidato ao governo do Estado da Bahia, Antônio Lomanto Júnior, a promessa de construção de um colégio que oferecesse curso ginásial à comunidade itapuãzeira²³.

Segundo o depoimento de Iramaia Câmara:

Um compromisso político do governador Lomanto Júnior com meu esposo, viu? Em troca de apoio político ele [Lomanto Júnior] procurou saber o que o Dr. Humberto queria. Como deseja a implantação de um ginásio aqui para os filhos daqui do lugar estudarem, eu disse: ‘Dê prioridade ao ginásio’. Tanto que o Dr. Lomanto não quis ainda fazer o ginásio aqui porque achava que o Colégio Manoel Devoto [situado no Rio Vermelho] satisfazia plenamente aos alunos daqui. (MDCI)

A relação entre os veranistas e os moradores em geral era estabelecida por vínculos de afinidade afetiva ou compadrio, especialmente entre as mulheres, baseada na gratidão pelos favores conseguidos através do prestígio dos veranistas entre os políticos de Salvador.

²³ Autodenominação dos nativos de Itapuã que são remanescentes e da nova geração dos que fazem parte da antiga comunidade de pesca local.

Destarte, indicam traços da relação patrimonialista e estruturas clientelistas muito comuns na região Nordeste do Brasil. Nas condições históricas escritas por Faoro (2008) sobre essa permanência que se assenta sob uma tradição, revela uma camada político-social nos “seus longos dedos do enigma histórico” de tal relação entre as classes sociais. O fulcro dessa argumentação de Faoro sobre a chave para desvendar esse enigma histórico aponta para a questão da rigidez da estrutura de poder.

Prossegue o relato de Iramaia:

Francisquinha disse ao governador, abraçando ele na inauguração do ginásio (ouvi, pois foi perto de mim): Dr. Lomanto, o senhor não é capaz de calcular a gratidão do povo dessa terra ao senhor. Eu mesma várias vezes, vendi um ovo ou dois para dar dinheiro para meus sobrinhos irem estudar [no Manoel Devoto] (MDCI)

Nas narrativas orais recentes²⁴ com um grupo de moradores, o emergir de outra versão a respeito da autoria dos pedidos às autoridades constituídas para criação do ginásio. Consta, nessas declarações, a iniciativa do pedreiro Manoel Vitório ter interpelado o então governador Lomanto Júnior solicitando-o a instalação de uma escola com ensino ginásial. O testemunho dessas pessoas aponta em direção oposta ao relato de Iramaia Câmara, afirmando categoricamente que a iniciativa partiu do morador e apontando evidências, tais como a contratação de Manoel Vitório para trabalhar nas obras civis de construção do colégio.

De fato, o que traz a baila dessas diferentes versões é a não validação entre os moradores atuais sobre a autoria de uma veranista como protagonista da instalação do ginásio. A apuração da verdade nas evidências faz parte do ofício do historiador e ficará a seu encargo validar e escolher entre os materiais de memória: a herança do passado e os documentos.

Nesta direção Meihy (2007), entende que “documentação oral é mais que fonte oral ou que história oral: é todo e qualquer recurso que guarda vestígios de oralidade”. A manifestação de sentimentos não verbalizados e detalhes sonoros nos registros textuais produzidos a partir de transcrições gravadas constituem-se em documento ou fonte oral.

Por outro lado, muito do que é verbalizado, segundo Meihy, “como o gesto, a lágrima, o riso ou as expressões faciais – na maioria das vezes sem registros verbais em gravações – pode integrar os discursos que devem ser trabalhados para dar sentido ao que foi expresso na entrevista oral” (MEIHY, 2007).

²⁴ Material ainda será compilado como fonte documental de História Oral.

O Ginásio²⁵ Estadual Governador Lomanto Júnior foi criado em 06 de março de 1964, pelo Decreto nº 19.140, publicado no Diário Oficial do Estado, designada como primeira diretora a professora Candolina Rosa de Cerqueira. Funcionou provisoriamente com 134 alunos matriculados, entre 1964 e 1965, nas instalações do Clube dos Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica (CASSAS), também conhecido como Clube Pinaúna, enquanto o prédio ginásio era construído.

As anotações assentadas no livro de Ata da Reunião de Pais e Mestres realizada em 4 de abril de 1964 revelam detalhes quanto à condição temporária do que futuramente abrigara o primeiro curso ginásial de Itapuã. Em razão da ausência de fontes a respeito, não foi possível precisar se no primeiro ano de funcionamento as atividades compreendiam os três períodos do dia. Valdelice Santa Isabel, moradora de Itapuã e funcionária do colégio desde 1964, deu a seguinte informação sobre os períodos em que o ginásio ofertava:

Desde 1965 sempre foi matutino, vespertino e noturno. Tinha de noite, mas era ginásio, depois veio contabilidade. Houve necessidade, pois tinha muitos alunos precisando estudar e era o único colégio. Com resultado muito bom, pois hoje [1994] temos professores que estudaram aqui.

A inauguração ocorreu em 07 de março de 1966, na presença do governador Lomanto Júnior e comitiva, com grande recepção oferecida aos convidados, como atesta os registros fotográficos (**Figura 1**) existentes no acervo do MDCI.

Figura 1 - Inauguração do CEGJ em 1966



Fonte: Arquivo MDCI (1966).

²⁵ Esta era a denominação na época para o Colégio.

A partir de então, o ginásio muda de endereço, passa a ser na Rua do Farol s/n²⁶. Apesar da pompa e circunstância da entrega à comunidade, o acesso ainda era precário, cercado apenas por arame farpado, sem muro e com muito mato em volta. As instalações eram em um único prédio com seis salas de aula e quatro turmas da 1ª série ginásial. O corpo docente era formado por dez professores enquanto o grupo do pessoal administrativo composto de nove funcionários.

No mesmo ano da inauguração, implanta-se os cursos de Contabilidade ao nível de 2º Grau e o Curso Normal (Magistério). Este último foi desativado em 1974, substituído pelo curso de Administração, mas foi retomado em 1982.

A primeira ampliação na estrutura física do ginásio aconteceu em 1969, quando foram construídas sete salas de aula e mais três espaços destinados aos laboratórios de Química, Física e Biologia. Posteriormente, os laboratórios foram revertidos em sala de aula. O auditório com capacidade para 280 lugares e estrutura para servir como sala de cinema teve sua inauguração realizada em 1982.

Na lista de ex-dirigente do antigo ginásio está o nome de Prof. Narciso do Patrocínio (2014), gestor por 16 anos. Em entrevista ao site de notícias local Itapuãcity, na passagem dos 50 anos do CEGJ, ressaltou a importância do colégio nos anseios profissionais de quem cursava o ginásio, remetendo ao final da década de 60, época da implantação do Centro Industrial de Aratu, no município de Camaçari.

Isso despertou os alunos a buscarem mais do que a formação do 2º grau. Daí em diante, a comunidade também começou a mudar e pluralizar. Em pouco tempo, deixava de ser a escola dos filhos de pescadores e lavadeiras, pois agora tinha também pessoas de Lauro de Freitas e outros bairros. (PATROCÍNIO, 2014)

Afirma, ainda, o Prof. Narciso que “o Lomanto foi um divisor de águas. Tem Itapuã antes e depois do Lomanto”. O corpo docente da instituição, durante anos considerado referência, frequentemente participava da implantação de projetos elaborados pela Secretaria de Educação. Atesta Prof. Narciso que “o Lomanto foi um dos responsáveis pela eliminação do rodízio de alunos. Estudavam três turmas diferentes em uma mesma sala e isso, é claro, prejudicava a educação dos jovens”.

Igualmente, outro marco foi a implantação do curso Supletivo, ainda no início da década de 70, com a transmissão das aulas pelo rádio. Segundo Prof. Narciso “As professoras assistiam as aulas dias antes e depois quando ia ao ar, elas tiravam dúvidas dos estudantes”.

²⁶ Atual Rua Professor Souza Brito.

Em se tratando de educação, é possível apontar como uma inovação tecnológica naquela época, o uso das transmissões por programas de rádio dos conteúdos das aulas.

É destacada as participações do CEGEJ com base nos registros imagéticos arquivados no acervo do MDCI em diversas modalidades de eventos externos. Tais registros apontam para as Olimpíadas, os desfiles cívicos (Sete de Setembro e 2 de Julho) e atividades internas, a exemplo das festas folclóricas, além de outros com a participação ativa da comunidade.

Os grupos folclóricos sempre foram bem-conceituados e prestigiados, tanto em suas apresentações internas quanto em outros estabelecimentos de ensino. Alguns desses grupos viajaram representando a Bahia para apresentação no Piauí. Nas narrativas, funcionários e professores afirmaram existir um coral que, frequentemente, se apresentava em festas sociais e nas redes de televisão de Salvador.

Outro registro da participação do colégio em eventos, no caso as Olimpíadas da Bahia em 1964, consta anotação na Ata do Círculo de Pais e Mestres tratando da vestimenta dos “rapazes” e “moças”, onde as moças vestiam: saia branca e camisa esporte branca em malha, meias brancas, sapatos (tipo tênis Conga), escudo do ginásio na frente da camisa; e os rapazes: camiseta, short e tênis conjunto todo branco.

No mesmo viés o apontamento sobre a participação do CEGEJ na Olimpíada de 1964, foi transcrito do Livro do Círculo de Pais e Mestres o artigo veiculado no Jornal A Tarde:

O ginásio Lomanto Júnior agradou plenamente, trouxe flâmulas, contingente de atletas em alto estilo, homenageando as cores nacionais. Contingente carregando uma tarrafa aberta em homenagem justa e simples aos bravos pescadores de Itapuã e alusões aos jogos do certame. (JORNAL A TARDE, 27 de Setembro de 1964).

Feito laureado pelos depoimentos e fotografias foi a participação na Olimpíada da Primavera em 1971, no período mais duro da Ditadura Militar, quando alcançado o vice-campeonato entre os colégios participantes.

Existe uma lacuna documental no acervo do MDCI entre os anos finais da década de 1970 a 1985, provavelmente perdeu-se em razão da deterioração da documentação. Contudo, em comemoração aos 30 anos do colégio, foi impresso o periódico Jornal da Escola com uma única tiragem que teve sua impressão viabilizada pelo Museu Didático Comunitário de Itapuã e demais professores. Entre os temas abordados, existe uma seção com o título “Problemas” relacionando os seguintes itens: 1) Falta de professores em algumas matérias; 2) Agressões e violência por parte dos alunos; 3) Desinteresse dos alunos pelo estudo; 4) Grande número de repetência.

Em outra seção intitulada: “O que os alunos desejam” está a lista das demandas dos discentes:

Melhor qualidade do ensino; mais higiene; ativação do grêmio; mais participação da comunidade; mais animo por parte dos alunos para estudar e participar das atividades escolares; merenda escolar; uma quadra melhor e mais adequada à prática de esportes. (JORNAL DA ESCOLA, 1994, ano 1).

Comparando as duas seções com relatos dos queixumes dos professores e alunos, nos transportamos para o tempo atual que equivale a um acontecimento recorrente. A implantação do Projeto do MDCl, em 1994, foi um dos marcos da história do CEGlJ, pelo ineditismo e as ações inovadoras pautadas na cidadania associada à preservação do patrimônio cultural do bairro. Entre suas práticas vanguardistas destaca-se: aproximar o ensino à realidade do aluno, a participação da comunidade e a organização de um banco de dados sobre o bairro, a partir do sistema colaborativo contando com a contribuição da comunidade local.

Barbeiro (2000), cita o desafio de inserir na escola um ecossistema comunicativo que contemple ao mesmo tempo as experiências culturais, além de configurar o espaço educacional como o lugar onde o processo de aprendizagem conserve seu encanto.

Recentemente a escola desenvolveu ações como o Pacto Pelo Ensino Médio, cujo meta é o protagonismo juvenil. Entre as atuações desenvolvidas encontra-se a iniciativa na revitalização do colégio. Em virtude dessa atitude, a gestão foi homenageada no dia do professor pela Secretaria da Educação, como referência pelo trabalho desenvolvido na instituição, com veiculação de matéria lançada na mídia estadual.

A instituição vem, reiteradamente conquistando premiações nos projetos estruturantes²⁷ promovidos pela SEC, principalmente os voltados ao fortalecimento das linguagens artísticas e culturais, a exemplo do Festival de Arte Estudantil (FACE), Tempo de Arte Literária (TAL) e Artes Visuais Estudantis (AVE) alcançando as primeiras colocações, além do reconhecimento no projeto Educação Patrimonial e Artística (EPA) no qual foi vencedor por duas vezes consecutivas.

A reorientação do reforço da aprendizagem deveu-se ao declínio na nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para 2,6 em 2015 uma acentuada queda, visto que em 2013 o índice era 3,6 na tentativa de estruturar e fortalecer a organização do trabalho pedagógico estabelecendo nexos com o Projeto Político Pedagógico, além de fomentar e

²⁷ Os Projetos Estruturantes constituem uma categoria composta por um conjunto de projetos que, além de implementarem políticas educacionais, buscam a reestruturação dos processos e gestão pedagógicos, a diversificação e inovação das práticas curriculares.

articular as atividades, processos e conteúdos dos projetos estruturantes desenvolvidos na unidade escolar de forma a potencializar as aprendizagens e concentrar os esforços coletivos.

Pela unidade escolar ações disponibilizadas como a realização de projetos, seminários e aulas para o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), contribuíram no significativo alcance das notas na Redação, que variaram de 580 a 900, garantindo colocações entre 1º e 3º lugares em vários cursos refletindo na aprovação de estudantes na Universidade Federal do Estado da Bahia (UFBA) desde 2015. Além de parcerias institucionais exitosas com o PIBID/UFBA²⁸ atuando entre 2013 a 2018 na construção de projetos didáticos pedagógicos com os professores das disciplinas de História e Geografia, também desenvolve ações e intervenções no âmbito de projetos, exposições, o Clube de História, oficinas, visitas a ambientes museais e de preservação da memória.

Buscando a Valorização das fontes históricas disponíveis na escola, vem sendo promovido: levantamento das fontes primárias e documentais da escola, produção histórica, reconstrução de fatos, narrativas historiográficas, valorização dos artefatos históricos e culturais, valorização do espaço onde está inserida a escola, realização de atividades com a comunidade escolar, mapeamento do bairro e desenvolvimento de atividades que tragam a comunidade para a escola.

Aqui ratificamos um dos princípios tão defendidos por pensadores da área de educação, como Freire (2004), que postula a necessidade de o educador ser um sujeito que vá despertar nos educandos a voz da autonomia e luta por interesses coletivos. Essa perspectiva trouxe a proposta de formar o jovem com criticidade e atuação cidadã na política, em que duas alunas se tornaram representantes ao nível nacional do Estado da Bahia no Parlamento Jovem Brasileiro. O intuito foi de possibilitar aos alunos de Ensino Médio de escolas públicas e particulares a vivência do processo democrático, mediante a participação em uma jornada parlamentar na Câmara dos Deputados.

Nessa mesma linha em propiciar ao jovem maior engajamento político, outras duas ações através do PIBID História foram instauradas, a exemplo da participação no Projeto Câmara Mirim, instituído pela Câmara Municipal de Salvador visando estimular a formação de líderes, e que favorece o entendimento dos estudantes sobre projetos, leis e atividades inerentes à função do vereador, enquanto representante do cidadão junto ao poder público. A outra ação foi à visita ao Memorial da Câmara Municipal de Salvador, um espaço

²⁸ O PIBID foi descontinuado a partir de março de 2018 devido a encerramento do convenio por parte da Capes/MEC.

museológico voltado ao viés educativo a respeito da função e história da Câmara Municipal. Estas ações levaram a compreensão do papel do Legislativo Municipal.

Outras propostas realizadas como as atividades de Gincanas, de Sustentabilidade e do Conhecimento, a História de Itapuã está aqui registrada, também, a partir do acervo do MDCl, exposição do Sarau Literário, o Intervalo Cultural e a Mostra de Ciências com experimentos científicos, oficinas de turbantes e o Desfile da Beleza Negra.

1.5. O perfil do bairro e do colégio

Esse panorama do lócus desta pesquisa é um aporte de dados informativos visando prospectar um diagnóstico para compor o perfil em que se insere comunidade local e comunidade escolar. Nesse sentido, é apresentado, a partir de um recorte da realidade em termos quantitativos, alguns aspectos básicos do bairro, tais como extensão da área geográfica do lugar, a constituição de sua população considerando a cor/raça, renda, faixa, escolaridade e quantitativo.

Segundo os dados mais recentes obtidos a partir do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), consolidados no Painel de informações, apresenta dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro realizado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, e traz o bairro de Itapuã como inserido na região que corresponde a Prefeitura Bairro – IV (PB-IV).

Distante cerca de 30 km do centro de Salvador, com área total de 94 km² e composta por 17 bairros, Itapuã faz parte como detentora, em 2010, da maior população da PB-IV com 66.961 habitantes dispostos em área de 8,46 km².

Vale ressaltar que os gráficos 1,2 e 3 são de autoria própria elaborados a partir da fonte do IBGE Censo 2010. Conforme aponta o **Gráfico 1**, realizado um recorte a partir da população do bairro é formada por 53,3% de mulheres e 46,7% de homens.

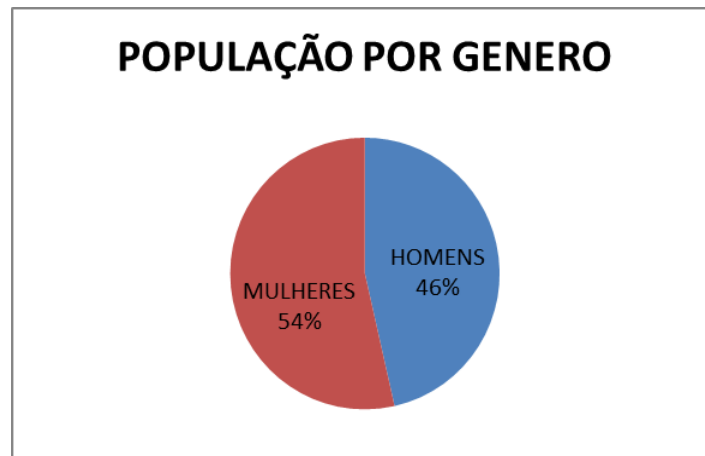
Gráfico 1 - População por Gênero

Gráfico: Autoria própria (2019).

Em relação aos índices de população residente por cor/raça, apontado no **Gráfico 2**, os valores declarados são os seguintes: 50,7% parda, 27,2% negra, 20,6% branca, 1,1% amarela e 0,24% indígena.

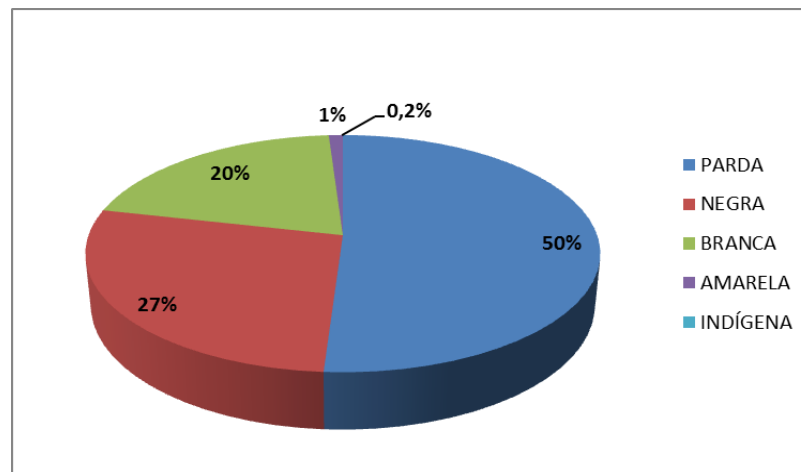
Gráfico 2 - Índice de população residente por cor/raça

Gráfico: Autoria própria (2019).

Nesse item, o aspecto que chama atenção é o baixíssimo índice de pessoas se autodeclarando como indígenas, visto que no processo histórico de formação de Itapuã é forte a ancestralidade dos *gentios* da terra. Em parte, estes indicadores evidenciam o processo secular de destruição da cultura dos povos indígenas promovido pelo colonizador através de diversos mecanismos como, por exemplo, a evangelização, o apresamento, exposição às

doenças e conflitos sangrentos causando o deslocamento das tribos para regiões distantes do litoral, reforçando o isolamento cultural e social desse povo.

Em relação aos quantitativos do rendimento (**Gráfico 3**) tomando por base o salário mínimo (SM)²⁹ por faixa salarial, o bairro de Itapuã apresenta um quadro que aponta para uma população de baixa renda quando verificado que 10,3% são sem rendimentos, 28,9% estão entre 0 – 1 SM, 34% percebem 1 a 3 SM.

Transportando para valores em reais a média salarial da PB-IV (considerando os 17 bairros que a compõe) é de R\$ 2.998,51 (dois mil e novecentos e noventa e oito reais e cinquenta e um centavos) em 2010. A título de comparação do salário mínimo, consolida o índice de 73,2% da população de Itapuã, o que se percebe metade da média de renda da região da prefeitura bairro. No quesito pessoa acima de 15 anos, não alfabetizada, o cenário indicou 3,1% de analfabetismo.

Gráfico 3 - Quantitativos de Rendimento

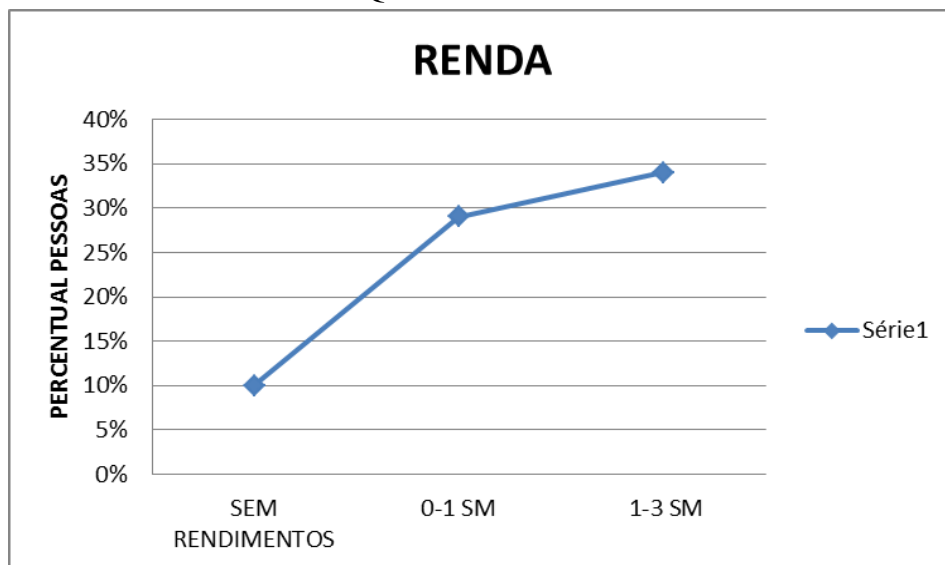


Gráfico: Autoria própria (2019).

Em relação à vida econômica da comunidade itapuanzeira, segundo Gandon (2018), em pesquisa censitária realizada em 1991, constatou-se que poucos eram os que sobreviviam apenas da pesca. Entre as opções para as novas gerações disponíveis de trabalho estavam no do setor terciário. Alguns trabalhavam na indústria, principalmente da Tibrás e na Base Aérea, “a maioria dos que declararam profissão vivia de pequenos serviços como garagistas, marceneiros, pedreiros, eletricitas, pintores e outros” (GANDON, 2018, p. 93). A realidade

²⁹ O valor do salário mínimo em 2010 era de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais).

hoje traz outros indicadores da identidade territorial de Itapuã relacionados à atividade econômica, face sua localização em área turística conspira fortemente na associação ao setor de serviços, principalmente bares, restaurantes, setor hoteleiro e hospedagem.

O Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior (CEGLJ), caracteriza-se como uma escola de médio porte com aproximadamente 1.100 alunos disponibilizando nos turnos matutino e vespertino as modalidades de Ensino Médio e Fundamental II. Em sua maioria, o quantitativo de alunos reside em Itapuã, e outra parte que corresponde à minoria, em bairros da circunvizinhança.

A infraestrutura básica da unidade escolar é constituída de um auditório com capacidade de 280 lugares, um miniauditório interno, uma quadra poliesportiva não coberta, biblioteca, refeitório e 39 salas, compreendendo 12 para atividades administrativas, 23 para aulas e sendo 4 espaços ambientados para laboratório onde se insere a guarda física de arquivo local do que consideramos como de utilidade para a proposta museológica. O índice do IDEB (2015) está em 2,6.

No limiar do ano de 2017 o CEGLJ atravessa uma fase de incertezas. O indicador negativo foi a acentuada queda em relação quantitativa de matrículas realizadas nos últimos cinco anos. Os reflexos desse processo resultaram no encerramento do turno noturno em 2016 e, conseqüentemente, o rebaixamento do porte do colégio para médio. A mudança de porte ocasionou a diminuição de verbas, efetivo de pessoal, administrativo e pedagógico, além da devolução de professores por falta de turma para lecionar. A infraestrutura necessita de reparos urgentes a fim de evitar o aumento da depreciação física, principalmente nas instalações da quadra poliesportiva.

SEÇÃO II

ACERVO NOS ENTRELUGARES DA INTERMEDIÇÃO TECNOLÓGICA

Essa seção tem como objetivo entrelaçar os conceitos de Entrelugar e Intermediação Tecnológica na geotecnologia da educação contemporânea, compreendendo esses como basilares no entendimento do desenvolvimento da pesquisa e do Projeto RedePub do GEOTEC, para o registro da História dos ambientes de educação, valorização e preservação da memória, em consonância a difusão da história e memória. Parte-se do percurso da compreensão de que o processo vislumbra a proposição da intermediação tecnológica como esteio para viabilizar a utilização deste acervo didático comunitário, que passará a ser virtual, como recurso voltado ao ensino da História na expectativa de inovação no campo gerencial e formativo.

No contexto permeado de pertencimento pelos atores sociais desse processo, aqui é percebido como favorável ao uso de metodologias atrativas, reforçando a aprendizagem através da utilização de instrumentos pedagógicos conectados ao lugar, dialogando com o cotidiano e a referências de identificação. Ao optar pelo uso do acervo de um museu didático, apesar da falta de estrutura apropriada da escola aliada ao descaso com a sua preservação, ainda se busca preservar sua memória. A intencionalidade de descolar-se do ensino tradicional e propor outro fazer como a demonstração da utilidade para fins pedagógicos, configura-se a base do acervo digital como um tipo de gatilho para instigar a aprendizagem dos colegiais.

2.1 O percorrido nos Entrelugares: “debalê” do lugar no ensino da História

Com base na mitologia *iorubá*, ilustrada por Reis (1999), a concepção de tempo e espaço na perspectiva bidimensional de temporalidade, composto de um passado ancestral, do presente e, em princípio, sem considerar o futuro. No conceito, a partir da inspiração mítica, a alegoria *iorubá* diz que no princípio dos tempos os deuses e a humanidade compartilhavam a mesma morada: a Terra. Entretanto, uma falta humana fez com que retornassem a seu mundo.

Para o mesmo autor, o longo isolamento entre os deuses e os homens criou uma barreira intransponível, um tipo de floresta complexa composta de matéria e não-matéria. Angustiadados com a sensação de incompletude devido à separação de seus mundos, os deuses

sentiram a necessidade de se conectarem de novo à humanidade. Dos deuses, Ogun foi o único que conseguiu o feito de destruir a barreira entre os mundos usando a primeira ferramenta forjada de ferro. Dessa forma, abriu caminho para si e também para os demais deuses, restaurando a conexão entre deuses e a humanidade.

Devido a uma falha trágica de Ogun, relatada em outro mito, obriga-o a repetir esse percurso da viagem anualmente em favor da humanidade, mantendo sempre aberto um canal de comunicação entre os dois mundos (*Ayê* – Terra; *Orun* – Céu). A simbologia que representa essa viagem recorrente de Ogun, está estampada na sua insígnia: a serpente que morde a própria cauda, significando a ideia de tempo cíclico, a eterna condenação da repetição, da criação e destruição, e a recorrência dos comportamentos da humanidade. A figura que representa Ogun, inicialmente, passa o entendimento de infundável retorno, mas também o conceito de renovação com um novo ciclo (REIS, 1999).

A esse respeito o escritor nigeriano Wole Soyinka³⁰ chama atenção para outro olhar sobre o símbolo que expressa um aforismo semelhante, porém mais abrangente e livre: o retorno é acrescido de um retorno novo, mas diferente, uma alusão ao processo de reconstrução. Devido a isso, a opção de Soyinka em criar uma imagem de serpente da divindade adaptada ao modelo ocidental pelo sinal grego representando o infinito (∞) associa um pensamento da cosmovisão, uma interpretação particular não linear de sua visão holística do mito de Ogun.

Segundo Reis (1999), ao analisar a obra de Soyinka, tomando como ponto de partida a função principal de Ogun, a de (inter)mediador “entre os vários níveis de existência, a relação é clara: sujeito cultural híbrido transitando entre as tradições, incorporando-as e organizando-as em novas combinações” (REIS, 1999, p.97). A partir da inspiração mitológica de Ogun, que atua como um mediador entre espaços díspares com sua ferramenta forjada em ferro e representado com caracteres ocidentais demonstra a fusão de elementos entre culturas distintas com possibilidade de eventualmente unir-se a outras tradições, e isso nos faz iniciar a aplicabilidade no campo da Educação ao utilizar os espaços intersticiais de cultura para substituir as fronteiras. Através dos quais se negociam sentidos da autoridade cultural e política na visão de Bhabha (1998).

Noutro falar, Reis (1999) confirma que:

A fronteira é ao mesmo tempo uma abertura e um fechamento. É na fronteira que acontece a distinção do e a ligação com o meio ambiente. Todas as fronteiras, inclusive as membranas dos seres vivos, inclusive as fronteiras das nações, são, ao mesmo tempo, não só barreiras, mas também lugares de comunicação e intercâmbio.

³⁰ Escritor laureado com o Premio Nobel de Literatura em 1986.

Elas são o lugar de desassociação e associação, de separação e articulação (REIS, 1999, p.85).

No desbravar dessa fronteira, surge o questionamento: Mas que lugar é esse do ensino da História? O que diz o lugar? Segundo Certeau (1982) antes de saber o que a história *diz* de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela. O lugar é um recorte do espaço geográfico onde acontecem manifestações socioculturais no dia a dia do grupo social e ou das pessoas. Portanto, articular a história ao lugar é condição para compreender a sociedade.

Ao percorrer esse caminho, deve afeitar-se que o lugar significa o possível e o impossível, a lenda e o real, ou seja, a dicotomia entre o não-lugar e o lugar real (social) articulado e, a essa troca do imaginário pela realidade, encaixa a possibilidade de existir um entrelugar o local da cultura deslizante, marginal e estranho. Conforme Leão (2016), o percorrido trata das experiências do sujeito ao longo do caminho e a contemplação das capacidades estéticas, cognitivas, afetivas e psicomotoras para ele elementos de aproximação. A curiosidade é o elemento primaz do encantamento pelo desconhecido perdido no ambiente histórico a ser mapeado.

Torna-se plausível apontar esse transitar entre o tradicional incorporando-o e organizando-o em novas combinações, e o não-lugar só pode ser um espaço híbrido. Quebrando essa dicotomia estabelecida, surge a tríade do lugar imaginário, do Entrelugar e o lugar social. Assim o percorrido, ocorrido e incorporado apresenta-se como possibilidade de fazer história como uma prática. Certeau (1982) assevera que:

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da "realidade" da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada "enquanto atividade humana", "enquanto prática". Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* "científicas" e de uma *escrita* (CERTEAU, 1982, p. 69).

A compreensão da História se processa a partir da relação combinada de lugar, práticas e escritas que fazem parte da realidade e estão em constante interface com outros espaços sociais intermediando operações interculturais e intranacionais. Afinal, diz Homi Bhabha (1998) em relação à dimensão transnacional do mundo contemporâneo, “não se pode opor ao dentro e fora”.

Desse modo, há manifestação de relevante interesse em pesquisar o conteúdo do acervo no que diz respeito ao registro da história do lugar que permeia a trilha desse percurso do percorrido, ocorrido e incorporado (LEÃO, 2016), quanto à preservação da memória. Pois,

a compreensão do processo dessa tríade visa proteger as fontes de prováveis deteriorações que o acervo venha sofrer:

Na percorrida, o sujeito se vale das experiências no trajeto realizado e cria para sua apreciação do belo para ele, elementos de aproximação com suas capacidades cognitivas, afetivas, psicomotoras e estéticas. O primeiro elemento é o da curiosidade, do desconhecido, do perdido que quer se encontrar no ambiente histórico e encantado, a ser diagnosticado. Registros podem ou não serem visualizados, a depender de cada um. Na trilha ocorrida o sujeito procura se revelar a julgar o que viu e vê com diferentes olhares. A memória, os desafios, os enfrentamentos do lugar são postos em xeque para ligar o antes desconhecido, perdido, histórico e encantado a uma nova tentativa de sistematização do vivido, do visualizado, percebido. Já na trilha incorporada, o sujeito possui a possibilidade de descrever a experiência, as sensações ocorridas e as mudanças socioculturais encarnadas por sua sociocorpografia - corporificação das relações do corpo no espaço social apreendido (LEÃO, 2016, p. 9).

Nesse caminho trilhado, histórias e memórias são forjadas pelos desafios de diversas modalidades, desde as condições sociais, fisiológicas, emocionais que moldam encantamento, superações, participação, cooperação, sensações, além dos fluxos e percursos dos documentos/informações, desde a sua criação, destino (dos documentos/informações – estimativa, limites, descarte ou guardas), valor (agrupamento de um modo particular de apreender), dentre outros aspectos. Esses são processos passíveis de registros como práticas e inovações tecnológicas, que implicam em multifacetadas visões aliadas a teorias e técnicas físicas e digitais (virtuais), apontados como recorte dessa proposta. O fato é que a intermediação tecnológica dos processos de inovação no ensino também provoca pistas socioculturais como saberes dessa tríade.

Dessa maneira, a presunção do presente estudo foi inicialmente e será, *a posteriori*, com a intermediação tecnológica, visando beneficiar aos colegiais e a toda a comunidade escolar e seu entorno, através da educação museológica como estratégia didática assertiva. A partir desses entrelugares, almejando a possibilidade de maior integração do sujeito ao seu local, e da disponibilização de acervo virtual construído de maneira colaborativa e espontânea, extrapolando os muros da escola e de forma interativa e, portanto, por intermediação tecnológica.

O ensino intermediado por tecnologias é um desafio propositivo aos educadores diante do atual contexto da geração de nativos digitais em que a comunicação, independente do lugar geográfico, está presente a qualquer tempo e espaço. Mediar o ensino por tecnologia necessita, segundo Sales (2013), abordar a construção do conhecimento num aspecto colaborativo em rede, aspirando o desenvolvimento e a difusão do processo educativo, uma

vez que os processos formativos mediados pela tecnologia informacional e comunicacional contribuem para a solidificação de redes sociais na construção do conhecimento que oportuniza aos sujeitos desenvolverem sua autonomia.

Vigotsky (2003) reafirma que mediação é o processo que caracteriza a relação do homem com o mundo e com outros homens. Para abordar a intermediação é necessário conceituar a mediação. Conforme a definição de D'Ávila (2008)

Mediar não significa tão somente, efetuar uma passagem, mas intervir no outro polo, transformando-o. A mediação na esfera educativa guarda o sentido de intervenção sob inúmeras formas, desde as modalidades mais amplas – como a mediação sociopolítica que pratica a escola / o fenômeno educativo face aos alunos que se formam – às modalidades que se inserem no âmbito da prática pedagógica, onde se posiciona, primordialmente, o professor como mediador. O professor, na sua arte de ensinar, medeia essas relações mais amplas, assim como as relações que se fazem presentes no exercício diário do magistério, naquilo que ele tem de mais essencial: a relação entre os alunos e os objetos de conhecimento (D'ÁVILA, 2008, p. 24).

O ato de mediar sugere ser a *práxis* própria do sujeito, para Sales (2013, p.123) “capaz de fixar-se na sociedade e de mudar seu entorno e a si mesmo e, esse é um processo constante de desequilíbrio e equilíbrio cognitiva que ocorre de forma interna e externa”. A forma interna do exercício da *práxis* é a efetivação da mediação pedagógica, conforme Masseto (2000), entendendo-a como a atitude, o comportamento do professor que se coloca como um facilitador, incentivador e motivador da aprendizagem, ou seja, uma ponte conectando o aprendiz e sua aprendizagem que ativamente contribui para que o aprendiz chegue aos seus objetivos. Outrossim, Vigotsky (2003) nos auxilia:

O uso de meios artificiais – a transição para a atividade mediada – muda fundamentalmente, todas as operações psicológicas, assim como o uso de instrumentos amplia de forma ilimitada a gama de atividades em cujo interior as novas funções psicológicas podem operar (VIGOTSKY, 2003, p. 73).

Nessa ótica, o uso de meios artificiais pode ser a forma externa entendida pelo intermédio do aparato computacional que num processo de transição mediada opera como intercessor extrínseco pelo fato desse ser concebido a partir das atividades de aprendizagens intermediadas por computador, e ou, no ambiente da *internet*. Cabe ao docente o papel de orientar a dinâmica dessa interação utilizando os recursos tecnológicos e computacionais como ferramentas auxiliares, considerando que o seu desafio na contemporaneidade em tornar o ensino, particularmente da História, prazeroso e instigante propondo a criação de propostas

pedagógicas atraentes, instrumentos didáticos dinâmicos diferentes dos tradicionalmente adotados nas escolas.

Nesse sentido, é preciso pensar soluções, experienciar ações através da intermediação tecnológica que promovam o estímulo ao público do Ensino Médio através de aulas cativantes, pois, em geral, esse grupo geracional formado por jovens vivenciam as tecnologias em outros campos da vida social sem realizar uma conexão com os conteúdos curriculares das escolas. Utilizando uma linguagem própria e interagindo no ciberespaço, o local onde se entrelaçam cultura digital, redes sociais, educação e as inovações acontecem em velocidade exponencial.

As interações, quando colaborativas, podem contribuir para o desenvolvimento dos processos cognitivos daqueles que fazem parte do processo interativo, segundo Vigotsky (2003). O conhecimento e a interação sistematizada, mesmo postos, cabe ao professor conduzir a orientação na intermediação da informação, pois, considerando que independente do suporte tecnológico, o objetivo de promover o conhecimento permanece.

Faz-se necessário a conscientização do professor evitar o ensino meramente informativo, pois está fadado ao fracasso, já que impede a interação professor-aluno, e para, além disso, estabelece um clima de desinteresse, visto que em geral os colegas não encontram significado nas aulas que precisam frequentar. Diante dessa emergência contemporânea, é preciso intermediar uma linguagem próxima do viver diário da juventude estudantil. Para Sales (2013, p. 210), “se toda ação humana encaminha uma mediação, a aprendizagem também vai ocorrer a partir da interação com o outro, com o meio social, no qual a linguagem é meio de comunicação, de interação.”

Para Vigotsky “a principal função da linguagem é a de intercâmbio social: é para se comunicar com seus semelhantes que o homem cria e utiliza os sistemas de linguagens” (VIGOTSKY, 2003, p. 42).

Para as propositivas das linguagens geotecnológicas (textual, imagético-iconográfica, corporal, audiovisual, digital) destacadas como produto de História e memória nos espaços educacionais, apresentam-se aqui a perspectiva do Acervo Didático Comunitário Tecnológico (ADCT) na visão de configurar-se como Processos Tecnológicos e Práticas Inovadoras. Estes apontam aspectos da experiência sistemática da abordagem qualitativa destacada pela intermediação tecnológica, o que leva a instrumentos na construção do conhecimento de forma atrativa, prazerosa e desafiadora do saber brincante (LEÃO, 2011), que vem caracterizando a presente proposta, como desafio vivido no campo dos processos de práticas de ensino da História.

Segundo Castells (1999), o uso das tecnologias trata de uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que as tecnologias alteram o modo de vida dos homens, o modo como os homens as vivenciam, também as moldam. As tecnologias educacionais têm promovido discussões acerca da sua influência nos processos formativos/aprendizagem e, por conseguinte, no desenvolvimento social.

Portanto, no formato da intermediação tecnológica, o professor mediador desempenha o papel de mediar às diversas situações e tempos da aula. Sobre as novas tecnologias, Lima Jr. (2007, p. 52) destaca que “as novas tecnologias, consideradas tecnologias inteligentes, inauguram uma nova forma de conceber o fenômeno técnico que, em consequência, exige sua efetivação no estabelecimento da metamorfose da prática pedagógica”.

2.2 Educação museológica e inovação nos Entrelugares da intermediação tecnológica

Cabe observar que, independente da finalidade da guarda dos acervos, a preservação é imprescindível para manter a memória e a História. Nessa linha de entendimento, além de aspectos metodológicos, se considera as carências e problemas que persistem na educação básica da rede pública, bem como, se avalia sobre as diversas demandas, desafios e possibilidades que envolvem a oferta, uso e produção de recursos didáticos em História.

Além disso, procurando uma educação para a vida, Freire (1987) alertou para o que denominou de “educação bancária”, a qual restringe a educação a um balcão de negócios no qual o professor, detentor do *status* de todo o conhecimento tinha a missão de preencher as mentes dos estudantes, como se elas fossem espaços vazios sem conhecimentos prévios. Na concepção freiriana, a educação deve ter como premissa a constituição de uma sociedade com capacidade de pensar por si mesma, à vista disso, o processo educativo e suas dimensões concebe no sentido de valorizar ações educativas promovidas pela autonomia e potencializadoras de uma pedagogia libertadora.

Ao aumentar o aprofundamento do conceito, constituído por Freire, conseguimos identificar entre suas premissas que a educação deve ser compreendida como um processo coletivo, do qual surge um processo de libertação e transformação dos sujeitos e, entendido como uma fundamentação crítica considerando como relevante o desenvolvimento do conhecimento dos sujeitos, apreendido como a capacidade de questionar as temáticas abordadas no espaço escolar.

Na percepção, enquanto professor, apontava os recursos didáticos utilizados atrelados aos conteúdos pouco significativos ao cotidiano dos colegiais. Por consequência, em muitos casos, gera distanciamentos entre os temas das aulas da disciplina e os processos históricos vivenciados pelos sujeitos, que não se veem representados em muitos desses materiais didáticos empregados. Esse cenário provocador foi o fio condutor para instigante procura por modelos pedagógicos que produzissem aulas mais dinâmicas e interativas visando à melhoria da aprendizagem em História.

Mesmo diante de tantos obstáculos, foi mantido o desafio em mapear formas mais cativantes para apresentar o conteúdo de História a partir do uso de inovadora abordagem metodológica, mais conectada ao tempo contemporâneo do jovem colegial, tendo a premissa do ensinar/aprender e do sujeito que aprende. Partimos da expectativa de construção do conhecimento de forma atrativa, prazerosa e desafiadora com vistas ao desenvolvimento de ações educativas na perspectiva de adotar uma teia colaborativa com uso da memória preservada dos acervos didáticos comunitários, testemunha da História local, entendida como forma de existência social nos seus diversos aspectos e o seu processo de transformação. Pressupondo, com isso, a possibilidade de dinamizar o ensino-aprendizagem, estabelecendo o imbricamento entre o tema abordado em sala de aula e o ter significado ao dia a dia dos atores envolvidos.

No projeto inicial nominado de Acervo Didático Comunitário Tecnológico (ADCT), como proposta Museológica para o Ensino de História, cujo processo articula aspectos metodológicos, pedagógicos e tecnológicos possibilitando a intermediação tecnológica com uso dos multimeios: a escuta dos educandos, comunidade e educadores, orientação mediada por educadores em oficinas formativas que utilizam o recurso do vídeo, fotografia, poesia, música, dentre outros, visando promover a produção dos discentes para o registro físico e digital da história do lugar.

A proposição do ADCT foi ampliada, posteriormente, para um produto desta pesquisa denominado de Museu Virtual MDCI, a partir da catalogação da documentação, organização das fontes, da digitalização da documentação física do acervo transcendendo a questão do físico ao virtual e promover a produção de material sobre a história local. Na ótica de Levy (2010), “virtual é aquilo que existe apenas em potência e não em ato”, no habitual é utilizado como se fosse irreal. Como se as coisas não pudessem “possuir as duas qualidades ao mesmo tempo. Em filosofia, o virtual não se opõe ao real, mas ao atual. O virtual existe sem estar presente”. (LEVY, 2010, p. 49-50).

Desde os primórdios da sua escala evolutiva, a humanidade procura apropriar-se dos recursos e técnicas, seja de ordem física, intelectual e material para atender suas necessidades. Aponta Lima Jr. (2005) que o primado das representações no que tange a constituição simbólica, relacional e social deste ser é a linguagem. Produzindo e agindo, transformam a realidade, à medida que transformam a si mesmo, descobrem novas formas de atuação e produzem conhecimento sobre elas. Ainda conforme o autor,

O complexo processo de gênese histórica humano-coisas-instituições-sociedade dispara a ação humana a partir de uma perspectiva dinâmica e criativa através do qual o ser humano utiliza-se de recursos materiais e imateriais a fim de encontrar respostas para os problemas do seu cotidiano, superando-os. Ao vivenciar este processo criativo /transformativo/ tecnológico, representando para si e para os outros gera conhecimentos específicos sobre tecnologia e sobre técnica. (LIMA JR, 2005, p.12)

Esse processo produtivo ocorrido, criativo e transformativo do nosso dia a dia encontra-se permeado à tecnologia, desde as mais rudimentares invenções que ajudam homens e mulheres a deliberarem sobre problemas simples aos mais amplos processos que buscam solucionar questões complexas da humanidade, como afirmou Lévy (2010): “as tecnologias são produtos de uma sociedade e de uma cultura”.

Enquanto seres simbólicos, relacionais e sociais, os seres humanos desenvolvem e interagem utilizando diversos canais de comunicação e tecnologias, sendo que esta última palavra deriva do grego “*tecknē*”, correspondendo ao método, à maneira do fazer eficaz para atingir um objetivo. O pensamento criativo a partir do entendimento da vivência prática utilizando prática inventiva e experimentações humanas.

A tecnologia no senso comum da contemporaneidade é associada ao maquínico, informática, robótica e, num vislumbre do pós-moderno, a inteligência artificial. Em suma, são recursos materiais criados a partir do cabedal de conhecimentos práticos com a finalidade de trazer benefícios à humanidade. Computador não é apenas uma ferramenta a mais para produção de texto, sons e imagens, ele é um operador de virtualização da informação, afirma Lévy (2010). Embora os conceitos de tecnologia e técnica sejam distintos estão intimamente conectados com o ser humano, e esse imbricamento “homem-máquina” não pode ser desassociado.

Nessa vertente, a criatividade articulada pelo ser humano em transformar e ressignificar os artefatos tecnológicos, em particular os computacionais, elabora artifícios e mecanismos para movimentar as relações sociais e para além no mecanicismo, como afirma Hetkowsky:

A tecnologia é o conhecimento de uma arte. A arte de buscar soluções a um número significativo de problemas próprios de uma determinada época histórica, e o animal *laboreans* desenvolveu um conjunto de ações para dar sustentação à condição da vida humana e o homo *faber* empreendeu seus esforços nas técnicas que criam instrumentos para dominar o mundo em seu favor. Assim, a tecnologia reestruturou profundamente a consciência, a memória humana e a busca de soluções para grandes e pequenos problemas (HETKOWSKY, 2004, p.94).

Nesse viés, criativo e transformativo dos processos tecnológicos, abordaremos o conceito de intermediação tecnológica intuindo o caminhar do ocorrido como uma tecnologia associada à técnica. BHABHA (1998) propõe o local da cultura como Entrelugar deslizante, marginal e estranho, em função de resultar do confronto de dois ou mais sistemas culturais que tentam dialogar entre os sujeitos que o percorrem desestabilizando e estabelecendo mediações entre teoria e prática política, e prossegue afirmando que “os conceitos de culturas homogêneas nacionalistas a transmissão consensual ou contígua [...] estão em processo de redefinição” (BHABHA, 1998, p. 24).

Para tanto, os colegiais no momento no qual estiveram imersos na pesquisa de campo, nos diferentes espaços da comunidade de Itapuã, exerceram com suas ferramentas tecnológicas o protagonismo da investigação da História e memória do lugar, deslizando entre a cultura local e externa, entre o físico e o virtual. Entrelugares que estão buscando dialogar entre si, suas interculturalidades apresentando-se e se estruturando em ressignificações para o estudo da História. Em outras palavras, um lugar híbrido onde cada grupo constrói estratégias distintas ressignificando sua identidade.

A intermediação tecnológica é vista aqui, na pesquisa, não apenas na educação, mas também em outras áreas das ciências humanas. Para Ludke e André (2015), a pesquisa na educação encontra-se disponível em literatura específica, cada vez mais volumosa. Entretanto, suas bases conceituais que acompanham a entrada das abordagens qualitativas, assim como suas modalidades – a participativa-colaborativa, a pesquisa-ação, a pesquisa etnográfica, o estudo de caso e seus instrumentos de trabalho mais frequentes, a entrevista, a observação, a análise de documentos – continuam bem presentes e muito próximas das apresentações deles já conhecidas, ao enfrentar seus grandes problemas semelhantes nos dias de hoje em que a educação é exercida, a partir da natureza dos fenômenos ocorridos.

A Intermediação Tecnológica tem mostrado como possibilidade de suporte em trazer outra significação do conceito que embasa o local híbrido como canais de experiências com inovação social tecnológica no ambiente educativo dos espaços públicos, na qual traz como eixo transversal a interdisciplinaridade e a multirreferencialidade dos dados possíveis de serem alcançados com a pesquisa colaborativa.

Nesses Entrelugares do material ao virtual, o ato de transportar o acervo documental físico replicando-o no ambiente virtual em certa medida configura-se como uma intermediação tecnológica, no caso particular voltada ao ensino da História. Nesse contexto, a escola, sua história, memória e cotidiano no seu *lócus*, demonstra a importância desse lugar para a comunidade, valorizando esse espaço como potencial ao sentimento de pertença aos sujeitos que nela convive.

O percurso inquietante, avivou a procura para utilizar técnica mais eficaz voltada à criatividade e inovação, em que se vislumbrou a necessidade de promover um plano de intervenção em fundamental colaboração com o grupo do PIBID História da UFBA, do qual atuei como supervisor de 2014 a 2018 no Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior.

Por conseguinte, no encadeamento de eventos advindos do ato de preservar, apresenta-se a memória como liame imprescindível na construção da História. Menezes (1984, p. 33) destaca que “exilar a memória do passado é deixar de entendê-la como força viva do presente”. Nesse viés, a ação proposta na intervenção recaiu na utilização da memória contida no acervo do Museu Didático Comunitário de Itapuã (MDCI) depositado na unidade escolar.

Num cenário que traga significado ao sujeito e considerando a dinâmica socioespacial da conexão deste com o lugar, resulta na construção simbólica pela qual depreende-se como uma Geotecnologia, e conforme Hatkowski (2010, p.6) afirma, “geotecnologia representa a capacidade criativa dos homens através de técnicas e de situações cognitivas”. A utilização de linguagens geotecnológicas para tornar mais atrativas e viáveis as ações interventivas, devem permear a elaboração dos fundamentos da intervenção a respeito do uso de tecnologias computacionais que convergem em adotar soluções criativas em um momento em que as dificuldades e carências da rede pública se sobressaem, em especial com referência ao manuseio seguro das fontes de memória do acervo.

Igualmente à obra de Santos (1990), cujo trabalho aponta para a educação museológica como instrumento de preservação da memória e seu uso para a História, através da prática pedagógica na vida cotidiana da escola, pressupomos que são essenciais ações voltadas a utilizar coleções expostas e acervos de museus e a memória social local como recurso didático propiciando que suscitem o questionar, o refletir e a criatividade em busca de um novo fazer.

Entre as premissas interventivas, encontra-se desenvolver habilidades através de uma perspectiva educacional diferenciada pela orientação à educação museológica, o que já aponta uma perspectiva de inovação tecnológica. É imperioso que o colegial conheça a sua realidade, como perceba os episódios do local a sua volta, buscando assimilar as mudanças, a prática de

simbolizar contextos de épocas e trajetórias dos acontecimentos históricos com vistas na ampliação da sua autonomia.

SEÇÃO III

ESTRUTURA METODOLÓGICA

A humanidade, em essência, é dotada de curiosidade. No princípio, quando o Caos e a Escuridão permeavam o universo, eis que surge a centelha da criação e a vida se delineia. Durante o processo de adaptação da humanidade aos rigores da natureza do planeta, alguém, em algum lugar preocupou-se em questionar, para depois problematizar e procurar resolver. Mergulhados no viver, participando dos problemas diários, querendo compreendê-los e tentando solucioná-los, o ser humano procura interagir com o mundo estruturando as bases para a pesquisa, instados pela ampliação do conhecimento a partir das investigações.

Nessa acepção, a curiosidade ajudou na condução dessa pesquisa e, por conseguinte, os questionamentos que emergiram tornaram-se o esteio desse trilhar metodológico diante da inquietação em relação ao tema abordado. A fim de atender as exigências institucionais na elaboração da escrita e do produto da presente pesquisa, necessário foi considerar aplicar, a rigor, o comprometimento como mola mestra da condição de pesquisador.

Conhecer o que já existe produzido sobre a questão norteadora foi no momento da revisão literária. A pesquisa bibliográfica é também descritiva, e segundo Gil (1999), têm como principal finalidade estabelecer relações entre variáveis, além da descrição das características de determinada população ou fenômeno.

Contudo, é necessário acautelar-se ao traçar proposições direcionadas aos objetivos da pesquisa e demonstrar cuidado contra as possibilidades de ameaças à validade da pesquisa por manter uma sequência de evidências da investigação pela validação dos dados (YIN, 2010).

Para as possibilidades na análise de conteúdo (BARDIN, 2006) do acervo didático disponível no CEGJL através de inovações tecnológicas nesse estudo de viés descritivo na abordagem qualitativa (LUDKE; ANDRÉ, 2015), os elementos construtivos partiram dos passos seguidos: 1) da revisão bibliográfica sobre os conceitos de História e memória (LE GOFF, 1996; NORA, 1993); 2) acervo didático (BELLOTTO, 2014) e inovação tecnológica (LÉVY, 2010, 2011; VEIGA, 2007; LEÃO, 2016^a); 3) do acervo disponível encontrado no CEGJL a partir do plano de intervenção em colaboração com o grupo do PIBID História da UFBA em 2014 quando foi criado um mini-inventário; 4) da contextualização local e profissional que geraram gatilhos para possibilidades de inovação tecnológica a partir do sentimento de pertença dos participantes colaboradores deste estudo.

Nessa seção, apresento o percurso da investigação a partir da análise interpretativa obtida por meio da pesquisa documental das informações que compõem o acervo do MDCl. Aliado à pesquisa aplicada foi descrito o trilhar do método pautado no mosaico metodológico composto da coleta dos elementos documentados a respeito do objeto pesquisado, além do acesso a tabulações e levantamentos estatísticos. Esse tipo de pesquisa utiliza-se de documentos impressos e outros, tais como jornais, gravações de áudio e vídeo, filmes, fotos, documentos legais, documentários (SEVERINO, 2007, p. 122).

Desse modo, a escolha recaiu no inabalável caminho de escutar a escola, tomando como norteador os relatos orais (transcritos) e escritos dos agentes que vivenciam o seu cotidiano, que corporificam a memória e compõem a escrita da escola como lugar de convivência e de dinâmicas que permeiam o seu espaço, ao fazer e saber dos sujeitos da história.

Os desafios enfrentados e experiências na sala de aula conferem ao professor a necessidade e oportunidade de adotar um variado repertório de estratégias e ajustes, a fim de potencializar a aprendizagem. A partir de Ausubel (*apud* MOREIRA, 2005), a aprendizagem significativa oferece subsídios teóricos e epistemológicos sobre o aprender em situação escolar e não escolar de ensino, ambientes educativos que podem possibilitar discutir lacunas e comprometimentos do aprender com exemplos em diferentes áreas de pesquisa.

Numa proposição exploratória, foi utilizada uma ação diagnóstica que balizou os percursos a trilhar na utilização da proposta de uso da História Local, na perspectiva de criar um acervo digital vislumbrando a melhoria do aprendizado. Visto que a pesquisa exploratória apontou possibilidades de descortinar intuições, através das informações contidas no questionário diagnóstico aplicado, exigiu do pesquisador uma série de acepções que desejava investigar. Nessa circunstância, o planejamento da pesquisa necessita ser flexível o bastante para permitir a análise dos vários aspectos relacionados com o fenômeno (SELLTIZ *et. al.* 1965).

Nesse aspecto, é que desenvolvi essa pesquisa sobre as bases metodológicas da pesquisa aplicada, com o olhar mais crítico, sensível e aprofundado, possibilitando revelar o comportamento do fenômeno estudado. Como relevância social, essa pesquisa traz um indicador da potencialidade do uso da história local servindo de gatilho para estimular o aprendizado da matéria a partir das TIC correlacionando-a ao caráter proposicional das tecnologias as quais ocorrem no processo contemporâneo pela conversão e trocas entre as linguagens comunicacionais e multimidiáticas (sons, imagens, textos, vídeos).

A **Figura 2** ilustra a tríade do caráter proposicional do uso das tecnologias permeada pelo imbricamento da História Local, acervo digital e aprendizado da História, consideradas nessa pesquisa:

Figura 2 - Tríade do caráter proposicional das tecnologias



Fonte: Autoria própria (2019).

Tendo como base no rigor metodológico, foi essencial apropriar-se das características da pesquisa aplicada com abordagem qualitativa de natureza descritiva constante nas fontes documentais utilizadas, a fim de dar conta desta investigação. Por ser um método de investigação que converge no caráter subjetivo do objeto analisado e as suas peculiaridades, a pesquisa qualitativa preocupa-se com o aprofundamento do entendimento de grupo social, organização educacional, entre outros. Segundo Marli André *apud* Bodgan e Biklen (2013, p. 14), “a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo que o produto e se preocupa em retratar as perspectivas dos participantes”.

Segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa favorece os estudos das relações sociais considerando a diversidade sociocultural, política, econômica que exige do pesquisador um olhar sensível para os estudos empíricos das questões em que os sujeitos estão inseridos. Pois, nesse entendimento, Santos (2016) afirma que:

A pesquisa para a educação contemporânea envolve a imersão na problemática, no contexto específico e reflete no engajamento, indispensável, do pesquisador. Engajar-se é emergir no lócus de pesquisa, atentando-se a problemática, ao grupo de

sujeitos, aos saberes empíricos e às limitações do contexto. É vivenciar das angústias e os anseios dos atores sociais (SANTOS, 2016, p.51).

A análise documental está elencada como importante ferramenta que contribuiu para aprofundar a fundamentação da pesquisa em História. Para coletar os dados, o estudo possibilitou uso dos instrumentos documentais e iconográficos que proporcionaram a aproximação do problema e do objetivo previsto. Segundo Bellotto (2014),

A história não se faz com documentos que nasceram para serem históricos, com documentos que só informam o ponto inicial ou o final de algum ato decisivo. A história se faz com uma infinidade de papéis cotidianos [...]. As informações rastreadas viabilizarão aos historiadores visões gerais ou parciais da sociedade. (BELLOTTO, 2014, p.37)

Assim, a análise pode identificar uma perspectiva de aprendizagem significativa dos conteúdos de História. Para Bellotto (2014, p.153), o patrimônio documental, presente em arquivos permanentes/históricos, constituiria parte do patrimônio histórico, e acrescenta: “Porém, como algo inerente à sociedade que produz/usa/consome o documento do arquivo, seja ele normativo, testemunhal ou informativo, não deixa de ser elemento integrante do patrimônio cultural”.

Faz-se necessário apropriar-se do lugar que parte o estudo e caracterizar os participantes.

3.1 O espaço da pesquisa

O CEGLJ, já caracterizado anteriormente no corpo desse trabalho, faz parte do Núcleo Regional de Educação (NRE) 26 da SEC, no bairro de Itapuã, na cidade de Salvador- BA, e foi o recorte escolhido para realizar o presente trabalho, na condição de professor de História imerso na realidade educacional da unidade de ensino e o seu entorno, implicado ao compromisso político com as causas da educação na perspectiva da transformação.

A proposta inicial era a disponibilização no ambiente da *internet* de parte do acervo do MDCI apenas para o grupo de alunos do CEGLJ realizarem pesquisas sobre a História local, a partir das narrativas dos seus moradores. Entretanto, a proposição foi ampliada para um produto de Museu Virtual, que possibilite maior acesso e conhecimento à população da sua própria história, a partir da interação com o conteúdo registrado nos arquivos. Apoiada na tecnologia, essa visão interacionista não relega aos arquivos a depósitos herméticos. Pelo

contrário, produz uma ligação mais significativa com o objeto, criando dinâmicas de conhecimento que também envolva a comunidade local do bairro.

Para tanto, o percurso escolhido transcorreu por etapas em sala de aula com a disciplina de História no CEGEJ, que apontaram os caminhos com direções avaliadas a partir das escutas realizadas junto aos discentes das três séries do Ensino Médio, no período de 2014 a 2018, a fim de obter parâmetros para balizar a aplicabilidade das ações iniciais no que tange a organização e construção do acervo digital.

A ficha diagnóstica foi o primeiro instrumento aplicado que contribuiu para repensar a necessidade de mapear possibilidade e estratégias em relação a utilização do material do acervo do MDCI. Constituiu uma etapa importante para analisar a validação do processo junto com os alunos ao ampliar as questões e construir outras ferramentas, a partir das informações colhidas na busca das evidências para responder ao problema e atender aos objetivos propostos nesta investigação.

O questionário criado para aplicar aos escolares foi elaborado considerando o problema e os objetivos propostos de sondagem, iniciando com o tema da pesquisa: bairro em que reside, em relação à educação museológica e ao ensino da História, a memória do seu bairro e da escola. Foi organizado com 13 (treze) questões de múltipla escolha, dando oportunidade para que os colegas participantes se colocassem diante dos questionamentos. Foi aplicado com o objetivo de sondar percursos da ação e rever as possíveis falhas do instrumento e, posteriormente, refazê-lo ou fazer outro instrumento. Outrossim, de fato, foi necessário aprimorá-lo na busca de mais evidências.

Para fim desta pesquisa, foi adotado um recorte para análise de informações, contida na documentação, elencando apenas as turmas do 3º ano do Ensino Médio do ano de 2017. A seguir, os procedimentos detalhados para a coleta de informações.

3.2 Resultados e discussão da construção do acervo didático tecnológico

Entre a documentação analisada por esta pesquisa, encontram-se os instrumentos utilizados para coleta de dados: o questionário diagnóstico aplicado, conforme detalhamento efetuado no item anterior, em um primeiro momento apenas nas três turmas do 3º ano do Ensino Médio, considerando que a proposta foi uma análise diagnóstica sócioeducacional. A

faixa etária dos colegiais participantes da diagnóstica está entre 17 e 19 anos, conforme **Tabela 1**.

Tabela 1 - Dados quantitativos da amostra pesquisa – Faixa Etária dos colegiais

TURMA	TURNO	QUANTIDADE ALUNOS	FAIXA ETÁRIA
3° A	MATUTINO	29	17-18
3° B	MATUTINO	22	17-18
3° D	MATUTINO	28	17-19
		Total de alunos: 79	

Fonte: Autoria própria (2019)

Constatou-se, pelas respostas ao questionário, que significativo número dos colegiais reside em Itapuã (**Gráfico 4**), e outra parte pulverizada, em bairros da circunvizinhança. Relevante esclarecer entre as respostas há indicação de localidades como Alto do Coqueirinho (assinalados como outros) e Nova Brasília que fazem parte de Itapuã, conforme o ordenamento de bairros da Prefeitura de Salvador.

Gráfico 4 - Bairros onde o público da pesquisa reside



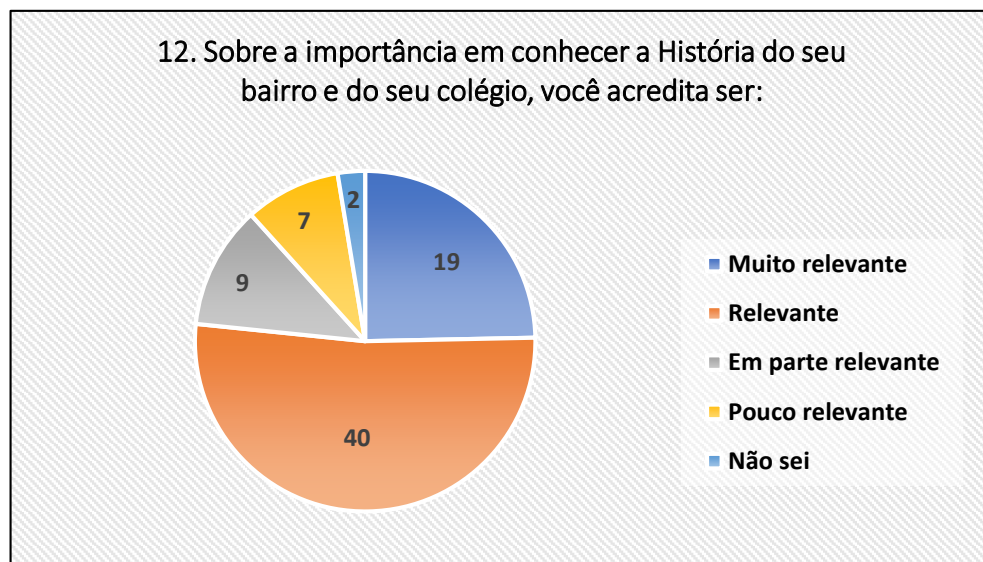
Fonte: Autoria própria (2019)

Essa informação mostra como viável a possibilidade de estimular o pertencimento do bairro pelos sujeitos participantes da ação ao valorizar a História Local e procurando estabelecer pontes com os acontecimentos históricos contribuindo, portanto, ao ensino da história. No caso de Itapuã, existe procedência na relação sua História e fatos históricos, conforme descrito na Seção I deste trabalho. Nessa perspectiva, os contatos arquivo-professor e, posteriormente, arquivo-aluno possibilitam uma assistência educativa por parte do arquivo, como assevera Bellotto (2014):

O ensino atual da história tem dupla tendência: encaixar a história nacional na história universal e, ao mesmo tempo, insistir no aspecto concreto da história, aplicado o ensino ao local. Este último primordial, requer a colaboração ativa dos arquivos. (BELLOTTO, *apud* BRAIBANT e BEAUTIER, 1954)

Sobre a importância de conhecer a história do bairro e do colégio, suscitando a potencialidade quanto à preservação e valorização da História e memória escolar e do lugar, objeto de análise desta pesquisa obteve os seguintes índices: 25% (19 alunos) responderam considerar muito relevante ser importante conhecer a história do bairro e do colégio; 52% (40 alunos) informaram ser relevante; 12% (9 alunos) declararam ser em parte relevante; 9% (7 alunos) opinaram pouco relevante conhecer a história do bairro e do colégio; e 2% (2 alunos) responderam não sei, conforme o **(Gráfico 5)**. Apenas 2 respostas foram realizadas com rasura, motivo pelo qual não foram consideradas. Foi possível aferir que o reconhecimento das histórias dos bairros da cidade de Salvador e sua importância para os atores que ali residem tem procedência.

Gráfico 5 - Importância em se conhecer a História do bairro



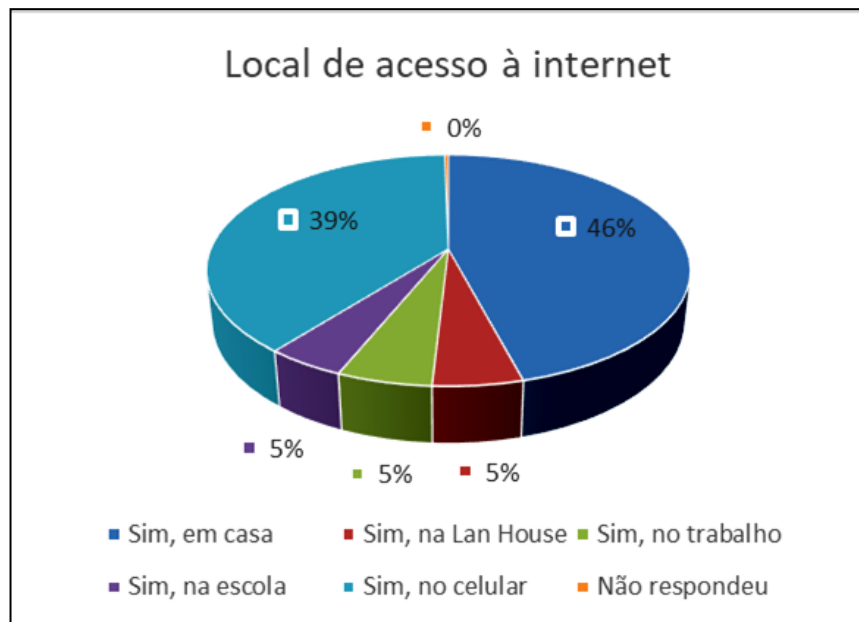
Fonte: Autoria própria (2019).

No que diz respeito à *internet*, foi indagado quanto ao acesso e a fatores como local de acesso. Nesse particular, 100% responderam “sim” quanto ao acesso e foram assinalados mais de um local de acessibilidade, gerando alguma discrepância nos percentuais das informações. Este indicador aponta o *Smartphone* (representando 47 %) como o principal vetor de participação no mundo virtual apontado no **Gráfico 6**. Nesse sentido, as Geotecnologias e

suas potencialidades criativas e transformativas com vista ao mapeamento do espaço, mobilizado, a partir dos aparatos tecnológicos, permeiam o dia a dia dos estudantes, aliando tecnologias computacionais e comunicacionais pautadas nos fundamentos que envolvem:

- a) o desenvolvimento de atividades formativas (oficinas, palestras) para os alunos, com a finalidade de utilizar os dispositivos Telefones Inteligentes (*Smartphones*) para a produção e registro do conhecimento;
- b) mobilizar e difundir o conhecimento sobre os lugares de aprendizagem, a partir da utilização de acervo tecnológico em ambientes museológicos como estratégia didática e metodológica no ensino da História.

Gráfico 6 - Locais de acesso à internet



Fonte: Autoria própria (2019).

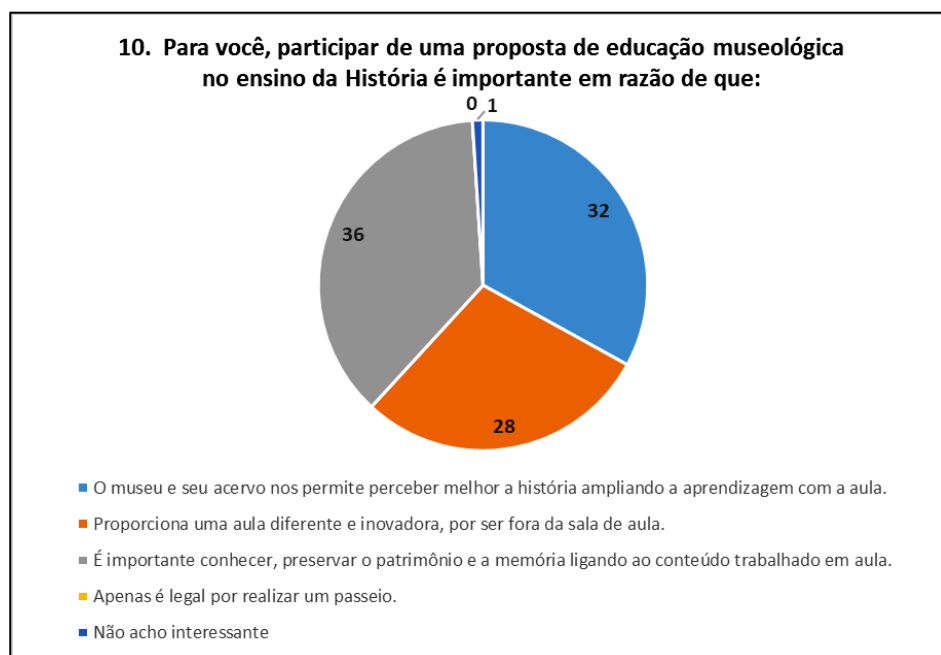
Fundamental instigar a apropriação da realidade próxima, e um caminho possível é aproximar-se dos problemas relacionados com as especificidades culturais e a vida dos alunos, ou seja, escolar do modelo de escola burocratizada que utilizam conteúdos distantes da realidade do discente, impostos de cima para baixo, conduzindo ao conformismo, dissociados do lugar em que estão inseridos e da sua história de vida. Portanto, a ação de transgredir o paradigma imposto, a fim de tentar na prática uma ação que valorize a inteligência e habilidades dos alunos.

Conseguiremos entender, encontrar um significado para a ação museológica caracterizando-a como educativa e capaz de contribuir para demonstrar a importância da

preservação da memória enquanto patrimônio vincado à História, quando o colegial compreender, expressar e perceber como agente transformador da sua realidade. Nos recentes enfoques dos museus estão a valorização do patrimônio cultural, natural, ambiental, da pesquisa e estimar a aprendizagem, tornando em espaços voltados ao enaltecimento da interatividade e na educação museológica.

Por conseguinte, a questão colocada foi: Para você, participar de uma proposta de educação museológica no ensino da História é importante em razão do quê? (**Gráfico 7**).

Gráfico 7 - Importância de se participar numa proposta de educação museológica



Fonte: Autoria própria (2019).

Os **Gráficos 8** e **9** trazem mais evidências a respeito dos locais de preservação de memória, a exemplo de museus, e a conexão com a educação, a partir desses locais de aprendizagem. A análise e interpretação para melhor entendimento das questões levando em conta que a comunicação entre o pesquisador e os envolvidos, necessita de uso dos procedimentos orientados por Bardin (2006), segundo o qual,

[...] mensagens obscuras exigem uma interpretação, mensagens com um duplo sentido cuja significação profunda só pode surgir depois de uma observação cuidadosa ou de uma intuição carismática. Por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvendar (BARDIN, 2006, p. 14-15).

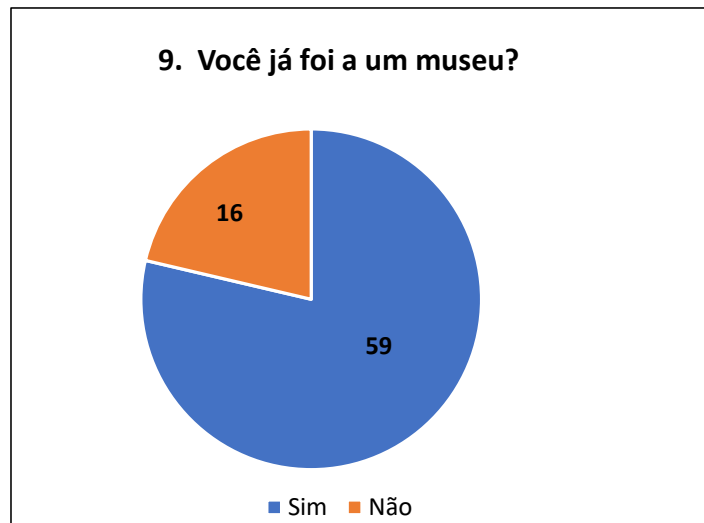
A definição de Bardin (2006) da análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações contribuiu para analisar detalhadamente e exaustivamente a mensagem dos participantes envolvidos na pesquisa, com todo rigor e cautela necessários.

Notadamente, grande percentual (59%) dos alunos do 3º ano, apontado no **Gráfico 8**, visitaram um museu. Vale ressaltar que, nos anos anteriores em ações de visitas aos ambientes de preservação da memória como museus, memorial (da Câmara Municipal de Salvador) e arquivo público (do Estado da Bahia), alunos que ainda cursavam o 2º ano e responderam ao questionário diagnóstico utilizado em 2017 foram contemplados com a ida aos espaços museológicos. Assim, infere-se que os colegiais entenderam a importância do direito à memória como parte integrante da sua história. Contudo, ainda é decepcionante o baixo percentual de colegiais que foram a espaços museais.

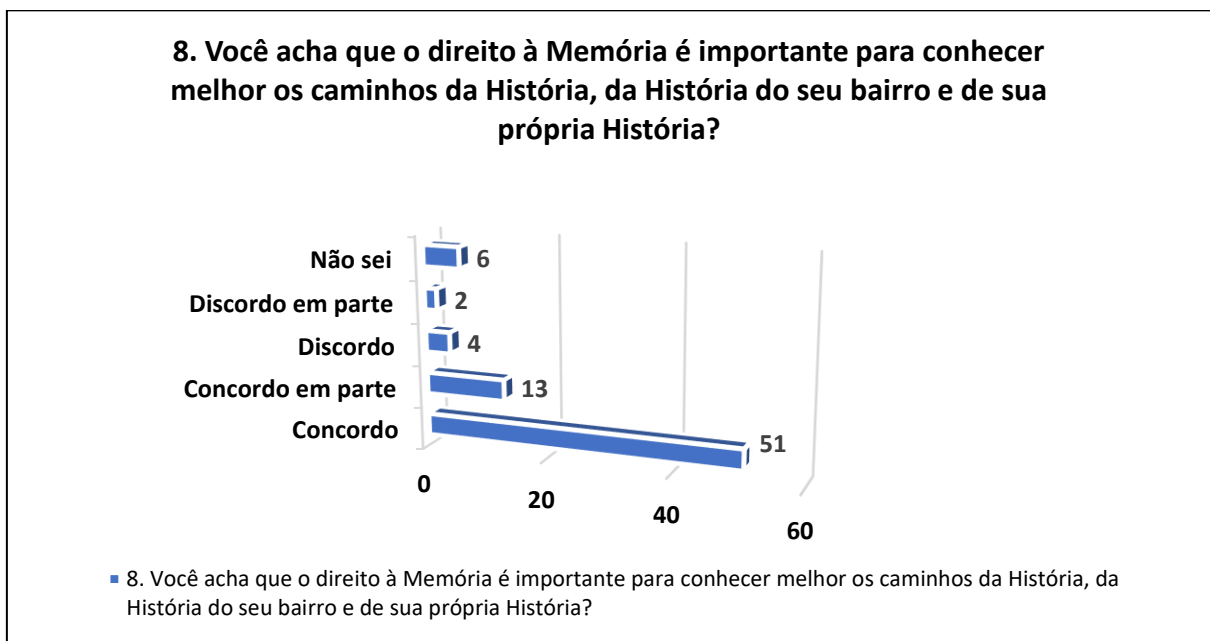
Outrossim, conforme **Gráfico 9**, ao perguntar sobre a importância em compreender o direito à memória e correlacionando-a com a história, história do bairro e a história pessoal, extraiu-se o seguinte cenário: 51 alunos (64,5 %) responderam que concordam; 13 (16,5 %) afirmaram concordar em parte; 4 (5%) discordaram; 2 (2,5 %) discordaram em parte; 6 alunos (7,5%) assinalaram não saber responder e 3 alunos (4 %) não assinalaram resposta.

Entrelaçando com os dados obtidos no **Gráfico 5**, emergiu a pertinente indicação de metodologia voltada ao uso da História local conectando aos fatos relacionados com a História norteando a aplicação de aulas dialógicas, abalizando a educação museológica como indutora da preservação da memória e sua aplicação no ensino da História, através da prática pedagógica na vida cotidiana da escola, de ações direcionadas em diferentes espaços de aprendizagem como acervos, memoriais e arquivos. Sintonizando, assim, o colegial com a realidade do bairro, cidade e a sua própria aguçando a análise, suscitando questionamentos de anacronismos, bem como questões sociais, políticas, econômicas.

Intensificar a relação de engajamento e pertencimento da comunidade estudantil, estimulando a conscientização acerca dos problemas sociais que a aflige, para além dos muros da escola é um convite na construção de associações com cenários de ontem com o hoje e projetando para o amanhã. Esta ambiência museal favorece a interface entre a memória e a história ao possibilitar a reconfiguração de abordagens e conceitos a respeito da História. Barros (2011) ressalta que os fenômenos históricos, anteriormente abordados e pesquisados quase exclusivamente por historiadores, começam a ser mapeados a partir de novos olhares procedentes de vários lugares de memória, inferindo, assim, ser viável a memória da escola, do bairro, da cidade como gatilhos que despertaram a conexão e interesse com a realidade próxima do colegial a fatos históricos nacionais e globais.

Gráfico 8 - Quantos já foram a um museu

Fonte: Autoria própria (2019)

Gráfico 9 - Importância do direito à Memória Histórica

Fonte: Autoria própria (2019)

Em um segundo momento, no ambiente escolar, foram organizadas oficinas nas turmas do Ensino Médio, abordando a importância dos locais de preservação da memória, história e do patrimônio. Por conseguinte, no encadeamento de eventos advindos do ato de preservar, apresenta-se a memória como liame imprescindível na construção da História, conforme Ariès (1989):

Trata-se de fazer com que se interessem pela história meninos que por falta de cultura literária, por ausência de tradição familiar, nem mesmo concebiam o passado [...] Era, pois, preciso, para despertar sua curiosidade, ligar esse passado desconhecido ao que havia de conhecido para eles no presente, e então remontar do presente conhecido ao passado desconhecido, insistindo na sua solidariedade e continuidade (ARIÈS, 1989, p.160).

Posteriormente foram realizadas visitas aos ambientes físicos: museu, memorial e arquivo público, locais onde os colegiais verificaram na prática a operacionalidade de um espaço museológico e participaram de palestras sobre a importância da preservação da memória e do patrimônio. A relevância dessa ação através das visitas aos locais de memória foi provocar a conscientização da educação e estimular o pertencimento em relação à História do local (bairro e cidade), demonstrando ao colegial que o espaço museológico também é ambiente de aprendizagem. Esses Entrelugares, conforme BHABHA (1998) são marcados por história de deslocamento e reterritorializações e caracterizados por identidade ao mesmo tempo plurais e parciais.

Por conseguinte, a ação foi de incentivar a produção e apresentação de trabalhos pelos colegiais com a temática História, Memória e Patrimônio de Itapuã, a partir da consulta ao material (textual e imagético) no acervo do museu didático-comunitário.

Os materiais produzidos pelos colegiais foram de variadas modalidades, como vídeos gravados a partir do aparelho celular e editados por aplicativos computacionais, apontando a presença das geotecnologias de baixo custo como produto da inventividade demonstrando a viabilidade da instrumentalização por intermediação tecnológica, além das apresentações orais com utilização do recurso de projeção das imagens por equipamento eletrônico (*data show*), produção textual, a partir da pesquisa realizada utilizando as entrevistas datilografadas do acervo didático comunitário, exposição de fotografias composta por fotos de autoria própria e/ou cópias das fotos utilizadas do acervo, *fanzone* (folhetim editado em papel tipo A3), álbuns (tipo memorial de autoria dos colegiais utilizando papel reciclado, dentre outros materiais) e mural (confeccionado em papel tipo metro no qual foram afixadas fotos, textos, pinturas aquarela ou grafitados).

Ao longo do processo, na expectativa de difusão do conhecimento, esperando ir além dos muros do colégio uma vez absorvida a atitude cooperativa de todos, realizou-se a divulgação das produções através das postagens no ambiente computacional das redes sociais. Essa gama de produção dos colegiais foi incorporada ao acervo do museu didático-comunitário possibilitando sua retroalimentação e demonstrando o aspecto colaborativo no fortalecimento da revitalização do enquanto espaço físico, além da construção da proposta, a

ser ampliada posteriormente, para um produto de Museu Virtual, que venha possibilitar maior democratização do acesso à cultura, criando dinâmicas socioespaciais³¹ de geração de conhecimento, que também envolva a comunidade local do bairro.

A finalidade da ação proposta procurou articular diferentes áreas do conhecimento: História, Memória e Patrimônio através da elaboração de projeto de intervenção, mediante preparação teórica e metodológica, sobre os conceitos e conteúdo de forma colaborativa. A utilização de recursos e procedimentos para uso do ambiente tecnológico informacional e comunicacional é o mais usual. Entretanto, o ato de visitar os lugares, entrevistar pessoas, olhar fotografias, ouvir informações, conhecer o dia a dia do ambiente e descobrir que muitas vezes o conhecimento não está posto apenas nos livros ou ambientes computacionais. Trata-se de algo mais ampliado no Entrelugar do saber e da aprendizagem na possibilidade de veiculação em forma de redes colaborativas voltadas para práticas inovadoras.

Dessa forma, aventa-se que a colaboração está vinculada à interação, a qual exige um desenvolvimento de convivências muito próximas, pautadas na total imersão no cotidiano da educação básica e superior, aliado ao compromisso social, a partir de uma afinidade entre os sujeitos envolvidos no ato de ensino e aprendizado. Isso envolve desenvolver ações aplicadas à valorização e preservação das memórias institucionais em redes colaborativas, ao que consiste em difusão do conhecimento, a partir de:

[...] práticas inovadoras; exploração das tecnologias digitais; pressupostos de colaboração; engajamento da universidade na escola; imersão da escola nos espaços da universidade; novos significados aos processos educativos pela comunidade escolar; mobilização dos sentimentos de pertença dos sujeitos (alunos, professores e pesquisadores) ao lugar e à cidade (REZENDE, 2015, p.302).

Na perspectiva de inovação do ensino, para as condições do aprender, mesmo que de forma semipresencial, os dados do acervo trazem um viés de intermediação tecnológica. Um conceito que pode ser abordado pelas seguintes questões: 1) De que modo as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) podem contribuir para a Inovação Educacional (IE)?; 2) Como pensar a formação profissional para a prática de processos formativos, em uma sociedade da informação e do conhecimento?; 3) Quais seriam as implicações dos paradigmas da informação e da incorporação do uso das linguagens geotecnológicas aos processos formativos? (LEÃO, 2016a).

³¹ São as expressivas transformações que os espaços públicos passaram, em sua interação com a sociedade no tempo. Novas práticas sociais passam a implicar em nova relação das pessoas com esses espaços e entre si. Um exemplo são as praças de interatividade para o exercício da cidadania na sociedade contemporânea, sendo necessária a ação do Estado, mas também da sociedade, em favorecer o convívio nesses espaços públicos (AZEVEDO, 2013). Outro, é o espaço híbrido entre o físico e o virtual das redes sociais.

A primeira questão, o intuito é o de buscar possibilidades de se atender a um foco e um público, seja ele como estratégias pedagógicas ou ferramentas gerenciais de gestão educativa, entre pessoas e instituições. Com base em Hetkowski (2010), a segunda questão implica nas linguagens geotecnológicas (textual, imagético-iconográfica, corporal, audiovisual, digital) nos espaços públicos educativos (Escolas, Instituições de Ensino Superior (IES) e Comunidades), como construções de ambientes para socializar informação e conhecimento, através das redes de conexões. Já a terceira questão aponta para as implicações que estão na formação da cultura educativa local (conjunto de valores, sentimentos, significados, práticas, rituais, crenças, modos, hábitos, expectativas e concepções compartilhados pelos membros da comunidade) e o que isso pode gerar como processo para a sociedade (LEÃO, 2016a).

O protagonismo ou o empoderamento³² é o gatilho da façanha organizacional individual e coletiva das pessoas e/ou organizações na sociedade. No processo de se debruçar sob os dados documentais e iconográficos com os diferentes atores sociais educativos, a tríplice da trilha percorrida, ocorrida e incorporada (LEÃO, 2016b) surge como requisito para a construção de conhecimento no que se refere a uma postura crítico reflexiva das ações planejadas, como uma das possibilidades de análise para construção do acervo didático tecnológico. Portanto, percorrer os documentos nos levou ao registro de dados ocorridos que marcaram este percurso. Hoje, esses dados já se encontram incorporados ao sentimento de pertença dos envolvidos no processo de pesquisa.

O Mini-inventário realizado em 2014, através de Projeto com acompanhamento de trabalho do PIBID em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), sob a coordenação da Prof^a Dr^a Maria Inês Corrêa Marques, possibilitou um acervo composto de: Entrevistas datilografadas com professores, moradores, alunos e demais participantes da comunidade local; Registros das atividades desenvolvidas pela equipe de pesquisa formada por professores e alunos e bolsistas da escola; além dos variados registros imagéticos sobre o Colégio, o bairro, seus moradores, das ações efetuadas pela equipe de pesquisa do projeto de criação do Museu Didático Comunitário; Documentos escolares como ficha de estudantes, trabalhos escolares, cópias de artigos de periódicos sobre o cotidiano do bairro, moradores e comunidade escolar.

A análise do processo de registro utilizada inicialmente nesse estudo ficou delimitada nos pontos referentes aos dados no *locus* do colégio. Ainda não ampliamos para a análise dos

³² Para FREIRE (1970 e 1992), a pessoa, grupo ou instituição empoderada é aquela que realiza, por si mesma, as mudanças e ações que levam a evoluir e se fortalecer.

dados da comunidade. Portanto, o contexto interno do colégio revela-se aos estudantes, da mesma forma que os estudantes se revelam ao Colégio no que foi admissível ser percorrido, ocorrido e incorporado como memória possível.

Em geral, o estudante é excluído do processo de preservação do patrimônio, razão pela qual não se apropria e não se identifica com o que é preservado trazendo prejuízo do direito à memória. Na relação entre a História e a memória, fortalece, pois, o enlace desses elementos em meio aos seus registros, reforça a ideia de que a História e a memória estão conectadas as fontes de informação, nos diversificados tipos de suportes, dos quais é possível que a sociedade tenha acesso à História e recorrer às memórias escritas nas fontes formais e autênticas de informações.

Moreira (2005, p. 1) manifesta que “a Memória, no sentido primeiro da expressão, é a presença do passado”, e assevera que “a memória é uma construção psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto” (MOREIRA, 2005, p. 1).

Compreender o significado da ação museológica perpassa e demonstrar a preservação da memória enquanto educativa no momento que o estudante entender a importância do patrimônio, perceber o vínculo com a História e expressar sua condição de transformador da sua realidade.

Ponto pacífico que o contexto sinaliza a necessidade de ressignificação das práticas pedagógicas no ensino da História, em favor de maior aproximação entre o atual momento socio histórico e seus novos paradigmas. Como nos ensina Santos (1990):

A prática da cidadania estará, então, embasada na apropriação e preservação de um patrimônio, que deverá ser à base de toda transformação que virá no processo de construção e reconstrução social, sem a qual esse novo fazer será construído de forma alienante (SANTOS, 1990, p. 129).

As informações obtidas pelos questionários diagnósticos balizaram a proposição da ação de intervenção didática na utilização da memória contida no acervo do MDCI depositado na unidade escolar. Tal escolha se deu em função do pertencimento à História do bairro associando a representatividade que, em princípio, agrega interesse do sujeito à aprendizagem, mas, sobretudo, como instrumento de resultado significativo na busca empreendida por recursos didáticos, com especial potencial para auxiliar na transposição das dificuldades enfrentadas, no que tange a materialização e consolidação dos conhecimentos históricos aos discentes no Ensino Médio da rede pública.

O processo percorrido passou pelo acesso ao acervo do MDCI das entrevistas datilografadas com professores, alunos e demais participantes da comunidade escolar; a documentação das atividades desenvolvidas pela equipe de pesquisa formada por professores e alunos; os variados registros imagéticos sobre o Colégio e das ações efetuadas pela equipe de pesquisa; os documentos escolares como ficha de estudantes, trabalhos escolares, cópias de artigos de periódicos sobre a comunidade escolar.

Nesse percurso, é importante salientar a ambivalência em relação ao engajamento participativo colaborativo que durou por todo o período de acompanhamento do projeto PIBID. Nesse processo, ficou incorporada à escola e, conseqüentemente, aos integrantes da pesquisa, toda a digitalização do material disponível e pesquisado, assim como a sua sistematização de formato a ser disponibilizado em rede virtual para aprendizagem da História, em especial a que se refere à memória do Colégio. Alunos, ex-alunos, professores e ex-professores, gestores e ex-gestores, festividades comemorativas, dentre outros sujeitos e ações foram tendo diálogos construídos, dos quais formaram o texto dos incluídos para a história que se quer contar, referente a este ambiente escolar público, que possam continuar a motivar o sentimento de pertencimento dos atores sociais no local.

Outro fator determinante em optar pelo uso do acervo de um museu didático: a constatação de que, apesar da falta de estrutura apropriada da escola para preservar sua memória aliada ao descaso com a sua preservação, era imperiosa a demonstração da utilidade para fins pedagógicos do acervo como um tipo de gatilho para instigar a aprendizagem dos colegas em especial ao ensino da História. A constatação dessa evidência se descortinou com a manifestação de relevante interesse em pesquisar o conteúdo do acervo (documentação textual e imagética) no que diz respeito ao registro da História do lugar.

Bellotto (2014) comenta que após o documento cumprir a função para a qual foi criado, será preservado para fins de pesquisas, testemunho e herança cultural. É a partir do acréscimo do embasamento teórico e das importantes contribuições metodológicas para o presente trabalho adquiridas nas discussões do Projeto RedePub/GesPub, vinculado ao Grupo de Pesquisa Geotecnologia, Educação e Contemporaneidade (GEOTEC), numa perspectiva do registro da história e memória em espaços educativos públicos, que se solidifica e apresenta-se viável o uso do acervo museológico como instrumento lúdico, ao mesmo tempo em que se concebe como uma alternativa, com adaptações, para o conteúdo do ensino da História.

Nesse sentido, é que se vislumbra em complementar e conectar o contexto global e a realidade local, de forma mais atrativa e significativa. Por acreditar ser o comprometimento a mola mestra para ter êxito no desafio em atender as demandas do sistema educacional,

considerando o atual cenário histórico no qual as necessidades e os interesses da sociedade são plurais e dinâmicos, infligindo ao docente de História debruçar-se sobre o manejo de informações, conhecimentos, linguagens e manifestações distintas, a fim de que possa ajudar a formar cidadãos críticos através da compreensão da nossa realidade.

Superar o ensino verticalizado, incentivar a autonomia de pesquisa, melhoria na integração dos alunos e compartilhamento de soluções, aqui ratificados como princípio, conectado à pretensão do projeto de legado do fazer docente, tão defendidos por pensadores da área de educação como Freire (2004), que postula a necessidade do educador ser um sujeito que vá despertar nos educandos a voz da autonomia e luta por interesses coletivos.

A partir desse enlace de interesses e necessidades, surgiu o plano empírico para se recorrer ao acervo museológico como estratégia metodológica para o ensino da História, bem como, o empenho para dar continuidade e aprofundar pesquisa do percurso deste processo.

Através da prática pedagógica no cotidiano da escola, ações voltadas a utilizar coleções expostas e acervos museais e a memória social local como recurso didático propicia-se que suscitem o questionar, o refletir e a criatividade em busca de um novo fazer.

A intervenção proposta foi concebida com o viés na aprendizagem com conteúdo museológico a fim de promover, incentivar a pesquisa e a produção de trabalhos a partir do material existente no acervo do Museu Didático Comunitário de Itapuã (MDCI) guardado no colégio. Entre as premissas da intervenção está a de disponibilizar em um ambiente virtual, o material integrante desse acervo com vistas a despertar no aluno o papel de produtor de conteúdo com base em fontes de pesquisa eivadas de representatividade.

Tal opção foi adotada com propósito de preservar a integridade do material depositado no acervo do MDCI para consulta, devido à impossibilidade de disponibilizar de forma segura o acesso ao acervo, através do uso de materiais de manuseio adequados, utilização dos produtos de conservação corretos, além da ausência de recursos financeiros necessários para uma rotina de manutenção. Foi preciso adaptar essa proposta inicial para um novo projeto de registro da História e memória, a partir de um produto que se configure como um Acervo Didático-Comunitário Tecnológico (ADCT) base do Museu Virtual MDCI.

Nesse trilhar do percurso, percebeu-se que a manipulação inadequada das fontes poderia comprometer a preservação física do acervo. A fim de contornar a situação, confirmando a máxima de que a adversidade é o tempero para produzir soluções, optou-se pela digitalização em meio magnético, através do uso de aplicativos para aparelhos de telefone celular, de parte do acervo contendo a memória do bairro de Itapuã e do Colégio Governador Lomanto Júnior, referente ao material imagético e textual das narrativas de vida

previamente catalogados a fim de possibilitar de forma segura o acesso ao acervo. Portanto, ao entender como tecnologia a capacidade de criar artifícios e pensar mecanismos para sanar dificuldades percebe-se que:

A tecnologia é o conhecimento de uma arte. A arte de buscar soluções a um número significativos de problemas próprios de uma determinada época histórica, [...]. Assim, a tecnologia reestruturou profundamente a consciência, a memória humana e a busca de soluções para grandes e pequenos problemas. (HETKOWSKI, 2004, p.94)

Considerando que este conhecer pode proporcionar aprendizagem tanto por elementos cognitivos como afetivos e propiciar de forma coletiva a produção de trabalhos, o foco da elaboração da ação é de caráter interventivo observando a realidade do local, e sua conclusão dar-se-ia por uma culminância produtiva.

Por conseguinte, estruturou-se a ação de visitas aos ambientes de preservação da memória a fim de que os colegiais visualizassem na prática a operacionalidade desse tipo de espaço e inferissem a importância da preservação da memória e patrimônio. A relevância dessa ação procurou a conscientização da educação a partir das idas aos museus e apontou grande potencial de motivar o pertencimento ampliado em relação à História do local (bairro e cidade), demonstrando ao colegial que o espaço museológico também é lugar de aprendizagem.

Seria inviável, dada à limitação de laudas desse escrito, transcrever todos os depoimentos colhidos. Entretanto, a título de ilustração, alguns trechos registrados em vídeo do depoimento de três colegiais foram disponibilizados a partir das postagens realizadas espontaneamente no ambiente das redes sociais. Não cabe aqui um aprofundamento da discussão sobre a eficiência desse modelo de apuração do resultado da atividade desenvolvida, contudo terá validade dada a delimitação deste escrito. Visto que a entrevista representa um dos instrumentos básicos para coleta de dados e o estímulo ao entrevistado em expressar com naturalidade sua opinião, Ludke e André (2015) destacam que:

O entrevistador tem que desenvolver grande capacidade de ouvir atentamente e de estimular o fluxo natural da informação por parte do entrevistado. Essa estimulação não deve, entretanto, forçar o rumo das respostas para determinada direção. Deve apenas garantir um clima de confiança, para que o informante se sinta à vontade para se expressar livremente (LUDKE; ANDRÉ, 2015, p. 41).

A primeira transcrição é de Júlia, aluna do Ensino Médio, referindo-se à visão dela sobre o significado da proposta de educação museológica como ferramenta de motivação:

Atualmente temos jovens cada vez mais interessados nos estudos e também da cultura em si. Pelo que reparei como aluna, todos os meus colegas, tanto de sala quanto do colégio, é... melhoraram bastante, buscaram cultura, buscaram a História, crescemos bastante... não só as nossas notas, mas a gente como pessoa (JÚLIA).

A segunda transcrição é da aluna Kelly, 3º ano do Ensino Médio, comentando sobre o que representou a visita ao museu:

Foi uma experiência muito rica, conheci varias coisas sobre a história da cidade de Salvador, a história do Brasil, a história de todo um país, um conhecimento tão rico que a gente pode aprender aqui, tanto com os professores de história da gente quanto os novos (professores) que estão tendo um novo conceito sobre o que é história. Sobre levar a gente para conhecer novas coisas, museus, novos parques arqueológicos. Achei muito importante (KELLY).

O terceiro depoimento é do aluno Wesley, do curso profissionalizante de Turismo, discorrendo sobre a importância e significado da visita ao ambiente museológico:

Essa foi minha primeira experiência (em visitar um museu) que em termo cultural, de conhecimento em história da cidade (de Salvador), e também do Estado. Foi bastante legal e vai me ajudar bastante nos estudos da história para que possa direcionar melhor no meu curso de Turismo. O conhecimento passado (com a visita ao museu) servirá para expandir mais meu conhecimento (WESLEY).

Nessa perspectiva, sobrepondo à ideia de aprendizagem de que o aluno é construtor de seu conhecimento, por este motivo memorizar e reproduzir fará parte de uma transferência de informações e conteúdo. Freire entende que o processo ensino aprendizagem é aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido (FREIRE, 1987, p.28).

SEÇÃO IV

O PERCURSO PARA A DIFUSÃO DO ACERVO

O termo museu deriva do grego *mouseion*, cujo significado é “Templo das Musas”. As musas eram as nove filhas de *Mnemosine*, a deusa da memória, e de Zeus (o deus pai dos helenos), fruto do enlace mítico destas divindades com duração de nove dias. Entre as musas associadas à guarda da memória, imaginação e narrativas estava *Clio* (história) como asseverou Jacques Le Goff. A licença poética da construção mitológica grega traz em forma de auxílio na demonstração sobre o sentido do *mouseion*: o de guardar obras de artes e expor objetos na intenção de agradar as divindades.

O ambiente do museu, na acepção mitológica grega, estava afastado da contemplação da humanidade, era um local restrito, privilegiado para os deuses. Entretanto, passados mais de dois milênios dessa construção lendária, o espaço antes restrito à sacralidade sofreu muitas transformações ao longo dos séculos. Agora entre os recentes enfoques dos museus estão à valorização do patrimônio cultural, natural, ambiental, da pesquisa e valorizar a aprendizagem, tornando-se espaços voltados ao enaltecimento da interatividade e na educação museológica.

A esta relação entre a educação e o museu, Santos (2006) ressalta que estes são:

Considerados como histórico e socialmente condicionados, assumem em cada período histórico características que são fruto das ações do homem no mundo, fazendo que possamos considera-las como possibilidades e não como determinação. Daí a necessidade de contextualizá-las, situando-as no tempo e no espaço compreendo-as como ação social e cultural. A contemporaneidade não comporta mais modelos de desenvolvimento tecnológico e científico dissociados dos referenciais culturais de um povo. (SANTOS, 2006, p.129)

O entendimento posto ressalta que o passar pela compreensão das transformações humanas no tempo histórico não significa uma aceitação passiva dos valores do passado, mas reveste-se de grande importância reconhecer a valorização dos aspectos sociais e culturais na construção do referencial de identidade e não deve ser analisada fora do contexto social educativo cultural do povo. A referida autora prossegue que “é possível construir conhecimento na troca, na relação entre o ensino formal e o não formal, no respeito à experiência e criatividade dos muitos sujeitos sociais que estão forma das academias e que podem indicar caminhos e soluções [...]” (SANTOS, 2006, p. 130) e, para além disso, citando Flecha e Tortajada (2000, p.34) que sugerem transformar as escolas em comunidades de

aprendizagem permitindo a ampliação da participação de forma crítica e reflexiva, assim consideram de elevada importância a incorporação da comunidade no trabalho da escola.

Se por um lado o papel do museu sofreu grandes transformações do fundamento filosófico mitológico até a contemporaneidade, em outro aspecto manteve-se intacto: a necessidade de retratar objetos, evidências e monumentos que representem um tempo ou determinada cultura. Tal ação apresenta uma maneira de trazer narrativas da história e de elementos que carregam valor afetivo, material, simbólico ou cultural, daí o hábito de colecionar coisas justifica-se na necessidade de preservar a representação de *Mnemosine* e *Clio* na escala do tempo.

A difusão do produto desse trabalho não seria possível sem a tríade que possibilitou o percurso: o acervo do MDCI, a *pedra fundante*, fruto da tese de doutorado da Prof^a Maria Célia Santos; a participação no PIBID História da Ufba, a *régua*; e o embasamento teórico do Grupo de Pesquisa RedePub (GEOTEC) do Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC), da Universidade do Estado da Bahia, o *compasso*.

Portanto, através de tantas mãos e boas energias humanas emanadas, chega-se ao produto dessa pesquisa trazendo o ocorrido desta trajetória da *pedra fundante*, a *régua* e o *compasso* na construção do Museu Virtual do MDCI.

4.1 MDCI: A Pedra Fundamental

Início essa seção esclarecendo que o enredo aqui historicizado foi com base na documentação do MDCI, uma parte na coletânea Cadernos de Sociomuseologia nº 7, de 1996, de autoria da Prof^a. Maria Célia no qual descreve detalhadamente o processo de criação do museu³³ e na conversa informal que tratei com a autora na ocasião de sua ida ao CEGLJ em 2016.

A semente do MDCI foi plantada em 1992, com a proposta de criação de um museu didático-comunitário, a partir do projeto de Doutorado em Educação da UFBA, da Prof.^a Maria Célia, pretendendo alcançar o enriquecimento do processo museológico e para uma nova *práxis* pedagógica. Para tanto, permitiu-se a realização de uma atuação integrada entre o Curso de Museologia, Secretaria de Educação-Instituto Anísio Teixeira, 1º Grau e Curso de

³³ Para maior esclarecimento verificar os capítulos 5 e 6 da coletânea Cadernos de Sociomuseologia, nº7 1996, 356 páginas.

Magistério do Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior, além dos moradores do Bairro de Itapuã.

Conforme Santos (2006), entre os objetivos encontravam-se o repensar dos conteúdos tomando como referencial o acervo cultural da comunidade do C EGLJ e do bairro de Itapuã; repensar e tornar possível o uso de bens culturais e da memória local; propiciar a vivência dos graduandos em museologia ao fazer cotidiano da escola e implantar um museu didático-comunitário no Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior, desenvolvendo uma ação conjunta com os membros da comunidade envolvidos no projeto.

O processo de implantação não esteve isento de percalços das mais variadas naturezas, não obstante a resiliência, persistência e a criatividade estiveram na baila do grupo fundante. Aos poucos, o núcleo básico do museu vai se estruturando, através de ações como exposições, divulgação, *workshops* e elementos para coleta de sugestões sendo que os temas de interesse foram: em primeiro lugar, a História do Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior, seguido da Lagoa do Abaeté e a História do bairro de Itapuã. Importante ressaltar que o *workshop* realizado no Instituto Anísio Teixeira (IAT) para os graduandos em museologia visava explicitar os objetivos do projeto: “Museu Didático-Comunitário de Itapuã: Por que estamos caminhando assim?” (SANTOS, 2006, p. 166).

A próxima etapa foi a definição da proposta documental. Conforme relata Santos (2006) a respeito da sistematização inicial do acervo coletado “composto de fotos, recortes de jornais, livros de ata, resoluções, entrevistas com moradores do Bairro de Itapuã etc.” O projeto elaborado pela equipe de documentação propôs uma metodologia a partir de ações desenvolvidas para documentar objetos da cultura material como também as manifestações imateriais. “Objetivava-se assim, buscar um processo de documentação que permitia ao sujeito o entendimento e o uso da sua cultura” (SANTOS, 2006, p.182).

Após o arrolamento do acervo durante os três meses realizou-se a sua classificação e organização por temas (*grifo meu*) e subtemas: **Itapuã** (entrevistas com moradores, festas populares e religiosas); **C EGLJ** (atas, resoluções, ofícios, portarias, pessoal administrativo, etc.); **Fotografias** (patrimônio urbano e cultural, festas populares); **Reportagens** sobre o bairro e seu entorno e o **MDCI** (ações e propostas). A organização proposta foi a de Cada tema identificado com cor específica para facilitar a pesquisa no fichário em que foram depositados, Conforme Santos (2006):

As pastas receberam um código, colocado no espelho, com o fundo na cor referente ao tema. Ex.: I.PO1 (refere-se ao tema Itapuã, relativo ao subtema pasta 01). Cada documento recebeu o número da página, colocado no interior da pasta, no centro

direito. Ex.: I.PO1.1, para controle dos documentos - I = tema, PO1= pasta subtema, 1 = número de página do documento. (SANTOS, 2006, p. 185)

A formação consolidada do núcleo básico do MDCI aconteceu após a fase de planejamento no começo de 1994, quando dois professores do colégio tiveram parte da sua carga horária dedicada ao processo de implantação do museu, além de três ex-alunas do Curso de Magistério, que passaram a compor inicialmente como voluntárias e depois como bolsistas. Tanto os professores quanto as ex-alunas eram residentes em Itapuã.

Assim, inúmeras ações foram implementadas, entre elas exposições internas e externas, oficinas, apresentações, visitas a ambiente museal e redação de um jornal, além de confecção de maquetes, dramatizações, dança, desenhos, entre outras foram planejadas, discutidas, elaboradas e implementadas visando formar o acervo documental, imagético e audiovisual que integraria o MDCI.

Conforme aponta Santos (2006) em relação ao procedimento documental, não se limitou ao registro do acervo, procurou-se, “através da cultura qualificada”, desenvolver o saber e conhecimento elaborado no processo educativo por meio das ações de pesquisa. No tocante à relação processo museológico e educação, esta esteve pautada nas ações museológicas concebidas desde o início com objetivo didático para serem desenvolvidas no processo educativo do fazer cotidiano da escola.

Durante os anos posteriores, o projeto foi adquirindo robustez e contagiando de forma positiva a comunidade escolar e do bairro, o espaço físico do MDCI foi ampliado e dotado de equipamento mobiliário adequado. Componente do Setor de Exposição e Programação Visual, o professor de Artes, Yves, confeccionou a logomarca do MDCI, numa feliz concepção, segundo Santos (2006), pois “dá ênfase ao aspecto fundamental do museu, que é a participação”. Notou-se o aumento significativo do envolvimento do corpo docente, principalmente, do curso de magistério, da área de humanas e artes em relação ao ensino básico. A partir das diversas ações promovidas nos anos anteriores um farto material produzido é integrado ao acervo do museu. A seguir apresento a logomarca do Museu Didático Comunitário de Itapuã (**Figura 3**).

Figura 3 - Logomarca do MDCI

Fonte: Acervo do MDCI.

A conclusão do Doutorado não cessou a atuação da Prof.^a Maria Célia frente a orientação do projeto do MDCI, apesar de algumas dificuldades como a retirada da ajuda do IAT e a escassez de pessoal. “Aquele período trouxe muita preocupação e incertezas, mas prosseguimos. Não foram raras as vezes que custeie as despesas para manter o projeto de pé”, conforme me relatou em 2016. Contudo, a mudança da gestão do colégio, a partir de 1998, os empecilhos e dificuldades impostas ao prosseguimento das atividades do museu tornaram-se insuportáveis. A diretora, na época, retirou a disponibilidade de parte da carga horária dos dois professores que atuavam na manutenção das atividades do MDCI.

Por razões ainda não bem esclarecidas, mas fundamentadas no escopo da burocracia, o apoio e condições mínimas para o funcionamento do projeto foram retiradas iniciando um processo de desmontagem da equipe e da infraestrutura do MDCI. As atividades, antes pujantes, tornaram-se precárias e escassas. Como um apagar de luzes do final do milênio, pesadamente, o funcionamento do MDCI foi descontinuado em razão de ações de ordem administrativa do colégio que inviabilizaram a continuidade do projeto.

Segundo a Prof.^a Maria Célia Santos, em sua carta à comunidade datada de 03 de agosto de 1999, “quando a escola burocratizada assume esses princípios nos documentos oficiais, mas não fornece condições e os espaços necessários para que sejam vivenciados”³⁴, demonstrando o descompasso das políticas públicas em integrar a educação e a cultura. O

³⁴ A referida carta faz parte do acervo do MDCI.

espaço físico do museu foi fechado e o material produzido ficou esquecido, relegado ao abandono acondicionado de forma precária em um depósito do colégio durante mais de uma década.

Essa condição de esquecimento manteve-se até meados de 2014, quando junto com o grupo de bolsistas do PIBID, nos debruçamos no exame do acervo do MDCI, pois vislumbrava a possibilidade de encontrar naquele material alguma prática que contribuísse na melhoria da aprendizagem no ensino da História.

4.2 O PIBID história: A régua no construto do acervo

A participação do PIBID História da UFBA foi de fundamental importância no trilhar dessa pesquisa, afinal o objeto pesquisado é fruto da construção coletiva realizada com atuação dos bolsistas, da coordenadora, deste pesquisador (posteriormente, alunos, professores e comunidade), até então atores deste relevante programa institucional, que “exumaram” a pedra fundante (o acervo), e dotou de promissoras medidas a régua da edificação desse trabalho.

Conceituando, sinteticamente, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma proposta de valorização da vivência dos graduandos em licenciatura no cotidiano da escola pública que durante seu processo de formação acadêmica fomenta o desenvolvimento e participação em atividades didático-pedagógicas, sob a supervisão de um professor da escola e da coordenação de um docente nas Instituições de Ensino Superior (IES), visando o aperfeiçoamento dos futuros professores da educação básica e aprimoramento qualitativo da educação pública.

Recortou-se a elaboração da proposta a iniciação à docência de graduandos em História da UFBA guiado pelas observações sistemáticas e criteriosas da coordenadora da área, feitas durante o estágio curricular: os licenciandos apresentavam enorme dificuldade em cumprir plano interventivo, envolvendo conteúdo específico, transversal, e para utilizar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) em aula. A possibilidade de reverter essa situação apontava para o PIBID que vinha se mostrando apropriado para montagem de uma experiência interventiva que auxilie a superar a dificuldade descrita acima. Ressalto importância desta experiência no PIBID por oxigenar a minha prática docente, embora não fosse esse o objetivo principal do programa, a partir da troca de experiências com os graduandos e professores no viés do ensinar e aprender.

Estruturado para atender diversas áreas das licenciaturas, o programa disponibiliza bolsas para os graduandos (bolsistas), professores da rede pública (supervisores), e docentes das universidades (coordenadores). No caso específico, o PIBID História da UFBA, o grupo é constituído por 15 (quinze) bolsistas de iniciação à docência, 3 (três) bolsas de supervisão e 1 (uma) bolsa de coordenadora de área. A Atuação se dá nos níveis do Ensino Fundamental e Médio, na modalidade presencial do ensino regular e no município de Salvador/BA.

O plano de trabalho do subprograma de História almejava, procedimentalmente, investigar a realidade do local de atuação para definir os termos do trabalho educativo com os temas do projeto matricial: História, Memória e Educomunicação para a difusão dos Direitos Humanos, elaborado e orientado pela Prof.^a Maria Inês Correa Marques. Tanto o plano do colégio quanto o dos bolsistas estavam articulados com o matricial. O plano do colégio criado pelo supervisor englobava todas as suas ações e dos bolsistas, especificando como seria desenvolvida a ação, considerando o que iria realizar cada bolsista que fez o acompanhamento e como se deu a condução do trabalho. O plano de trabalho do bolsista era por semestre articulado também ao plano do colégio, contendo todas as ações e uma oficina interventiva. Ao final o projeto de intervenção pedagógica, desenvolver e analisar em termos de pesquisa, e se produzir os resultados esperados.

Na etapa seguinte definiu eixos nos documentos de orientação legal que articulam com conteúdo específicos de História (PCN e PNDH-3)³⁵ e com a intervenção a ser realizada, para alcançar objetivos gerais, específicos, atitudinais, procedimentais e conceituais. Esses objetivos envolvem abordagens sobre meios de comunicação e práticas da Educomunicação, para estudar conceitos, ler, escrever, comunicar, para difundir o conhecimento sobre os direitos humanos.

Os bolsistas e colegiais trabalharam com as Tecnologias da Informação e Comunicação de forma colaborativa, constante e autoavaliativa, intermediando a aprendizagem pelas TIC's. Para todos os partícipes do projeto, a ação central foi ler, escrever, produzir material textual, imagético e sonoro, para difusão do conhecimento. No decorrer do plano de ação, promoveram produções e relatórios. Os encontros avaliativos das vivências serviram para permanentes reajustes como enseja a pesquisa-ação-formação.

Participaram do Subprojeto PIBID História, entre 2014-2018, quinze (15) estudantes e três (3) supervisores. O trabalho do supervisor foi de acompanhar e viabilizar os encontros de trabalho dos bolsistas e produzir relatório semestral sobre o desenvolvimento dos projetos

³⁵ Parâmetro Curricular Nacional (PCN) 1998, e Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), 2010.

individuais e do colégio. Cada unidade de ensino teve seu projeto coletivo para a difusão dos direitos humanos e produziu seus materiais textuais e de imagem e som, sob a orientação do supervisor.

O tema geral para todos os colégios que participavam do PIBID História foi: História, Memória e Educomunicação para a difusão de Direitos Humanos. Ao longo do processo, a perspectiva foi ir além dos muros dos colégios, uma vez absorvida a atitude cooperativa de todos, ao final do primeiro ano criou-se uma *fun page* do colégio em redes sociais *Facebook* e *podcast*, dentre alternativas, visando ecoar os esforços somados para longe. Os resultados verificáveis foram mensurados pelo número de acessos aos meios utilizados para difusão.

Nesse sentido, surgiu a necessidade de promover um plano de intervenção referente à culminância do segundo semestre de 2014. Durante a reunião preparatória com os bolsistas do PIBID História da UFBA, inúmeras propostas surgiram, quando foi aventada a possibilidade de utilizar o material do acervo do museu que funcionou no CEGEJ. Resolvi apostar nesse objeto e verificar o teor e, intuitivamente, considerava a possibilidade de utilizar os temas nas aulas de História.

Iniciamos a investigação, a fim de descobrir o paradeiro do material e, tempos depois, o local onde estava depositado foi encontrado. Tragicamente, a constatação inicial foi que parte considerável do acervo foi irremediavelmente perdida devido às condições inadequadas de acondicionamento durante mais de uma década. Fotografias, documentos de transcrição de entrevistas com moradores, relatos de experiências e projetos desenvolvidos sofreram deterioração por fungos (mofo) e pela umidade. Na acepção de Belotto (2006), “documentos são diariamente destruídos, nas diferentes instâncias governamentais, por desconhecimento de sua importância para posterior estudo crítico da sociedade que o produziu” (BELOTTO, 2006. p. 26), e complementa a autora que há, ainda, o desleixo e a negligência no que diz respeito aos procedimentos de arquivística e à preservação de documentos. Diante daquelas condições de insalubridade do ambiente, foi preciso o uso de máscaras descartáveis para avaliar superficialmente o teor da documentação e o diagnóstico foi: efetuar com urgência a retirada daquele recinto.

A primeira providência foi encontrar outro espaço para transladar o acervo, ou o que restou deste, a fim de avaliar a sua potencialidade em um ambiente apropriado. Nesse aspecto, contamos com a sensibilidade da gestão ao ceder uma sala desativada que estava servindo de depósito. Ainda assim, foi preciso realizar uma limpeza, antes de efetivar a transferência do arquivo. Contamos com a colaboração de alguns alunos para remover móveis e utensílios e efetuar a pintura das paredes.

Após o transporte e acondicionamento precário (dentro das condições materiais existentes como caixas de papelão e sacos plásticos) realizados de forma voluntária por bolsistas do PIBID, funcionários e alunos do colégio, foi possível iniciar a análise mais apurada do material que mostrou possibilidades promissoras da rica documentação textual e imagética pertinentes à história do CEGEJ e do bairro, constituída a partir do relato de pessoas da comunidade sobre o cotidiano de Itapuã. A cada pasta de documento que se abria, um mundo de oportunidades se apresentava, intuía estar ali a resposta para minhas inquietações. Conforme afirma Belotto (2006), “no entanto, para que o documento faça seu percurso natural de vida, da administração à história, isto é, da produção e tramitação administrativa à utilização científica e cultural suas potencialidades devem ser reveladas” (BELOTTO, 2006, p. 26).

O entusiasmo se fez presente e a proposta adquiriu contornos mais auspiciosos intencionando aproveitar o material do acervo na culminância do plano de ação PIBID de 2014.2 e para, além disto, como proposta inovadora nas aulas a partir da valorização da História Local presente na documentação como estudo do meio, ou seja, “como recurso pedagógico privilegiado [...] que possibilita aos estudantes adquirirem, progressivamente, o olhar indagador sobre o mundo de que fazem parte”, segundo os PCN's (1998, pág. 9).

Antes, foi necessário realizar procedimentos básicos de organização do material. Conforme Belotto (2006) “Cabe ao arquivista identificar, descrever, resumir e indexar”, e prossegue: “o historiador saberá selecionar, interpretar e ‘explicar’”. Portanto, na condição de historiadores dentro das limitações de conhecimento em arquivística, a segunda providência foi realizar o arrolamento, ou seja, produzir a listagem do acervo. É a providência adequada para saber quais materiais compõem um conjunto documental e como classificá-los para, posteriormente, de forma estruturada, facilitar as pesquisas. A **Figura 4** (a seguir) mostra inicialmente a organização do acervo:

Figura 4 - Organização do acervo



Fonte: Autoria própria (2014).

À medida que aprofundávamos na leitura do conteúdo arquivado, deparamos com situações das mais variadas matizes, ao consultar o estatuto, os relatórios de atividades do MDCI e a carta aberta de Maria Célia, percebemos o desaparecimento das fichas de catalogação do museu, condição que dificultava o rastreamento de informações.

Ficou evidente a demanda de mais tempo para dedicarmos à organização do acervo, e este é luxo do qual não dispúnhamos, motivo pelo qual, optamos por fazer um arrolamento “híbrido” na intenção de ter um juízo aproximado da real potencialidade do MDCI e de como organizar estes materiais.

A atuação dos bolsistas e, especialmente, do pibidiano Eliasafe Silva foi decisiva para elaboração de um plano de organização do museu ilustrada na **Figura 5**. Algumas pastas estavam classificadas em um sistema alfanumérico, porém ininteligível. Considerando que o grupo não era dotado de especialistas em catalogação de arquivo, adotamos o experienciar a prática da (con)vivência do historiador nos ambientes de pesquisa.

Figura 5 – Organização do Museu



Fonte: Autoria própria (2019)

Diante desse cenário, a emergência foi acolher um sistema de numeração, provisório, de três números que correspondem ao ano, pasta e número do documento (ex.: 93.001.01). Apesar das limitações desse sistema, um fator dificultava o trabalho: a ausência de referências

em alguns documentos como registro do ano em que foi produzido, salvo os casos em que o mês estava indicado.

Apesar desse empecilho, o que veio em auxílio foi a intersecção das fontes a fim de conseguir evidências do ano em que foi produzida – os relatórios do acervo proporcionaram alguma ajuda neste processo – e esse mesmo embaraço justifica a necessidade do arrolamento. Para facilitar o processo, aventamos formas e criamos um banco de dados para que o acesso às informações fosse mais célere.

A perceptível fragilidade do estado de conservação do material reforçou a opção de digitalização possível naquele cenário, mas dentro das possibilidades em relação à disponibilidade de equipamentos à disposição para tal tarefa. A partir do aparelho de celular, os documentos foram fotografados e, *a posteriori*, compartilhados no ambiente de nuvem³⁶ através do provedor *Hotmail*. A finalidade, nesse primeiro momento, foi garantir a preservação em meio digital, igualmente, acessar aos documentos a qualquer momento caso não houvesse como manipular o acervo físico.

A preocupação para com este aspecto da tarefa de organização era procedente considerando três aspectos: não dispúnhamos de tempo nem recursos financeiros para contratar o serviço de um especialista em arquivo; era imprescindível facilitar o acesso ao conteúdo de maneira mais ampla e eficaz, o banco de dados atendia a esse propósito; entretanto, o ponto focal foram as sazonalidades das questões de decisões administrativas da gestão do colégio mudarem de âmbito e deteriorar todo o esforço praticado pela equipe.

No início, das fontes surgiram surpresas e esclarecimentos no transcorrer do processo – alguma elucidação sobre os motivos do fechamento do MDCI e suas relações com as políticas de gestão do Estado, certa orientação do governo para instituições escolares, especialmente no período da ditadura, dentre outros. Em suma, o próprio arrolamento, o próprio conhecer o acervo.

Foi disponibilizado um manual de princípios básicos de museologia da Secretaria de Cultura de Curitiba e o *link* para a pasta criada no ambiente de nuvem no *OneDrive* do provedor *Hotmail* para guardar material digitalizado no *Link*: <http://1drv.ms/1nj5R2f> . Em princípio, dadas as condições, o projeto real não foi (re)abrir o MDCI e, sim, construir uma exposição com material proveniente dele.

Entre as primeiras ações realizadas estavam selecionar estratégias para o ensino-aprendizagem de História, com ênfase na Memória como direito fundamental da humanidade,

³⁶ **Nuvem** (*cloud*, em inglês) na informática é a possibilidade de acessar remotamente arquivos e executar diferentes tarefas pela *internet*, sem a necessidade de instalar aplicativos no computador.

além de articular estratégias de aprendizagem e vivências com as TIC, para produção e difusão do conhecimento; criar plano de trabalho interventivo, conceitual, procedimental, atitudinal, observando a realidade, legislação, transversalidade e culminâncias produtivas; socializar a experiência pedagógica no grupo de pesquisa por meio de trabalhos acadêmicos para difusão em eventos e publicações.

A apresentação da exposição para a culminância do projeto de intervenção de 2014 denominada “Baú de Memórias: A História de Itapuã dentro de um museu” foi bastante exitosa pela criação de espaço itinerante, interativo e sensorial para exposição do acervo do Museu Didático Comunitário localizado no colégio e equipamentos utilizados como produtores de conteúdo de material documental.

Nesse contexto desafiador, surgiu a necessidade de provocar os atores sociais da comunidade escolar para a conscientização do processo de como esta iniciativa se consolidou e a importância da conservação permanente dessa memória vinculada ao pertencimento, em especial do colegial, com relação à história da escola em que estão inseridos. Além de utilizar o vetor da educação como suporte para o empoderamento do sujeito visando à ampliação de novos horizontes com vistas à transformação da sua realidade e, posteriormente, do *locus* em seu entorno.

Nos anos seguintes, com a renovação do quadro de bolsistas licenciandos do PIBID, e com outros projetos de intervenção implementados³⁷, novas ideias surgiram e devido às dificuldades inerentes a infraestrutura precária da escola pública o processo de digitalização do acervo do MDCI tornou-se cada vez mais indispensável, mesmo com as limitações de equipamentos e de pessoal a continuidade do processo da digitalização prosseguiu utilizando a criatividade inerente à natureza humana. Dessa forma, a pedra fundamental estava exposta, as medidas esquadrihadas, faltava ajustar as arestas para compassar o projeto.

4.3 Redepub: O compasso do Físico ao virtual

A compreensão do local onde vivemos, residimos e criamos os nossos vínculos, em geral, na contemporaneidade, atravessa invisível o cotidiano banal que insiste em instalar-se trazendo a percepção de que tudo passa quando nada parece passar. As particularidades e

³⁷ Maiores detalhamentos sobre os projetos desenvolvidos entre 2014-2018, acessar o Facebook www.facebook.com/people/Lomanto-Júnior-Pibid-História.

idiosincrasias de cada lugar moldam-se a partir das ações dos atores ao longo do percurso tempo-espaço e, dessa maneira, compõem um mosaico de fragmentos do seu tecido social.

Balizado nessa concepção, era necessário fundamentar o registro da trajetória de vida dos sujeitos, experienciadas no decorrer do percurso escolar, visando preservar, agregar, difundir as histórias e memórias dos ambientes de ensino e do lugar na qual está inserida.

A função clássica da universidade, a partir do eixo norteador de pesquisa ensino e a extensão de suas atividades socioculturais, é desenvolver ações e práticas para atender a demanda do cotidiano social. Alguns dos resultados de suas análises, propostas, epistemologias, discursos e criações estão distantes ou não dialogam de forma efetiva/direta com os problemas estruturais que os setores da sociedade demandam em especial a Educação.

Dessa forma, é premente abrir as possibilidades para a imersão teórico-metodológica das pesquisas nessa área de conhecimento elencando a escola como elo de convergências de múltiplos métodos para analisar os fenômenos que ocorrem no ambiente de ensino.

Entre os três Projetos do Grupo Geotecnologias, Educação – GEOTEC na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, está o Redepub. Nele integram pesquisadores dos Programas Educação e Contemporaneidade – PPGEduc e do Programa Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação – GESTEC.

Inicialmente o Redepub³⁸, foi idealizado e desenvolvido como um portal para registrar a História das Escolas do Estado da Bahia. No transcorrer de sua execução, pautado na valorização das histórias das escolas, acrescentou outras ações que movimentam a rede pública de ensino, expandindo a compreensão do mesmo, destinado à construção e qualificação de processos formativos e gerenciais em rede de espaços públicos educativos, por meio do registro da história e memória do lugar, utilizando-se do redimensionamento de técnicas, práticas e processos tecnológicos.

O objetivo do projeto Redepub é desenvolver pesquisa aplicada, por meio do registro da produção de tecnologias e processos formativos e gerenciais, baseados nos princípios de multirreferencialidade e colaboração, para o entendimento da História e memória do lugar e suas dinâmicas sócioespaciais. Valorizar as narrativas do sujeito que é integrante dos espaços educativos socialmente constituídos como lugar de memória e onde estão registradas as marcas da sua trajetória.

Sua estrutura humana consiste em professores do Ensino Superior, graduandos, mestrandos, doutorandos, professores e alunos da Educação Básica, construindo o projeto

³⁸ Para saber mais sobre o RedePub e os seus grupos temáticos, acessar o site: <http://redepub.geotec.uneb.br/>

partir da cooperação de seus partícipes com temas específicos. Os interesses teóricos (conceituais e metodológicos) de pesquisa em comum dos seus responsáveis passam por um plano de ação de temáticas como: Museu e acervo Virtual; Planejamento com Intermediação Tecnológica; Multiletramento e Geotecnologias; Agenda Acervo RedePub; Educação e Entrelugares; Saber brincante e Tecnologias.

Figura 6 - Nova Logomarca do Projeto REDEPUB



Fonte: RedePub (2019).

O RedePub tem o lugar como contexto de análise, impulsionado pela história das escolas, enredados na memória dos sujeitos que fazem parte da comunidade, isto é o que mobilizou a criação do projeto que nasceu no fulcro teórico-metodológicos dos processos tecnológicos e seus enlaces na valorização da rede pública de ensino

[...] a tecnologia se apresenta como esfera de poder, não no sentido do homem pelo homem, mas como mola propulsora que possibilita a superação das dificuldades do dia a dia, afinal maquetes de palitos de picolés, jogos com materiais reciclados construídos na sala de aula tem o mesmo princípio que os construídos por *softwares* para grandes empreendimentos. (SANTOS, 2016, p. 47).

Desse modo ao possibilitar salvaguardar o registro da história das escolas e espaços educativos destacando a narrativas de vidas difundindo as produções para além dos limites do espaço da universidade o RedePub potencializa a realização de uma meta, ao de cursar o Mestrado Profissional Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação.

Nessa perspectiva, a imersão no RedePub contribuiu significativamente na fundamentação teórico-metodológica para elaborar a proposta com vista a criação de um museu virtual como produto da minha pesquisa de mestrado. Utilizando uma metáfora é possível afirmar que o grupo de pesquisa se constitui no compasso que aparou as arestas da edificação da pesquisa, orientou e embasou a transposição do físico ao virtual.

4.4 A Pedra, a Régua e o Compasso da Construção do Museu Virtual MDCI

Essa subseção se apropriou, inevitavelmente, de termos técnicos, contudo, tomando o cuidado em privilegiar o aspecto “didático” e claro da informação, sobre a linguagem própria da área de tecnologia computacional empregada no processo da criação em ambiente do espaço virtual da rede mundial de computadores (*internet*) do *website*³⁹ Museu Virtual MDCI, além do conceito epistêmico do produto dessa pesquisa.

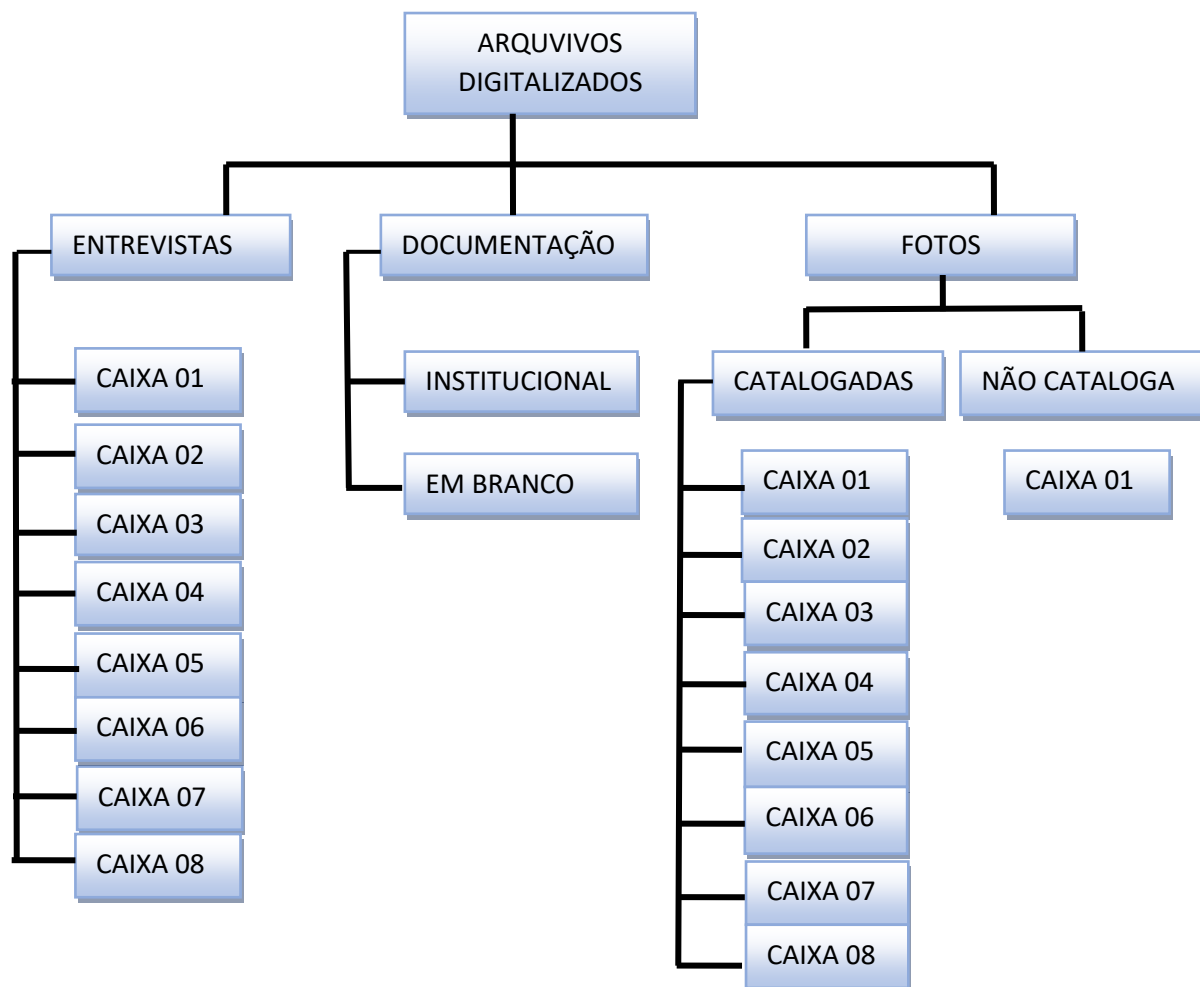
A partir da base fundante, ou seja, o arquivo físico do MDCI aliado ao esquadramento das medidas de organização, indexação e a transposição intermediada por aparatos tecnológicos do conteúdo do acervo museológico ao ambiente virtual da *internet* que, somado aos traços compassados da fundamentação teórica dos escritos constantes da bibliografia disponível, pode-se afirmar que os alicerces para o construto do museu virtual foram edificados.

Vale ressaltar que o processo de digitalização do acervo ocorreu devido às emergências a saber: a *primeira*, salvaguardar a documentação observando que a manipulação inadequada das fontes sem os devidos cuidados poderia comprometer a integridade física da documentação. A *segunda*, a perceptível fragilidade do material com aspecto bem desgastado pela umidade em razão das condições inadequadas de acondicionamento. A *terceira*, carência de recursos financeiros para adquirir instrumentos de apoio à conservação e contratar o serviço de especialista, a fim de promover ações apropriadas de higienização evitando a aceleração da degradação, assim como a indisponibilidade de pessoal dedicado na mediação do acesso ao material concernente ao arquivo físico.

Diante desse quadro preocupante, justificava-se a opção pelo trabalho de digitalização do conteúdo do acervo e, para tanto, foi concebido o plano organizacional de arquivos digitais ordenados por divisão de pastas em tema e subtemas, em alguma medida similar ao ordenamento da parte física da documentação, conforme demonstrado na **Figura 7** a seguir:

³⁹ *Website* palavra em inglês para descrever o lugar, endereço em que está situada determinada aplicativo.

Figura 7 - Estrutura de organização dos arquivos digitalizados



Fonte: Autoria própria (2019).

Importante salientar que a conversão dos documentos em formato digital foi uma emergência com vistas à preservação ante a percepção do possível avanço do estado de deterioração do acervo físico, considerando que o ambiente de guarda ainda não possui condições ideais de iluminação, controle de umidade e ventilação para evitar a proliferação de agentes intrínsecos e extrínsecos.

Levando em conta esses pressupostos, digitalizar o acervo do MDCI foi alinhar-se com a necessidade de valorizar a memória e com a transformação que há décadas acontece em diversos setores do mundo. Trata-se, portanto, de uma necessidade: responder a um fenômeno social amplo e urgente. Assim, todo o conteúdo digitalizado foi salvo em formato *Portable Document Format* (PDF) e *Joint Photographics Expert Group* (JPG) nos diversos apetrechos, tais como o ambiente de nuvem da *internet*, dispositivos de *pendrive* e *cd*. Posteriormente, foi transferido para o banco de dados na etapa de desenvolvimento do Museu Virtual.

Inicialmente, faz-se necessário conceituar o termo virtual a partir do pensamento de Pierre Lévy, contudo a origem da palavra procede do latim *virtus*, *virtualis*, que significa força, *potência*. Portanto, o virtual é algo que existe em potência e não em ato. Algo virtual tende a se atualizar através do tempo. A metáfora da semente que em potência é uma árvore, é um exemplo esclarecedor, nos termos de Lévy, a semente é virtualmente a árvore. Logo, a árvore é a semente em ato, depois de confirmada sua potencialidade. “Em termos rigorosamente filosóficos, o virtual não se opõe ao real, mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes” (LÉVY, 2011, p. 15).

O senso comum do alcance humano indica que o real é o verdadeiro e o que não real é imaginário, virtual. Lévy (2011) empreende a afirmação da existência de um preconceito intelectual em relação ao dueto real-virtual que dificulta a conceituação. Em outra vertente, o mesmo autor aborda a questão da desterritorialização e o virtual como um ponto central da denominada *cibercultura*, pode definir o que é uma entidade virtual: “É virtual toda entidade ‘desterritorializada’, capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem, contudo, estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular” (LÉVY, 2010, p. 49). Ele usa as *palavras* como exemplos de entidades virtuais que se atualizam de tempos em tempos e lugares distintos. “Mas a palavra em si, [...] não está em lugar nenhum e não se encontra vinculada a nenhum momento em particular (ainda que ela não tenha existido desde sempre)” (LÉVY, 2010, p. 50).

Levando em conta as considerações de Lévy, é possível observar a primeira definição de virtual como algo em potência. Posteriormente, o virtual é definido como algo que pode se *instanciar* em lugares e tempos diferentes. De tal modo, no primeiro significado, o virtual é *potência* e, no segundo, o virtual tem a mesma característica do conceito de informação, conforme Gomes (2017):

Logo, na conjunção destas duas palavras museu e virtual, temos um ambiente que sai da sua forma física, territorial – o museu, para a forma *online*, virtual, por isso é aqui considerado como um espaço democrático, pois qualquer pessoa ao redor do mundo com conexão pode visitá-lo, possibilitando, assim, mediação, criação de zonas de desenvolvimento e aprendizagem. (GOMES, 2017, p. 232)

Com base nesse entendimento, um museu não precisa ficar restrito ao espaço físico e muito menos ao ambiente virtual do *website*. A fundamentação do projeto de criação do museu virtual, após diálogos e leituras de orientação, considerou apropriado ir para além disso, pois o *site* funciona como uma extensão digital do museu físico⁴⁰, proporcionando ao

⁴⁰ Exemplos desta modalidade de acesso é o site <http://www.museivaticani.va> Museu do Vaticano no cenário internacional e no nacional o site do <http://www.museunacional.ufrj.br/> Museu Nacional (RJ).

visitante algum grau de participação no conteúdo exposto, mas sem interatividade. Em geral, constata-se uma interação descontextualizada, sem promover a interface com o texto descritivo, ou seja, é apresentado ao internauta (pessoa que navega na *internet*) apenas um objeto com algumas indicações como datação, autoria e finalidade.

Nessa perspectiva, considerou-se estruturar a modelagem de dados⁴¹ em bases que promovessem a interatividade, através de uma visitação imersiva na condição de produzir no ambiente do museu virtual a inclusão espontânea de objetos (textos, imagens, vídeos) por pessoas que acessem o *site*. Nesse plano, o museu não se configura meramente como um *site*, passa a ser uma realidade museológica autônoma da sua projeção num sítio real. Segundo (HENRIQUES, 2004), o museu virtual configura-se como um espaço virtual que “inter”medeia (*grifo meu*) a relação dos internautas com seu acervo, tornando um museu paralelo onde o fator mais importante é a dialogicidade, a fim de envolver o visitante como parte integrante e apresentar seu acervo patrimonial.

O apelo à interatividade passa ser a premissa instituída no presente trabalho, pois nessa modalidade de museu em ambiente *web*, o visitante é convidado e estimulado a contribuir colaborativamente na formação do patrimônio museológico construindo coleções, textuais ou imagéticas da sua própria trajetória de vida, de um lugar ou do cotidiano em que foi ou está inserido⁴².

Nesse contexto, é possível afirmar que este formato de museu é moldado para preservar o patrimônio a partir da interação. Esse aspecto transgressor desconstrói contextualizações formadas historicamente atribuindo à atividade museológica apenas a de lugar de “velharias” e guardar o passado. Alguns autores discutem ser providencial repensar a conservação de objeto e noção de patrimônio, assim como sua apresentação virtual num espaço, “onde tudo circula com fluidez crescente e onde as distinções entre o original e cópia já não tem evidentemente razão de ser”. (LÉVY, 2010, P.202)

Superando a vertente mais conservadora dos museus em ambiente *web*, não se limitando exclusivamente em apresentar as exposições de objetos, o formato interativo produz maiores benefícios, principalmente, no viés da Educação ao elaborar novas práticas e experiências, a partir da interação com o público “nas quais a transmissão hierárquica de

⁴¹ Conceitualmente é modelo de entidades e relacionamentos. Sinteticamente é um modelo abstrato cuja finalidade é explicar as características de funcionamento e comportamento dos **dados** (informações) utilizados no projeto e funcionamento do site.

⁴² O Museu da Pessoa (<http://www.museudapessoa.net/pt/home>) é uma amostra desta modalidade de museu totalmente virtual e interativo.

conhecimento deu lugar a uma colaboração e diálogo entre partes envolvidas num processo interativo de construção do conhecimento”. (COSTA, 2017, p.78)

No campo educativo, um dos aspectos mais importantes a considerar é o estímulo à motivação do estudante proporcionada pela interação com o museu virtual. Na minha percepção de professor do Ensino Médio, referendada pelas experiências de docência através das ações didático/pedagógicas descritas nesse trabalho, os estudantes focam mais na aprendizagem quando dela participam ativamente e encontram sentido no motivo pelo qual estão aprendendo a respeito.

Nessa linha de pensamento da interação, aproximando-se dos conceitos de Vigotsky, na perspectiva sócioconstrutivista⁴³ atrela-se a concepção de desenvolvimento da modelagem do Museu Virtual do MDCI. Com essa perspectiva, a adoção da modelagem conduz os pressupostos da teoria vigotskiana da ZDI – Zona de Desenvolvimento Imediata partindo da abordagem teórica do social para o individual. A fim de entender metodologicamente o sujeito, é preciso compreender o contexto do ponto de vista da abordagem histórica, materialista e dialógica. Para Vigotsky (2003), independente do ambiente de aprendizagem que o sujeito esteja imerso, a aprendizagem e o desenvolvimento somente são possíveis na medida em que o conhecimento do sujeito traz, *a priori* da experiência, é considerado e contextualizado.

O indivíduo não consegue mediar-se fora do seu contexto, estranho da sua realidade, afirma Vigotsky (2005), em sua obra sobre a construção do pensamento e linguagem, pois constrói sua autonomia através do sistema colaborativo. Tal autonomia do sujeito é o ponto de partida de maior importância na fronteira entre a aprendizagem e o desenvolvimento do indivíduo.

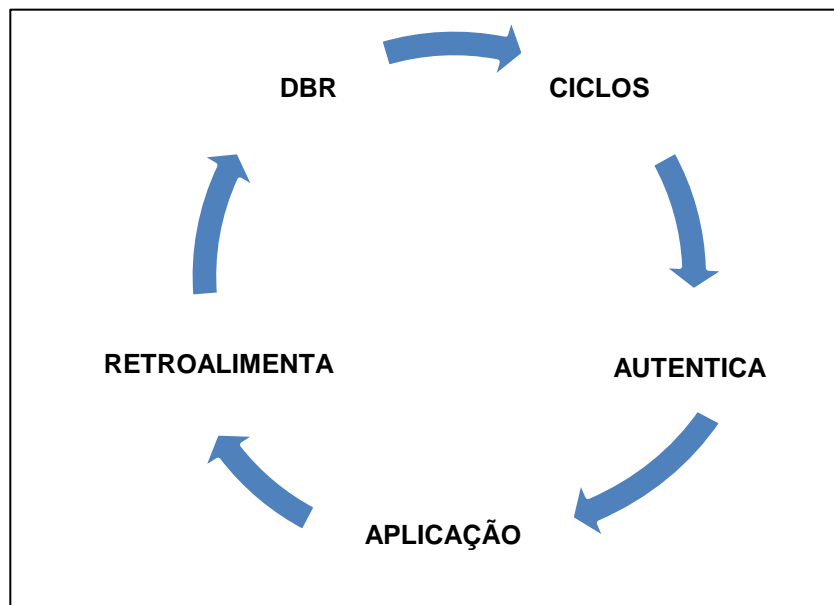
Isto posto, inicialmente a construção da sistematização da análise computacional seguiu o trâmite com o levantamento de requisitos, posteriormente, a análise, projeto, implementação, testes e implantação. A metodologia estruturada foi eleita a partir do uso de ferramentas como o Diagrama de Entidade e Relacionamento (DER), estabelecendo uma estrutura de banco de dados para um fluxo simples de sistema. O modelo é necessário para vislumbrar o comportamento do sistema e poder antecipar possíveis problemas vindouros.

Entretanto, face às mudanças na epistemologia ao aplicar a iteratividade, foi preciso reformular a modelagem e refazer a programação do código (linguagem de programação)

⁴³ Teoria cognitivista, de Lev Vigotski (1896 -1934), postula que os sujeitos não ficam apenas imersos nas soluções construídas com as quais pode interagir, o resultado desse processo de desenvolvimento da aprendizagem e aquisição de conhecimento é resultado da interação com o meio socio-histórico.

optando pela aplicação dos conceitos da metodologia *Design-Based-Research* (DBR) caracterizada pelo aspecto cíclico, soluções práticas e aplicadas. Os “ciclos” são dos diálogos com os sujeitos (visitantes) emergentes dos textos e contextos do arquivo museal digital. O retorno que os sujeitos nos fornecem em relação aos ciclos constituídos são denominadas de autenticações. Portanto, a relação dialética ciclos e autenticações é um tipo de abordagem metodológica que se concretiza de suas aplicações e autenticações e, intermitentemente, procuram ser significativas para o sujeito (internauta) na ação de interatividade, conforme a teoria sócioconstrutivista do Museu Virtual. A seguir, a representação deste conceito, conforme **Figura 8**.

Figura 8 - Representação da modelagem em DBR



Fonte: Autoria própria (2019).

Nesse sentido, o entendimento quanto à solução de modelagem aplicada para o acervo do museu virtual utilizando a abordagem sóciointeracionista, evidentemente também é virtual com um potencial distinto de interação e propagação.

Assim, a metodologia DBR é uma proposta que pinça soluções e está alicerçada na tríade autenticações, ciclos, aplicações, e suas interações a partir da prática das soluções pelo caminho. Devido à emergência do tempo, que tal metodologia necessita, não foi possível apresentar aqui o resultado dos ciclos de aplicação antes da conclusão desse escrito. *A posteriori*, esta informação será incluída. A **Tabela 2**, a seguir, sintetiza a interpretação das diretivas que aplicamos como características no processo de construção do Museu Virtual, MDCI:

Tabela 2 - Diretivas do Museu Virtual – MDCI

CONFIGURAÇÕES	
Quanto à interação:	Museu Virtual interativo
Quanto ao conteúdo:	Museu Histórico (sócio-histórico)
Quanto à imersão:	imersivo, interativo
Quanto à sustentabilidade:	código aberto, <i>software</i> livre, disponibilidade em qualquer plataforma que suporte o <i>software</i> utilizado, podendo ser utilizado em tempo real
Quanto ao âmbito:	educacional/educativo e pesquisa
Quanto a comunicação:	Direta e indireta (narrativo/descritivo)

Fonte: Autoria própria (2019).

Definidas as parametrizações da modelagem, a etapa seguinte foi o desenvolvimento do *layout* da apresentação das páginas do MV (Museu Virtual), conforme **Figura 10**. A plataforma escolhida foi a WIX⁴⁴, por ser fácil de utilizar e permitir a atualização continuada das páginas mesmo quando finalizado o processo de desenvolvimento e codificação do *site*.

Os motivos técnicos que levaram à escolha dessa plataforma é, em primeiro lugar, o número de benefícios oferecidos de forma gratuita, em especial a possibilidade de criar e customizar uma área de membros e um banco de dados, barateando os custos de elaboração do *website*. O editor de *sites* do *Wix* possui funções avançadas de edição, mas também aplicações intuitivas tornando desnecessário conhecimento técnico aprofundado, além de apresentar os *sites* amigáveis aos “motores”⁴⁵ de busca. O *App Market* oferecido pelo *Wix* possui centenas de aplicativos – gratuitos ou pagos – com a opção de adicionar ao seu *site* para torná-lo funcional e visualmente interessante.

O aplicativo de banco de dados disponibilizado pelo *Wix* permite a criação de um formulário restrito para membros do *site* em que cada um pode enviar uma história que será indexada (relacionar) no acervo de dados ou de arquivos do *site*. A área de membros também permite aos integrantes do *site*, no momento de seu registro de usuário, o acesso e concordem com os termos de conduta do *website* antes de criarem a sua conta, protegendo o Museu Virtual MDCI de quaisquer questões referentes à conduta inadequada de usuários e esclarecendo os critérios para manutenção ou exclusão de conteúdo da página.

A *Wix* é uma plataforma de desenvolvimento *online*, líder no mercado, com mais de 90 milhões de usuários registrados em todo o mundo, fundada na ideia de que a *internet* deve ser acessível a qualquer um que deseje desenvolver, criar e contribuir. Através de planos

⁴⁴ Provedor WIX, hospeda sites de diversas abrangências. (www.wix.com.br).

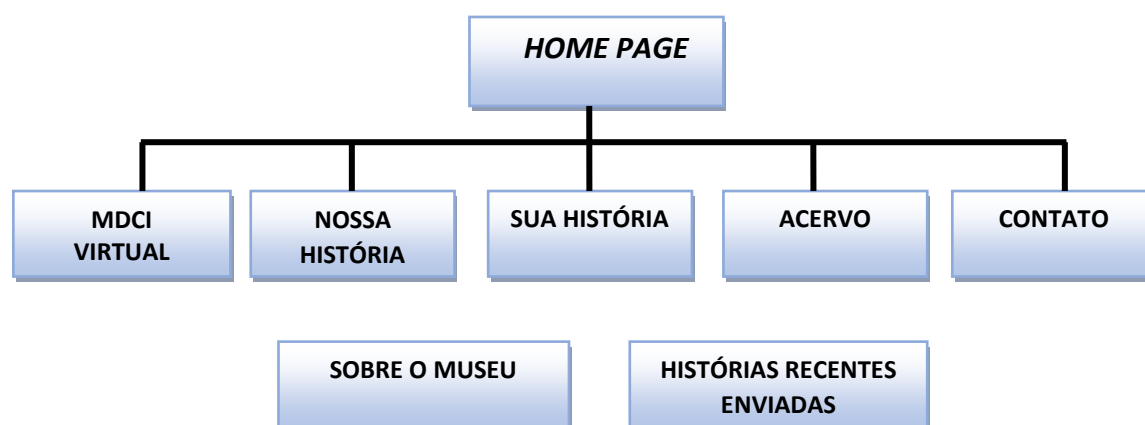
⁴⁵ São plataformas de busca de informações, o exemplo clássico é o Google.

gratuitos e *premium*, torna possível que milhões de empresas, organizações, profissionais e indivíduos coloquem seus negócios, marcas e ideias *online*.

Uma apresentação *web* é formada em uma ou mais páginas, contidas no *site*, conexas de forma lógica e que, como um todo, expõe as informações ou criam um efeito global padronizado. A estrutura de apresentação da *web* foi definida nos seguintes parâmetros: 1) Apresentação da Web; 2) o *website*; 3) páginas da *web*; 4) *Home pages*⁴⁶. A apresentação inicial no “menu” composto de “abas” (*hiperlinks*⁴⁷) acessíveis ao clique do *mouse* ou do *touch screen* (tela sensível ao toque). Compondo o *layout* da *home page* foi adicionado o elemento *slider* de imagens como recurso visual que permite a apresentação dinâmica de imagens, passando a percepção de movimento dinâmico.

A **Figura 9** demonstra graficamente a estrutura proposta de apresentação.

Figura 9 - Estrutura hierárquica do diagrama de funções simplificado



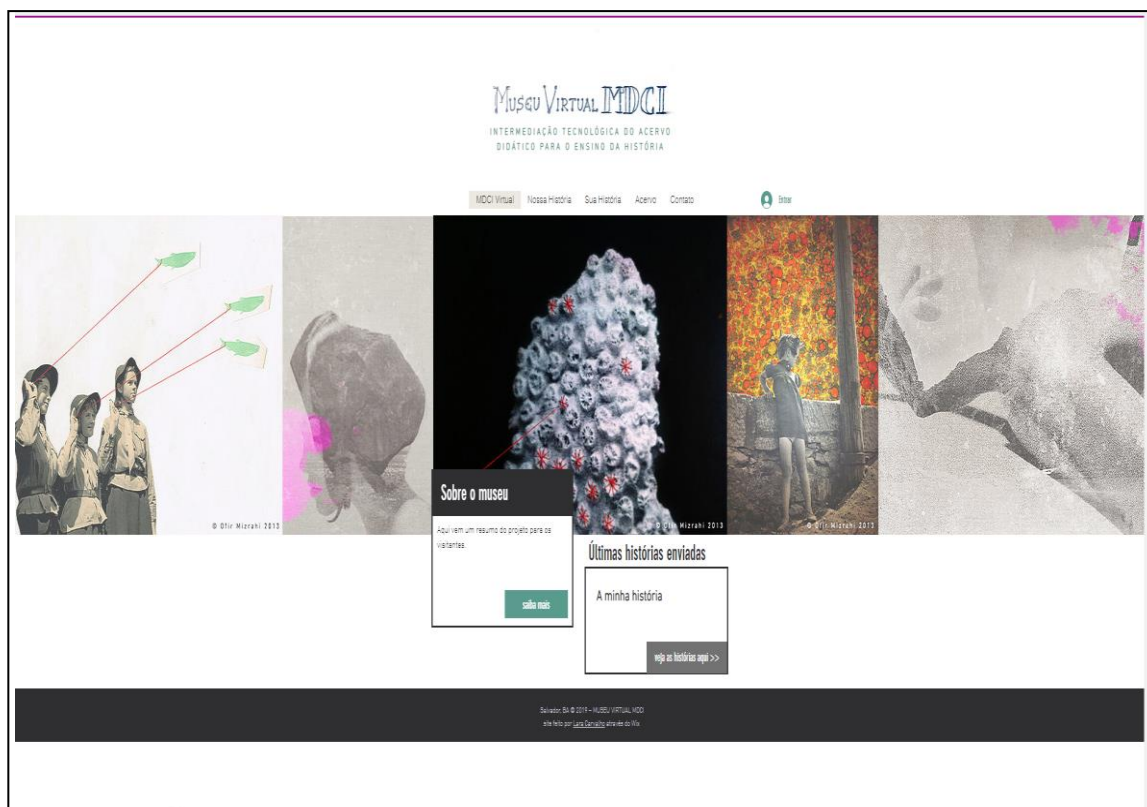
Fonte: Autoria própria (2019).

A proposta de estrutura visou agrupar numa mesma entidade a *home page* e a apresentação *web* do conteúdo apresentado disponível a partir ícones, por ser uma visualização clara sem poluição visual e proporcionar facilidade de informações do conteúdo ao visitante do *site*. Nesse prisma, a organização da navegação escolhida procurou a maneira mais fácil dos leitores descobrirem a posição que se encontram na estrutura, através da adoção do estilo hierárquico por menus. A seleção de um dos tópicos apresenta uma lista de subtópicos que, por conseguinte, direciona a navegação a um tópico específico de interesse do visitante. Abaixo, a figura 10 apresenta o *layout* da *home page* do MDCI:

⁴⁶ *Home pages*, expressão em inglês, é a entrada, ponto de partida ou apresentação inicial para de um website.

⁴⁷ *Hiperlink*, palavra em inglês denominação da ligação que leva a outras unidades de informação em um documento hipertexto.

Figura 10 - Layout da home page do Museu Virtual MDCI



Fonte: Site Museu Virtual MDCI (2019).

Essa modalidade em estruturar as informações por hierarquia é muito utilizada no desenvolvimento dos *websites* dada sua simplicidade e eficiência em apresentar os conteúdos. Naturalmente, a depender da concepção e finalidade a que se destina a página *web*, as subdivisões dos temas podem ter maior enraizamento na estrutura.

Nesse trilhar, foi criado o endereço do MV: www.museuvirtualmdci.com. O logotipo do MV que estará presente na página principal está disposto em epígrafe, conforme já demonstrado na **Figura 10**.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos do mar, as esquinas do tempo, a História do lugar e a trajetória dos sujeitos, balizaram o percurso desse trabalho. Eis o momento de recolher a rede para verificar o produto deste navegar nem sempre sereno, nem sempre turbulento, mas seguindo perseverante na certeza de encontrar um porto seguro.

Desse formato, por tudo até aqui trilhado, percorrido e incorporado pode-se afirmar como resultado obtido, ter ocorrido notório aumento da participação e interesse demonstrados nas aulas de História no decorrer da aplicação das ações educativas intermediadas por

aparatos tecnológicos e telemáticos nos distintos espaços de aprendizagem como escola, museu, memorial, arquivo público, ambientes repletos de história e guardiões da memória. Acervos que aproximam o passado promovem a compreensão do presente e projetam a visão do futuro na possibilidade de atuarem como espaços de reflexão que busquem viabilizar práticas diferenciadas com tendência à inovação no ensino e aprendizagem da História.

Embora exista um recorte para dar conta dessa pesquisa em termos quantitativos, a experiência propiciou uma interface com as tecnologias realizando práticas de ensino, dialogando sobre aspectos relevantes, de forma a identificar aspectos de pertencimentos em suas redes sociais quanto ao uso da memória contida em um acervo museológico depositado na escola como instrumento auxiliar no ensino da História.

O caráter inovador reside no fato de utilizar a documentação do único museu didático de Salvador que havia no bairro de Itapuã construído de forma coletiva, de viés comunitário com fins pedagógicos na *práxis* docente e para mais além, disponibilizar o acesso deste material no ambiente virtual, democratizando a informação, utilizando a intermediação tecnológica no processo de ensino da História através da criação de um Museu Virtual.

Portanto, a aplicação do acervo didático-comunitário contribuiu no processo de ensino da História, na preservação e difusão da memória desta escola pública e seu lugar de inserção. A validação deste objetivo demonstrou-se pela constatação do resultado aferido pela significativa melhora do índice de aprovação na disciplina, na qual a educação museológica serviu como ferramenta de estímulo a pesquisa, de suporte e revisão de conteúdo assim como foi observada no maior envolvimento desses colegas nas aulas de História e no engajamento da defesa da memória e História Local como um direito humano fundamental na formação da cidadania.

A constituição de noções modifica a forma como o estudante compreende os elementos do mundo e as relações que esses estabelecem entre si, na medida em que o ensino de História lhe possibilita construir parâmetros, proporcionando transformações no seu modo de entender a si mesmo, entender os outros, as relações sociais e a própria História. Assim, é preciso refletir e aplicar instrumentos didáticos conectados com o cotidiano que dialoguem com o universo dos jovens, a fim de proporcionar a construção de conhecimentos pautados na contextualização do lugar, identificação e pertença.

O indicador da consolidação dessa assertiva foi o resultado da coleta de depoimentos dos alunos apontando apoio à proposta de educação museológica como viável e aplicável nesse recorte de “falas”, como uma ferramenta metodológica de apoio ao ensino da História. Remetendo aos primórdios deste trilhar quando, habitualmente, durante as aulas de História

surgia àquela pergunta sobre o porquê aprender determinado assunto, um dos motivos da minha inquietação em relação à abordagem dos temas percebe após, e mesmo, durante todo o processo dessa pesquisa, a presença de outra postura dos estudantes, bem mais entusiasta: por que não estudamos a “nossa História”? Entendendo “nossa História” uma referência a História local e do cotidiano.

Portanto, emerge a possibilidade de continuidade dos estudos e análise da escola como lugar de memória e a História local mostrou ser um recurso pedagógico importante no processo formativo dos estudantes, pois segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), a História da família, da rua, do bairro e da escola apresenta-se como conteúdos oficiais.

A experiência surpreendeu mais pelo arcabouço instrumental do processo de realização desse trabalho do que pelo produto final. Contudo, é possível sugerir que a intermediação tecnológica utilizada em conjunto com os recursos TIC's potencializam, assinalam e se colocam como instrumentos de preservação das Histórias e memória, contribuindo para que não pereçam na ação do tempo, nem se percam na dinâmica do cotidiano.

Contextualizado, chegamos às finalizações dessa pesquisa, pois o produto Museu Virtual MDCI constitui-se um ambiente virtual de aprendizagem e ferramenta auxiliar no ensino da História com algumas notas. Ressalvando que em razão dos prazos e valores, não foi possível averiguar com profundidade a utilização e relacionar a utilização do Museu Virtual MDCI no processo de aprendizagem do ensino da História em razão da emergência de finalizar a pesquisa, ficando esta abordagem para estudos posteriores. Algumas melhorias não foram implementadas como, por exemplo, maiores interações sonoras por meio de *podcast*; mediações através de vídeos incorporados ao texto com capacidade instantânea de atualização, devido à questão do *plug and play* não ter criado uma função mais prática na modelagem; a inexistência de informações em outro idioma visando a maior interatividade por parte dos internautas de diferentes países e outros itens que poderiam ser detalhados aqui, nessa análise de conclusão.

Construir um Museu Virtual, na perspectiva da interação foi tarefa árdua, pois demandou minúcias de análise, codificação e operacionalização para contemplar as memórias e histórias de um espaço e território culturalmente rico, como é o caso do bairro de Itapuã e do CEGJ. A memória deve ser tratada como instrumento de justiça na concepção de Walter Benjamin, pois a História contida nos acervos dos museus, em geral, são dos vencedores. Dar voz aos pescadores, lavadeiras e outras narrativas dos desfavorecidos historicamente é uma

opção e implicação política deste pesquisador. Penso que transgredir o ordenamento socio-educacional constituído é uma maneira de protesto e ativismo diante do quadro educacional perturbador do país. Entretanto, esse produto não é uma obra acabada, pois a proposta fundamental é a sua constante renovação e, portanto, a percepção de incompletude torna-se um estímulo motivador para mobilizar o processo criativo como resposta aos desafios da educação na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, B. do. **História da Independência da Bahia**. Salvador: Progresso, 1957.
- AMARAL, J. A. do. Resumo Cronológico e Noticioso da Província da Bahia da Bahia desde o seu descobrimento em 1500. **Revista do IGHB**, Salvador, n. 47, 1917.
- ARIÈS, P. **O tempo da história**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- BANDEIRA, M. **O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BARBEIRO, J. M. (2000) **Desafios Culturais da Comunicação à Educação**. Revista Comunicação & Educação n o 18. São Paulo, Segmento/ECA/USP, ano 6, p.51-60, mai./set.
- BARDIN, L. (2006). **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977).
- BARROS, J. D. A. **Memória e história: uma discussão conceitual**. Tempos históricos. Marechal Candido Rondon, v. 15, p. 317-343, 2011. Disponível em:<<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/5710/4287>> Acesso em 12 de fev. de 2019.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivos: estudos e reflexões**. Belo horizonte: Editora UFMG, 2014.
- _____. **Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos**. In: Ciências & Letras. Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, Porto Alegre, n.27, jan/jun, 2000, p. 151-166.
- _____. **Arquivos permanentes: tratamento documental** - 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BHABHA, H. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental – História**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BURKE, P. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992
- BURKE, P. “**História como memória social**”. In: Variedades de história cultural Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 67-89
- CASTELLUCCI, W. J. **Caçadores de baleia: armações, arpoadores, atravessadores e outros sujeitos envolvidos nos negócios do cetáceo no Brasil**. São Paulo: Annablume Ltda, 2009.

CONDER – **Painel de Informações**: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro /Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia (INFORMS - Organizador). 5ª ed. Salvador: CONDER/ INFORMS, 2016.

CERTEAU, M. **A Escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

D'ÁVILA, C. M. **Decifra-me ou te devorarei**: o que pode o professor frente ao livro didático? Salvador: EDUNEB; EDUFBA, 2008.

DURKHEIM, É. “Educação Moral”. In: **Educação Sociologia e Moral**. Lisboa, (2001) Res.([1925]. L'Éducation morale. Paris: Alcan).

FEBVRE, L. **O fim da história**. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1970

FLECHA, R.; TORTAJADA, I. **Desafios e saídas educativas na entrada do século**. In: IMBERNÓN, F. (Org.). A Educação no século XXI – os desafios do futuro imediato. 2ª ed. Trad. Ermani Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 24ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GANDON, T. R. d'A. **A voz de Itapuã** – Salvador – EDUFBA, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 26- 31.

GOMES, M. A. L. **Museu virtual para o antigo Teatro São João da Bahia** através de uma abordagem socioconstrutivista / – Dissertação de mestrado. PPGEDUC – UNEB, Salvador. 2017.

HALBAWACHS, M. **A memória Coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, vértice/Revista dos Tribunais, 2004.

HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. História geral da África. In: Ki-Zerbo, Joseph. **Metodologia e pré-história da África**. 2ª.ed. Rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

HENRIQUES, R. **Museus virtuais e cibermuseus**: a internet e os museus Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia – Lisboa, 2004.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HETKOWSKI, T. M. **Políticas Públicas**: Tecnologias da Informação e Comunicação e Novas Práticas Pedagógicas. FAGED/UFBA. Tese de Doutorado em Educação, Programa de Pós-Graduação da UFBA, 2004.

_____. Geotecnologia: como explorar educação cartográfica com as novas gerações? *In: XV Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, Anais*. Belo Horizonte, MG, UFMG, 2010.

JORNAL DE ITAPUÃ, ano 2, n. 4, nov. 1986.

LEÃO, J. A. C. **Saber Brincante: Cosmovisão e ancestralidade como processo educativo**. Tese de Doutorado em Educação, Programa de Pós-Graduação da UFBA, 2011.

_____. Formação de Professores e Tecnologias de Informação e Comunicação. Palestra em Mesa Redonda no **I Encontro Latino Americano de Educação**. Salvador: 2016a.

LE GOFF, J. História e Memória. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed.34, 2010. 264p. (Coleção Trans)

_____. **O que é o virtual?** 2 ed. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2011.

LIMA Jr, A. **Tecnologias inteligentes e Educação**. Rio de Janeiro: Quartet Editora, 2006.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 2ª ed. São Paulo: EPU, 2015.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral**. Como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MENEZES, U. B. Identidade cultural e arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n.20. p.33, 1984.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 14ª ed. Campinas, SP. Papirus, 2008.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. **História e memória**: algumas observações. 2005. Disponível em: <<http://pablo.deassis.net.br/wpcontent/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em: 18 de out. de 2016.

MOTT, L. **Bahia: inquisição e sociedade**. Salvador – EDUFBA, 2010.

NORA, P. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, v.10, São Paulo, 1993.

PROENÇA, Maria Cândida. **Ensinar/Aprender História**. Lisboa: Horizonte, 1990.

REIS, Eliana Lourenço de L. **Pós- colonialismo, identidade e mestiçagem cultural: a literatura de Wole Soyinka**. Rio de Janeiro: Relume, 1999.

REIS, J. J. **Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia**. Rio de Janeiro, Topoi (Rio J.), v. 15, n. 28, p. 68-115, jan./jun. 2014 | www.revistatopoi.or.

_____. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês (1835)**. São Paulo. Brasiliense, 1986.

REZENDE, A. L. A. **Jogo-simulador Kimera como proposição geotecnológica para o entendimento do espaço**. (Tese de Doutorado). Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Salvador, 2015.

RISÉRIO, A. **Uma História da Cidade da Bahia**. Versal, Rio de Janeiro, 2016.

SALES, M. V. S. **Tessituras entre mediação e autoria nas práticas de currículo na formação à distância: a construção do conhecimento no contexto universitário**. 2013.281f. Tese de doutorado da Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia. UFBA, 2013

SANTOS, M. C. T. Moura. **Repensando a Ação Cultural e Educativa dos Museus**. Salvador, Centro Editorial e didático da UFBA. 1990.

SANTOS, T. C. **Sob a égide da memória: As tecnologias de informação e comunicação na preservação da História das Escolas da Rede Pública de Ensino**. Dissertação de mestrado. PPGEDUC – UNEB, Salvador. 2016.

SAVIANI, Demerval. **História do tempo e tempo da história: estudos de historiografia e história da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23^a. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo. Herder, 1965.

TEIXEIRA, C. **Salvador: história visual**. Encartes v.10. In: Jornal Correio da Bahia. Editado por Empresa Baiana de jornalismo. Salvador, 2001.

TEIXEIRA, C. **Bahia em tempo de província**. Salvador: FCEBa, 1985.

TEIXEIRA, C. As grandes doações do primeiro governador. Terras do Rio Vermelho ao Rio Joanes. In: TEIXEIRA, C *et. al.* (Coord.) **A grande Salvador: Posse e uso da Terra**. Salvador: Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano, 1978^a.

TEIXEIRA, C. **A grande Salvador: Posse e uso da Terra**. Salvador: Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano, 1978b.

TOLENARE, L.F. de. **Notas dominicais: tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816,1817 e 181**. Tradução de Carvalho. Salvador. Livraria Progresso, 1986.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Técnicas de ensino: por que não?** Campinas-SP: Papirus, 2007.

VIGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. 6. tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Psicologia e Pedagogia).

Documentos e Atas

ACERVO MUSEU DIDÁTICO COMUNITÁRIO DE ITAPUÃ – **Caixa entrevistas:** Pasta entrevista funcionários – texto produzido pelas alunas do 2º ano do Curso de Magistério em 1994, entrevista realizada com Valdelice Viera de Santa Isabel, funcionária do colégio.

_____. **Caixa entrevistas:** Pasta Histórico do Lomanto – Carta À comunidade do Colégio Estadual (sic) Lomanto Júnior - 1999, a partir do banco de dados do MDCl.

_____. **Caixa entrevistas:** Pasta Histórico do Lomanto – Jornal da Escola, ano 1. n. 1, 1994.

_____. **Caixa entrevistas:** Pasta Histórico do Lomanto – texto produzido pelas alunas do 2º ano do Curso de Magistério em 1994, a partir do banco de dados do MDCl.

_____. **Caixa entrevistas:** Pasta entrevista moradores – Transcrição de entrevista realizada com Iramaia Câmara em 1988.

_____. **Caixa entrevistas:** Pasta entrevista moradores – Transcrição de entrevista realizada com Murilo Primitivo da Cruz em 1989.

_____. **Caixa entrevistas:** Pasta entrevista moradores – Fotocópia do texto de entrevista realizada com Dona Francisquinha em 2001.

_____. **Caixa entrevistas:** Pasta de periódicos – Jornal de Itapuã, ano 2-3. n. 2-6. 1986-1987.

CÍRCULO DE PAIS E MESTRES. Salvador. **Ata de reunião de 1964.** Ata nº 1-3.

Canções

VELOSO, C. Bicho. Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 1977.

GRUPO AS GANHADEIRAS DE ITAPUÃ - *As Ganhadeiras de Itapuã* – Brasil - Coaxo do Sapo, 2014.

Sites:

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 10 de mai. de 2018.

ITAPUÃCITY - **Entrevista Professor Narciso do Patrocínio ao site Itapuãcity.** Em 06 de maio de 2014. Disponível em: <<http://itapuacity.com.br/colegio-lomanto-junior-promove-a-educacao-ha-50-anos-em-itapua/>>. Acesso em: 12 de mai. de 2018.

SLAVES VOYAGES – **The Trans-Atlantic slaves trade database.**

Disponível em: <<http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>>. Acesso em 10 de mai. de 2018.

APÊNDICE

TESTE DE SONDAÇÃO

Colégio Estadual Governador Lomanto Junior 2017

<p>1. Você compreende o que são Direitos Humanos <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Em parte</p>
<p>2. Você percebe a presença do Direitos Humanos em seu bairro ou em sua escola? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não, em algumas situações <input type="checkbox"/> Sim, em algumas situações</p>
<p>3. Para você, a educação é um Direito Humano, pois... <input type="checkbox"/> a pessoa cria, recria e constrói diariamente relações interpessoais e com o saber. <input type="checkbox"/> as pessoas são formadas para serem construtoras ativas da sociedade em que vivem <input type="checkbox"/> as pessoas adquirem conhecimentos e valores para conquista da cidadania. <input type="checkbox"/> é participativa, cooperativa, democrática e a pessoa toma consciência em ter uma vida digna. <input type="checkbox"/> Não sei opinar.</p>
<p>4. Você acredita que os Direitos Humanos são para todos, na teoria e na prática? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Sim na teoria, mas não na prática <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei opinar</p>
<p>5. O direito de se manifestar e a liberdade de expressão são Direitos Humanos? <input type="checkbox"/> Discordo <input type="checkbox"/> Discordo, em parte <input type="checkbox"/> Concordo <input type="checkbox"/> Concordo em parte <input type="checkbox"/> Não sei</p>
<p>6. Você acha que promover a igualdade racial e de gênero é uma atribuição dos Direitos Humanos? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Sei informar</p>
<p>7. Você é tolerante com as ideias divergentes do(s) seu(s) colega(s)? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Às vezes sim <input type="checkbox"/> As vezes não</p>
<p>8. Você acha que o direito a Memória é importante para conhecer melhor os caminhos da História, da História do seu bairro e da sua própria história? <input type="checkbox"/> Discordo <input type="checkbox"/> Discordo, em parte <input type="checkbox"/> Concordo <input type="checkbox"/> Concordo em parte <input type="checkbox"/> Não sei</p>
<p>9. Você já foi a um museu ou ao espaço que preserve a memória? Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/></p>
<p>10. Para você participar da proposta de educação museológica associada às aulas de História é importante em razão de que: <input type="checkbox"/> O museu e os espaços de memória nos permite ver, tocar e participar e não só ouvir a história. <input type="checkbox"/> Proporciona uma aula diferente e por ser fora da sala de aula me motiva aprender. <input type="checkbox"/> É importante conhecer e relacionar os patrimônios culturais aos conteúdos trabalhados. <input type="checkbox"/> Apenas é legal por participar de um passeio. <input type="checkbox"/> Não acho interessante</p>
<p>11. A respeito das atividades realizadas pelo PIBID no colégio. Você atribui que estas são: <input type="checkbox"/> Muito relevante <input type="checkbox"/> Relevante <input type="checkbox"/> Em parte relevante <input type="checkbox"/> Pouco relevante <input type="checkbox"/> Não sei opinar</p>
<p>12. Sobre a importância em conhecer a História do seu bairro e colégio, você acredita ser: <input type="checkbox"/> Muito relevante <input type="checkbox"/> Relevante <input type="checkbox"/> Em parte relevante <input type="checkbox"/> Pouco relevante <input type="checkbox"/> Não sei opinar</p>
<p>13- Em qual bairro você mora? <input type="checkbox"/> Itapuã <input type="checkbox"/> Stella Maris <input type="checkbox"/> Piatã <input type="checkbox"/> Nova Brasília <input type="checkbox"/> São Cristovão <input type="checkbox"/></p>